AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ■ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ■ VOL 20 ■ Nº 10 ■ 15 DE OUTUBRO DE 2000 ■ R$ 6,00

O RANKING DAS 100 MAIORES DO AGRONEGÓCIO

ISSN 0100-4298



FGV IBRE

AS 50 MAIORES COOPERATIVAS

Soja

Folicur®

Controla oídio e doenças de final de ciclo



www.bayer.com.br

TeleBayer
Discagem Direta Gratuita
0800-115560

Bayer
Proteção das Plantas

ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo

Venda sob receituário agronômico

ANDEF

ABRE ASPAS: RAUL JUNGMANN

POR BETH FERNANDES

A agricultura familiar, quem diria, é responsável por um terço do valor bruto da produção nacional; um terço da soja e metade do milho e da pecuária leiteira saem de seus estabelecimentos, que abrigam 78% da mão-de-obra do campo e são um forte componente no abastecimento das mesas brasileiras.

Com esses números, o Brasil acabou por descobrir a sua pequena notável, que sobreviveu às políticas de fortes subsídios à agricultura patronal nos anos 70 e 80, ao Mercosul e só agora tem R$4,6 bilhões do Pronaf para a safra 2000.

Raul Jungmann, titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário, diz que a descoberta vem em boa hora, mas reconhece o atraso. Para compensar, o governo pensa grande: está preparando a criação de uma certificação de qualidade e a implantação do sistema de rastreamento, para tentar alcançar o mercado internacional, com a ajuda da tecnologia da informação.
O ministério está gestando, junto com o Banco do Brasil, um portal de e-commerce para a agricultura familiar e pretende ter, em 2001, pelo menos mil salas virtuais em todo o país.

Em boa hora

Embora com atraso, a redescoberta oficial da agricultura familiar pretende trazer dias melhores



"Os números do governo indicam que nunca foram assentadas tantas famílias sob a égide do programa de reforma agrária. Esses números são contestados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) e pela oposição em geral. É possível chegar a um acordo sobre essas estatísticas?

— A par do fato de que a contestação do MST é política, porque faz oposição radical ao governo, como pode contestar nossos dados se não dispõe de informações sobre quem, quando e onde é assentado, à exceção de sua própria clientela? Na verdade, o movimento passa a impressão de deter os números, mas só conhece o número dos seus filiados. O governo assentou aproximadamente 415 mil famílias nesses quase seis anos de reforma agrária. Até o final do ano o número vai chegar próximo aos 460 mil e até o final deste governo deverá estar na ordem de 650 mil famílias. Essa é a meta e representa cerca de três vezes o que foi feito nos 30 anos anteriores.

Quando o governo assenta um grupo de famílias, quais são as medidas de apoio rotineiramente empreendidas?

— Após receber a terra, que tem um valor de aproximadamente R$8 a R$9 mil, o assentado recebe um crédito de instalação no valor total de R$6,4 mil. São R$2,5 mil para fazer uma casa em regime de mutirão; R$2 mil para fazer toda a parte de infra-estrutura; R$1,4 mil para a compra de alimentos – cesta básica para seis a oito meses; e R$100 para contratar, evidentemente cotizando-se com as demais famílias, um projeto de desenvolvimento para o assentamento. Recebe ainda aproximadamente R$300 para fazer a demarcação da sua parcela. Quando isso tudo acontece, ele entra na Linha A, ou seja, passa a ser atendido pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), o que significa a possibilidade de receber um crédito de R$9,5 mil em condições melhores do que as de qualquer linha de crédito oferecida no Brasil, porque não tem correção monetária, os juros são de 1,15% ao ano e o rebate é de 40%.

Freqüentemente surgem acusações de que beneficiados por assentamento vendem os lotes recebidos. Se

o apoio governamental é adequado, quais são as razões da venda dos lotes?

— Em primeiro lugar, a venda é proibida por lei; se alguém vende é por contrato de gaveta. Em segundo, a estimativa de venda é muito menor que essa tese, que é profundamente conservadora. Nós conduzimos um estudo, através da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e verificamos que é falsa a idéia de que quando um lote é vendido, ele fica vazio. Ao contrário: é imediatamente ocupado e a segunda família é geralmente melhor em produtividade que a primeira e, a terceira, melhor do que a segunda.

Não há como impedir legalmente essas vendas?

— O que se pode fazer é denunciar através do telefone 0800-787000, para que possamos tomar as providências penais cabíveis.

A participação da chamada agricultura familiar no total de recursos governamentais para crédito agrícola ainda é minoritária. Mas tem crescido aceleradamente, não?

— Ela foi pequena, hoje é grande, ao se levar em conta o plano de safra da chamada agricultura patronal, que está ao redor de R$12 bilhões. A nossa foi de R$4,6 bilhões. É bom lembrar, também, que até 1995 não existia programa de agricultura familiar no Brasil e que em 1996, quando se efetivou o Pronaf, o valor da safra era de apenas R$300 milhões. A tendência é crescer, porque a agricultura familiar responde por aproximadamente 38% do valor bruto da produção do país e nela estão 4,1 milhões dos produtores rurais brasileiros (78% de toda a mão-de-obra ocupada no campo). A agricultura familiar tem um terço da soja, aproximadamente metade do milho, lidera na produção de mandioca, tem participação de praticamente metade do mercado da pecuária leiteira, 40 a 45% de aves e ovos. Ou seja, representa um forte impacto na mesa de alimentação do brasileiro.

É certo dizer que o Brasil está descobrindo a agricultura familiar e que há uma decisão governamental de concentrar seu apoio em medidas de sustentação?

— O Brasil inteiro está descobrindo isso e por várias razões. Em primeiro lugar, porque se tem a noção exata de que, dos 34 milhões de brasileiros que vivem no campo, aproximadamente 20 milhões estão relacionados, direta ou indiretamente, com a agricultura familiar. Se for considerada a relação nos micro e pequenos municípios do país, ela tem fortíssimo impacto para as populações chamadas urbanas mas que são quase rurais, e que se constituem de cerca de 40 milhões de pessoas. Um segundo aspecto é que a agricultura familiar tem o seu valor ampliado quando se percebe que é possível manter uma ocupação com R$775 do Pronaf, em média. Com isso não se gera emprego nem em favela, portanto a atividade é uma fronteira dinâmica de baixo custo para geração de emprego. O terceiro aspecto, o crítico, é que essa agricultura foi fortemente penalizada nos anos 70 e 80, quando a grande agricultura era largamente subsidiada a juros negativos e, recentemente, já na virada para os anos 90, sofreu o fortíssimo impacto da desregulamentação provocada pelo integração do Mercosul e também da perda do valor relativo de seus produtos. Por isso essa redescoberta vem em boa hora, mas com atraso.



"Se você cria um sistema eficiente, começa a construir a possibilidade de um número crescente de agricultores economicamente muito ativos."

Quais são exatamente o papel estratégico do Pronaf, sua importância no programa governamental de apoio à agricultura e seus instrumentos de ação?

— O Pronaf é o embrião de uma estratégia de desenvolvimento para o meio rural brasileiro, porque tem um eixo que é o Pronaf Crédito, o custeio e o investimento. Além disso, financia a fundo perdido para 1.018 municípios obras de infra-estrutura demandadas pela agricultura familiar; financia para os estados, a extensão e a pesquisa. Assim, vai se configurando como a melhor estratégia para o desenvolvimento rural sustentável. O Pronaf está abrindo uma nova fronteira de imensa significação, principalmente para os nordestinos, que são metade dos estabelecimentos agrícolas familiares e os mais pobres: com o microcrédito, que este ano disporá de R$100 milhões, vamos poder atender com financiamentos de até R$500 a boa parte dessas famílias.

Quando o sr. fala em pesquisa e extensão, significa maior apoio à transferência de tecnologia?

— É isso, mas nós estamos preparando um grande salto para o Pronaf: a criação de uma certificação de qualidade, uma marca que será internacional. Além disso, estamos montando um sistema de rastreamento que é muito difícil e inédito e, junto com o Banco do Brasil, estamos preparando um portal de *e-commerce*. A nossa expectativa é de que, para o ano, tenhamos pelo menos mil salas virtuais em todo o país para *e-commerce* ligado à agricultura familiar. Se você cria um sistema eficiente de rastreamento, de assistência técnica, de transferência de tecnologia e se apóia na ferramenta da Internet, começa a construir a possibilidade de que um número crescente de agricultores seja economicamente muito ativo.

Então as medidas governamentais de apoio à agricultura familiar vão além da agricultura de subsistência com a venda de excedentes, para buscar integrá-la à economia competitiva?

— Eu acho que a política de agricultura familiar tem duas velocidades. Quando ela se volta para atender à subsistência no Nordeste ela é uma rede de sustentação social para aproximadamente 10 milhões de pessoas; quando se volta para estabelecimentos que estão mais ao Sul (e também a alguns que estão no Nordeste) tem um viés mais econômico. Aqui, vale saudar o fato de que o Pronaf é totalmente desindexado e os juros tornaram-se fixos. Portanto, o cenário sofreu uma mudança radical para melhor no último plano de safra.

Até que ponto os números da agricultura familiar desmentem a crença de que é preciso ter escala para participar da economia de mercado?

— Acho que está na hora de se

enxergar que vale para a agricultura familiar aquela máxima do *small is beautiful*, porque emprega uma imensidade de mão-de-obra; é ambientalmente bem mais sustentável que a agricultura patronal, porque não utiliza na mesma escala os agrotóxicos, não está trabalhando com genéticos ou modificados e tem uma capacidade crescente inclusive para exportação. Isso porque está havendo no mundo uma certa rejeição ao que foi, no passado, muito badalado, a chamada *green revolution*, que tem a ver com a mecanização mas também com os defensivos agrícolas. Hoje está se caminhando para a agricultura orgânica, que pode ser entendida por agricultura familiar, quando boa parte da classe média, aqui e no mundo, está disposta a pagar um prêmio pelos orgânicos. Esse espaço pode ser muito bem utilizado no Brasil, através da rede de supermercados, que responde por cerca de 85% dos hortifrutigranjeiros. E há ainda outros usos a trabalhar, como o artesanato, o turismo rural, pode-se fazer um consórcio com os parques nacionais criando cinturões de turismo ecológico de base familiar. Ou seja, há muito espaço para desenvolver programas.

Estatísticas indicam que o valor produzido em um hectare por propriedades familiares é bem superior ao que é obtido, na mesma área, por propriedades patronais. O que se depreende desses números?

— As pequenas propriedades são mais eficientes na utilização de seus fatores, o que não é de estranhar, porque a grande propriedade hoje, e cada vez mais, precisa de menos terra para produzir mais, enquanto o agricultor familiar tem que usar no limite o fator terra.

Em que consiste o Programa Novo Mundo Rural?

— Esse programa, de certo modo, catalisa todas essas idéias que coloquei aqui. O Brasil passou décadas falando de uma reforma urbana; é chegada a hora de pensar no rural e, sobretudo, explorar suas potencialidades. Nesse sentido, o programa visa articular a agricultura familiar às possibilidades do agronegócio, visa tratar o rural não apenas como o agrícola, mas dentro do contexto de *pluratividade* e, sobretudo, poder explorar as potencialidades sob os aspectos trabalho, qualidade de vida, produtividade e mercado.

E como isso será feito?



"O que a gente quer é repensar o valor do rural no momento em que as distinções para o urbano estão cada vez mais tênues.

— É uma questão de estratégias. Primeiro, a descentralização, um viés que se vem procurando utilizar no Pronaf a partir do princípio de que a agricultura familiar acontece no município e é lá que devem ocorrer as decisões. Em segundo lugar, queremos utilizar os efeitos de sinergia e de coordenação – exemplo disso é o Conselho Coordenador de Desenvolvimento Rural – para integrar todos os esforços governamentais e da sociedade para alavancar as mudanças. O terceiro e último aspecto passa por uma estratégia como o Pronaf, de desenvolvimento local e sustentável, que enfatiza desde o crédito até a infra-estrutura.

O programa faz parte de uma estratégia de governo para, além de evitar o crescimento das grandes cidades, promover a contração populacional desses grandes aglomerados urbanos? O governo federal pensa esse tema?

— Na medida em que você melhora as condições de existência, intervém não apenas no crédito, na saúde, no trabalho, na educação e na previdência, tende a – não gosto da frase fixar o homem ao campo – criar melhores condições para ele ali permanecer. Considerando que as nossas cidades hoje convivem tanto com o desemprego estrutural quanto com a dificuldade de incorporar os estoques antigos que para elas migraram, é intenção do governo melhorar as condições de vida no campo para que as pessoas permaneçam lá. O que a gente quer, também, é repensar o valor do rural, sobretudo no momento em que as distinções para o urbano estão cada vez mais tênues. É preciso ter uma visão estratégica e não enxergar apenas como agrícola, mas também a qualidade de vida, cultura, lazer, ecologia. O fato de o Brasil ter 23% de sua população no campo – não temos o processo de esvaziamento que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos – mostra que é preciso tirar vantagens.

O que é a Bolsa de Parcerias e Arrendamento Rural?

— É um sonho acalentado há bastante tempo. Nunca entendi por que o arrendamento no Brasil não tinha grande participação nos resultados de nossa produção agropecuária. Por que imobilizar capital? Por exemplo, quando fazemos um projeto de reforma agrária, cerca de 25 a 30% dos custos vão para a terra. O programa, na verdade, daria liquidez, consolidaria o acesso à terra com um custo inicial muito mais barato e, se ao final do contrato, as partes tivessem interesse numa relação de compra e venda, poderia financiar a partir do Banco da Terra. O que nós vamos em breve desembrulhar é um projeto que deve mexer tanto nas relações jurídico-normativas quanto no sistema de financiamento, visando a possibilidade de massificar o arrendamento para a agricultura familiar em todo o país.

O senhor acredita que a cultura brasileira seja favorável a esse tipo de relação?

— Eu acho que não, sobretudo porque nos primórdios do programa de reforma agrária foi dito e repetido que os alvos prioritários eram os meeiros arrendatários. Isso fez com que existisse, da parte do patronato rural, uma forte reação ao arrendamento. Mas é possível flexibilizar a legislação e, de outra parte, o preço da terra caiu tanto – 60% em preços médios – do Plano Real para cá, que... por que não? Eu não tenho nenhuma fixação no modelo perfeito de acessar terra para quem precisa produzir. O que se precisa é dinamizar esse mercado, suprir as imperfeições, melhorar o grau de informação.

Em que estágio está esse programa?

— Já fizemos uma avaliação da proposta de decreto, que está com a equipe técnica para uma série de modificações, uma vez que não era atrativa em termos de investimentos, como eu gostaria que fosse. Ainda este mês o texto deverá ser encaminhado para a apreciação e sanção do presidente da República."

Forbes ensina o

ped

Precios

Forbes Brasil. A essência do

NEWCOMM BATES

caminho das

ras.

as.



capitalismo. Já nas bancas.

AGRO drops



Cultivar tem maior produtividade

Os plantadores de cebola de São José do Rio Pardo, Divinolândia e Piedade, em São Paulo, estão obtendo lucros. Eles plantaram a nova cultivar desenvolvida pela Embrapa, Alfa Tropical, e estão colhendo cebola no período de entressafra, com boa produtividade média (31t/ha), quando a produtividade média regional pelo sistema tradicional de produção é de 12 a 15t/ha.

O método tradicional é caro e trabalhoso. O produtor planta duas vezes: em julho e em fevereiro do ano seguinte, para colher entre maio e junho. Já a cultivar da Embrapa é semeada entre 15 de novembro e 15 de dezembro, abastecendo o mercado no período da entressafra, quando os preços são melhores. A Alfa Tropical tem folhas cerosas, bulbos de coloração amarela-baia de sabor picante, com formato predominantemente globular, que é uma característica apreciada pelo consumidor brasileiro.

Revista premiará artigos publicados

A *Revista Brasileira de Economia*, publicação técnica da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, vai premiar com R$10 mil o melhor dos seus artigos publicados este ano. O Prêmio Mário Henrique Simonsen, em sua segunda edição, traduz segundo seus organizadores o incentivo e o reconhecimento da revista aos melhores artigos. A iniciativa tem o patrocínio da Sociedade de Apoio às Ciências Econômica e Administrativa (Sobracea).

Vermífugo age sem deixar resíduos

A Merial Saúde Animal anuncia o endectocida Eprinex, que combate doenças parasitárias no gado leiteiro sem a necessidade do descarte de leite das vacas tratadas. O produto trata vermes e parasitas externos, como as moscas-dos-chifres, o berne, piolhos, sarnas e auxilia no controle de carrapatos sem deixar resíduos prejudiciais aos seres humanos, no leite e na carne dos animais. A produção pode ser usada para consumo humano e fabricação de derivados (queijos, manteiga ou iogurtes) em qualquer ocasião após o tratamento.

A Merial Saúde Animal é uma *joint venture* dos setores de saúde animal e genética avícola da Merck & Co., Inc. (Merck Sharp & Dohme) e da Aventis, criada em agosto de 1997.

A empresa é líder mundial em pesquisa, desenvolvimento e comercialização de vacinas e produtos farmacêuticos para animais de produção e de companhia.



Ceval e Santista são uma só operação

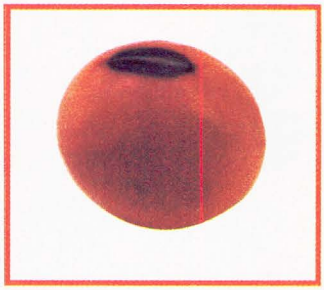
Os Conselhos de Administração da Ceval e da Santista aprovaram em 13 de setembro último a proposta de reunir as duas empresas, que passarão a operar com o nome de Bunge Alimentos. O Grupo decidiu fortalecer suas empresas de fertilizantes e alimentos no Brasil, com o objetivo de torná-las mais competitivas e dinâmicas.

O Grupo Bunge tem sua atuação mundial concentrada em três áreas: grãos e oleaginosas, fertilizantes e produtos para consumo, panificação e *food service*. Com sede nos EUA, tem unidades industriais, silos e armazéns na Argentina, Canadá, México, Austrália e Índia, além de escritórios em vários países da Europa, Américas, Ásia e Oriente Médio. No Brasil, com a nova estrutura aprovada pelos acionistas, o grupo controlará a Bunge Alimentos (Ceval, Santista e Plus Vita), a Bunge Fertilizantes, a Seara Alimentos, a Fertimport, manterá a Fundação Santista, e será o maior acionista da Santista Têxtil.

Variedade garante plantio antecipado

Está no mercado a variedade de soja M-SOY 6101, desenvolvida pela Monsoy, que garante ao agricultor o plantio antecipado da soja e, com a colheita acontecendo mais cedo, uma safrinha mais tranqüila.

A época preferencial para plantio da variedade no Norte e Oeste do Paraná, Sul de São Paulo e Sul de Mato Grosso do Sul é de 20 de outubro a 20 de novembro. No Sudoeste e Sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a época preferencial é de 20 de outubro a 30 de novembro. Já no Norte de São Paulo,



Sul de Goiás, Triângulo Mineiro e Norte de Mato Grosso do Sul, a época preferencial tem início mais cedo, entre 15 de outubro e 15 de novembro.

A M-SOY 6101 é uma variedade de alto valor genético, resistente a doenças como a podridão parda da haste, o cancro da haste, a mancha olho-de-rã e a pústula bacteriana, além de moderadamente resistente ao oídio e ao crestamento bacteriano. Graças à tecnologia desenvolvida por seus técnicos, a Monsoy é hoje a detentora de um enorme banco de germoplasma e, com o Programa Mundial de Pesquisa em Soja, pode disponibilizar variedades adaptadas a todas as regiões do Brasil.

Saem os finalistas do prêmio da Illy

A torrefadora italiana Illycaffè já identificou os 50 finalistas da décima edição do Prêmio Brasil de Qualidade do Café Espresso. Este ano o Prêmio teve 619 amostras inscritas. Os 10 vencedores só serão conhecidos durante a festa de premiação, em São Paulo, dia 8 de dezembro próximo.

O prêmio total de US$73 mil será dividido da seguinte forma: US$30 mil vão para o vencedor, produtor do melhor café do Brasil; o vice-campeão recebe US$20 mil; o terceiro, quarto e quinto colocados recebem, respectivamente, US$10 mil, US$5 mil e US$3 mil. Os contemplados do sexto ao décimo posto ganham US$ 1 mil.

Açúcar orgânico chega à Suíça

A Usina São Francisco acaba de conquistar um mercado exclusivo na Suíça. Seu açúcar orgânico Native é o único que pode entrar no país. A decisão do governo suíço está baseada no comprometimento do produtor com a filosofia dos orgânicos. O açúcar é produzido sem fertilizantes, defensivos ou aditivos químicos, desde o plantio da cana até o empacotamento. As queimadas foram totalmente abolidas. Para defender a plantação das pragas



são usados inimigos naturais, como uma pequena vespa. Plantas indesejáveis, que poderiam concorrer com a cultura, são controladas por operações de cultivo e métodos culturais, sem a utilização de herbicidas. A Usina é líder mundial na produção, exportação e comercialização de açúcar orgânico. O produto já pode ser encontrado nos principais supermercados de todo o país, em embalagens de 1kg nas versões claro e dourado.

Governo libera crédito para cooperativas

Depois de diversos contatos políticos na presidência da República e Casa Civil, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) conseguiu a aprovação do decreto 3.641, que prevê a abertura de crédito para as cooperativas do setor agropecuário através do Banco do Brasil e outras instituições financeiras, como o BRDE. Com a medida, o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop) começa a deslanchar.

Segundo o decreto, as instituições financeiras autorizadas disporão de prazo até 29 de dezembro para formalizar as operações de crédito. Os valores do financiamento e refinanciamento realizados sob o amparo do Recoop devem estar de acordo com o teto aprovado pelo Comitê Executivo responsável pela análise das operações de crédito destinadas a essas cooperativas.

Canal Rural faz quatro anos

Dia 11 de novembro é o quarto aniversário do Canal Rural, que terá uma programação especial no jornal *Notícias 12:30*, com depoimentos de representantes que ajudaram a emissora a se tornar uma referência entre os veículos do setor. Nos *breaks* comerciais serão mostradas declarações de pessoas do setor e clipes com imagens que marcam a trajetória da emissora.

Atualmente, o Canal Rural tem sua programação transmitida das 6h à 0h, integralmente em português, e voltada exclusivamente ao setor agropecuário. Tem estúdios em Porto Alegre, São Paulo, Brasília e correspondentes nas principais regiões agropecuárias do Brasil. É transmitido pelo canal 35 para 2 milhões de assinantes no sistema de cabo NET e parabólicas digitais SKY, com um potencial de 7,2 milhões de telespectadores em todo o Brasil.

Avicultura ganha obra sobre ventilação

A Embrapa Suínos e Aves está lançando publicação sobre ventilação na avicultura de corte. O uso de artifícios estruturais para manter o equilíbrio térmico entre as aves e o meio são importantes em um aviário. Há diferentes formas para se chegar às temperaturas de conforto, sendo uma delas a ventilação.



Quando se controla de forma conveniente a entrada de calor no aviário e se facilita a saída do calor produzido, a ventilação passa a ser um dos requisitos de conforto. Quando isso não acontece, há baixo desempenho do lote, por conta do estresse. E o uso de artifícios estruturais para manter o equilíbrio térmico entre a ave e o meio torna-se necessário. Mais informações pela caixa postal 21, 89.700-000 Concórdia, Santa Catarina.

Cadeia do leite tem site *de serviços*

A Tetra Pak está disponibilizando a Casa do Leite, um *site* que congrega um centro de prestação de serviços criado com o objetivo de fornecer informações para segmentos específicos pertencentes à cadeia produtiva do leite. Os serviços pretendem informar o valor do leite na alimentação, difundir novas formas de ingeri-lo e incentivar, pela via da reeducação alimentar, o aumento do bem-estar da população. Os serviços estão disponíveis na Internet no endereço www.bebaleite.com.br

Presente no Brasil há 43 anos, com fabricação local desde 1978, a sueca Tetra Pak atua em mais de 165 países e aqui tem duas fábricas: uma em Monte Mor, próximo a São Paulo, e outra em Ponta Grossa, no Paraná. Única fabricante de embalagens longa-vida do país, espera produzir cerca de 6 bilhões dessas embalagens até o fim do ano.

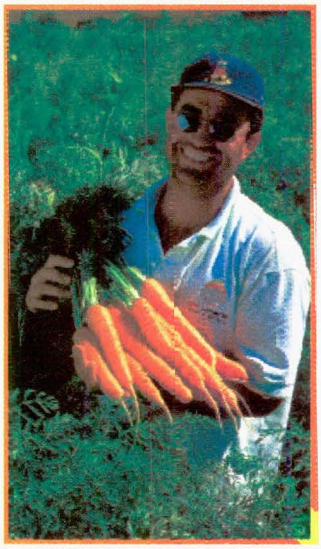
Livro dá dicas para a cultura da soja

O livro *Recomendações técnicas para a cultura da soja*, editado pela Embrapa Soja, já está à disposição do agricultor e da assistência técnica. É uma publicação para uso no dia-a-dia, que contém informações gerais importantes para a tomada de decisões. A publicação pode ser adquirida na Embrapa Soja pelo telefone (43) 371-6119 ou pelo e-mail sac@cnpso.embrapa.br por R$5,00. As recomendações técnicas também estão disponíveis em versão digital no endereço www.cnpso.embrapa.br



Cenoura faz sucesso no Oeste mineiro

São Gotardo é a maior cidade região do Alto Paranaíba, no Oeste mineiro, e se notabilizou como a capital nacional da cenoura. Entre as três variedades mais plantadas na região está a cultivar carandaí, da produtora de sementes de hortaliças Horticeres. A cultivar tem raízes e folhas vigorosas, que facilitam a colheita, resiste à alternária e à cercospora e exibe coloração intensa. Dados da Emater local contabilizam o plantio de cerca de 315 hectares do produto por mês na região, o equivalente a quase 13 mil toneladas, com produtividade de 40 mil kg/ha, dos quais 96% são destinados à comercialização e 4% ao consumo local.



Vacina previne patologia canina

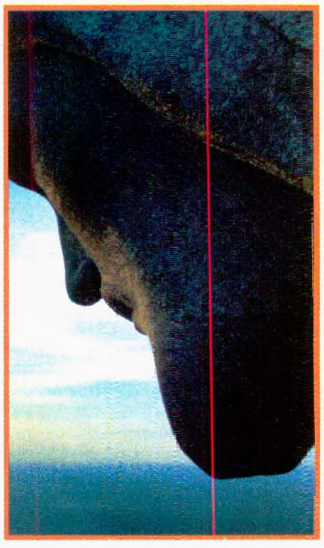
Já está no mercado a vacina contra leptospirose canina Lepto-Bac, desenvolvida pela Fort Dodge Saúde Animal. Com o início das chuvas de verão, as enchentes provocam surtos de leptospirose, uma doença infecto-contagiosa contraída através da urina do rato, que pode ser transmitida ao ser humano. Os cães das áreas endêmicas, quando infectados pela doença, são transmissores potenciais, principalmente porque o diagnóstico clínico pode ser difícil, apresentando sinais clínicos comuns a outras patologias. A nova vacina é vendida somente para veterinários e é apresentada em caixas com 20 doses prontas para uso.



OCB lança evento sobre cooperativismo

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) lançaram este mês no Rio de Janeiro o Rio Cooperativo 2000 – Identidade Cooperativa para o Novo Milênio – que será realizado de 3 a 8 de dezembro no Riocentro. Cerca de 72 países deverão participar do evento. Diversas instituições confirmaram presença, entre as quais, a Liga de Cooperativas Italianas e representantes das cooperativas de crédito dos Estados Unidos, Costa Rica, Portugal, Chile, Espanha e Colômbia. Já confirmaram participação o ex-presidente da Argentina Raul Alfonsin e o ex-presidente do Uruguai Luis Alberto Lacalle. A expectativa em relação ao encontro do Mercosul é a assinatura de um protocolo de intenções entre as cooperativas.

Na opinião do presidente da Aliança Cooperativa Internacional, Roberto Rodrigues, "o cooperativismo já foi denominado de terceira via e pretendia o desenvolvimento social. Hoje está voltado para o mercado, mas nunca abandonou seus princípios básicos que visam evitar a exclusão social".



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

FAESP

SENAR

SÃO PAULO

Ao final do ano 2000, cumprimentamos os nossos Sindicatos Rurais e os técnicos da FAESP-SENAR pela inestimável contribuição ao agronegócio, com a qualificação e capacitação do produtor e do trabalhador rural, fortalecendo as cadeias produtivas da agropecuária.

FÁBIO MEIRELLES

PRESIDENTE



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 224 - 11º ANDAR - CEP:01042-907 - SÃO PAULO - TEL.: (11) 258.7233 - FAX (11) 255.6854
WWW.FAESPSENAR.COM.BR

NESTA edição

3 Abre aspas: Raul Jungmann

Em boa hora

Embora com atraso, a redescoberta oficial da agricultura familiar pretende trazer dias melhores

14 As 100 Maiores do Agronegócio

Luz no fim do túnel

Apesar do pior resultado desde 1994, no todo o *ranking* do agronegócio registrou lucro positivo

Aloísio Campelo Jr.

35 As 50 Maiores Cooperativas

Tábua de salvação

Os líderes do setor vêem no cooperativismo a saída para aumentar o poder de barganha dos agricultores

Marcio Bueno

38 Preços do agronegócio

40 Tendências

42 Insumos agrícolas

Sem pára-quedas

A variação dos insumos de agosto 1997 a setembro 2000 mostra redução das margens líquidas do produtor

Mariana Loyola e Adriano de Carvalho

45 Comércio

Práticas desleais

Produtividade e competitividade não bastam para o país ter vez no agronegócio internacional

Carlos Antonio Moreira Leite

Depois de Seattle

As perspectivas para a questão agrícola dependem do cenário: uma nova rodada ou a negociação por temas

Ricardo Tatesuzi de Sousa

52 Aves coloniais

A competição cria asas

Com um nicho para seu produto, o pequeno produtor tem boas chances de garantir espaço no mercado

Elsio A. P. Figueiredo

55 Cereais

Quase sob controle

Mesmo relativa, a segurança alimentar já pode ser considerada uma conquista da pesquisa e da tecnologia

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

62 Carnes

Devagar e sempre

Em rota de subida desde o princípio de 1999, os preços da carne têm tido aumentos módicos

65 Terras, salários & serviços

Bom negócio

Pela primeira vez em mais de cinco anos, os preços das terras sobem mais que a taxa de inflação

Adib Jamil Amin e Salomão Quadros

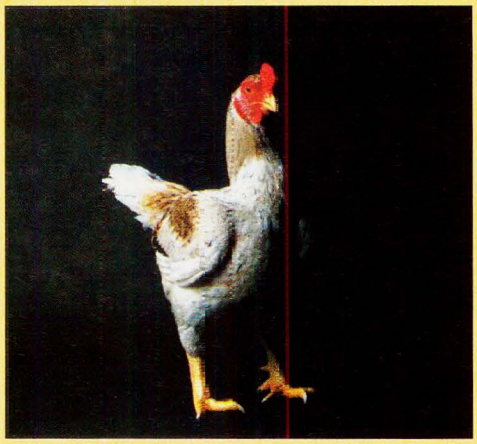
66 Diário de bordo

A pobreza das nações

Roberto Rodrigues

DA redação

FRANGO, A GENTE COME



Era uma vez um menino de classe média, de uns quatro anos, criado na urbaníssima Zona Sul do Rio. Foi passar um fim de semana com a família num sítio próximo, desses com cercas bem pintadas, uma bela sede, piscina, brinquedos, campo de futebol e coisa e tal. Estava deslumbrado com o lugar. No meio da tarde, já um tanto exausto de tanto correr, pular, mergulhar, gritar, correu faminto até a cozinha atrás de algo para comer. Junto da mãe, nos fundos da casa principal, viu uma galinha ciscando. Surpreso, disparou ansioso:

— Olha lá, mãe, uma *knor*!

Há muitas dessas histórias sobre crianças das grandes cidades que se surpreendem com elementos corriqueiros do meio rural. Nosso diretor de arte aqui na redação conta que a neta, também de uns quatro anos, ao passar à porta de um dos raros abatedouros de aves ainda existentes na cidade, puxa a mão do avô e diz:

— Vô, vô, olha só quanta galinha!

— Galinha só não, Maria... tem galo, tem frango...

— Frango não, vô... frango a gente come – interrompe a menina, com ar de

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE Instituto Brasileiro de Economia

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (21) 559-6000.

PRESIDENTE FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

DIRETOR GERAL: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

DEMAIS VOGAIS: Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente: Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.)

Demais Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco CCF Brasil S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado da Bahia, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Rabello de Castro, Sérgio Franklin Quintella, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

SUPLENTES: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Márcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Cia. Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S/A), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico S/A).

CONSELHO CONSULTIVO

Antonio Carlos Lemgruber, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais), Roberto Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

DIRETOR: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Roberto Fendt

professora. Ou seja, não é um animal. É um alimento apenas. Histórias deliciosas como essas mostram como é grande a distância entre a cidade e o campo nos dias de hoje. Entre crianças é muito comum imaginar que o ovo foi feito na fábrica de ovos, o frango na geladeira do supermercado, o iogurte... bem, o iogurte nem de longe lembra o leite, muito menos a vaca que o produziu.

Mesmo entre nós adultos nem sempre é tão rápida a ligação entre o produto final e sua matéria-prima. A cerveja, por exemplo, só está associada ao lazer do fim de semana. Cinto e sapato são produtos industriais, produzidos em alguma cidade, no Brasil ou no exterior. Poucos associam cinto e sapato a pecuária, ao manejo, à necessidade de preservar a qualidade do couro do nascimento do animal até o abate. Da mesma forma, não é clara a ligação entre calça *jeans* e algodão, entre a revista que você está lendo agora e a madeira necessária à produção do papel. Aqui na redação, todo ano nos surpreendemos com a reação de alguns executivos de empresas típicas de agribusiness quando a gente informa que a empresa está no *ranking* das 100 Maiores.

Tudo isso indica que o conceito de agribusiness, a despeito das suas cinco décadas de existência, ainda vai ter muita dificuldade de se fixar na mente dos cidadãos, principalmente os cidadãos chamados urbanos. É justo então que AGROANALYSIS reserve uma edição anual para apresentar seu *ranking*. É sempre uma oportunidade para falar no tema e lembrar que muitos produtos sofisticados ou simples só existem porque há um produtor rural no início da cadeia produtiva.

Foi pensando nisso que a Abag – Associação Brasileira de Agribusiness – acaba de viabilizar uma grande campanha publicitária. A idéia é simples e criativa: em pleno comercial de TV de algum produto acabado, de origem rural, há um corte em que é destacado o papel da agricultura naquele processo industrial. Você pode até achar estranho no começo. Mas é uma bela iniciativa para valorizar nossa agricultura.

CENTRO DE ESTATÍSTICAS E ANÁLISES ECONÔMICAS: Salomão L. Quadros

CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS: Ignez Vidigal Lopes

CENTRO DE ESTUDOS DE PREÇOS: Paulo Sidney de Melo Cota

CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS: Marcelo Neri

COORDENADORIA DE PROJETOS / GERÊNCIA ADMINISTRATIVA: Regina Celia Reis de Oliveira

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA: Roberto Fendt

AGROANALYSIS – A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Revista mensal de agronegócios da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

FUNDADOR – Julian M. Chacel

CHEFE DO CEA/IBRE – Ignez Vidigal Lopes

REDAÇÃO – Redator-chefe: Regis Alimandro

REDATORES SETORIAIS: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Luiz Antonio Pinazza (pecuária e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV–Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do milho e cacau) e Stivilane Dornelas (cooperativas)

REDATORES: César Garcia e Adelaide Oliveira.

ARTE: Osvaldo Moreira (editor), Ana Elisa Galvão e Norma Massa (diagramadoras).

REVISORES: Capi e Aleidis de Beltran.

COLABORADORES: Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Gregory Honczar, Viviane Seda (apoio técnico), Antonio Danieleto Filho (digitação), Bruno da Silva Júnior (suporte técnico), Raquel da Silva Guedes e Rômulo Garcia (estagiários).

PUBLICIDADE – GERENTE COMERCIAL: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 559-5623; fax: (21) 559-5616 e 551-4049; e-mail: caique @fgv.br

REPRESENTANTES COMERCIAIS: RIO – Milla de Souza: telefax: (21) 533-3121/1601, 524-2757 e e-mail: triunvirato@openlink.com.br; SÃO PAULO – José Mario Brito: tel.: (11) 9222-9480, 3875-2313, fax: (11) 3875-2313 e endereço eletrônico: reparte@uol.com.br; RIO GRANDE DO SUL – Ararê Vargas: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262.

ASSINATURAS / CIRCULAÇÃO – Ana Lúcia Botelho Brandão – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 559-6040, fax: 21 559-6039; endereço eletrônico: agroanalysis@fgv.br

LIVRARIAS: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 559-5535 e fax: 559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Denize e Silva Melo

Visite nossa home page: http://www.fgv.br

Permitida a reprodução total ou parcial de nossos índices e matérias desde que citada a fonte. As cartas dos leitores devem ser remetidas para AGROANALYSIS – Praia de Botafogo, 190, sala 804, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax (21) 551-4049, ou para os e-mails regis@fgv.br, cgarcia@fgv.br ou ainda o fax (21) 559-5616.

Para assinar, ligue grátis: 0800-257788.

TRIBUTO A GIL CARDOSO

O jornalismo rural e do agribusiness perdeu uma de suas figuras mais queridas com a morte de Gil Cardoso, no último 11 de outubro.

Presença marcante nos principais eventos da agropecuária brasileira dos últimos 40 anos, Gil deixou registros preciosos sobre o setor, em matérias publicadas nos anos 70 e 80 na *Gazeta Mercantil* e na década de 90 na revista *DBO Rural*. Foi um dos fundadores da extinta Associação dos Jornalistas Agropecuários, da qual chegou a ser presidente.

Suas coberturas jornalísticas assinalavam uma aguçada observação e um profundo entendimento sobre os assuntos do setor. Se não estivesse presente em algum evento, sua ausência jamais passaria despercebida.

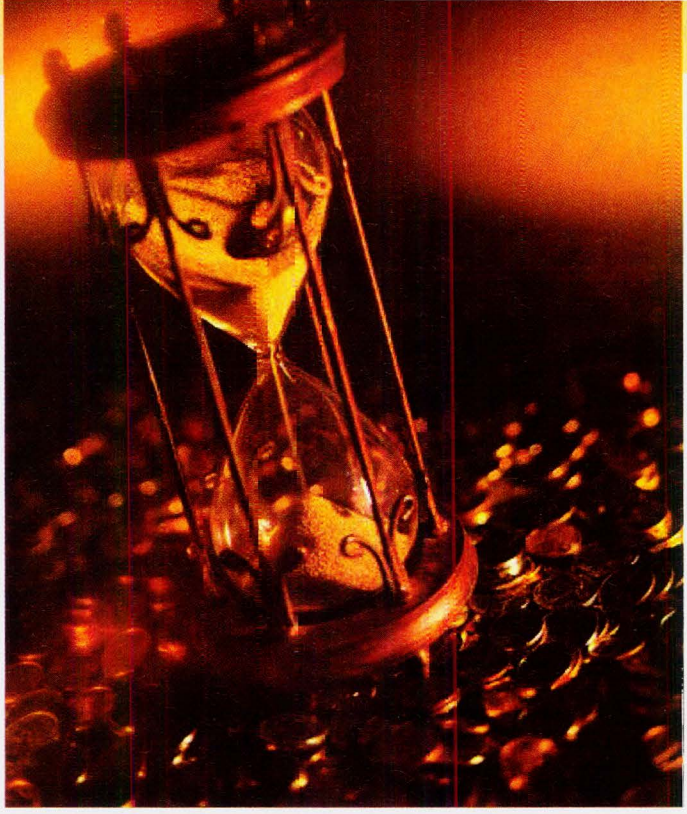
Com densos trabalhos realizados em visitas aos campos agrícolas dos Estados Unidos e da Europa, Gil construiu um notável *curriculum*. Estudioso, freqüentou o curso de comunicação da Universidade da Sorbonne.

Em 1993, foi motivo de justa e reconhecida homenagem pela Associação Brasileira de Agribusiness, no lançamento do livro *Agricultura na virada do século XX – uma visão de agribusiness*, que escrevemos com Ney Bittencourt de Araújo, onde se traça uma análise crítica dos gastos desenfreados com subsídios agrícolas pelos países do primeiro mundo. Roberto Rodrigues, então Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, referiu-se ao Gil em palavras emocionadas e sinceras.

Gil deixou transparecer alguma simpatia pelo livro, mas com seu jeito discreto fez sobre ele uma crítica dura e direta, pois achava que parte do subsídio tinha justificativa econômica e social. Citava como exemplo o pequeno agricultor dos Alpes, cuja sobrevivência era fundamental até do ponto de vista ambiental. Sem as pastagens, argumentava, não haveria retenção das geleiras no alto das montanhas, e disso resultariam inundações e transtornos para as populações dos vales e ribeirinhas.

Alimentava o projeto de um livro sobre o agribusiness da bovinocultura de corte, possivelmente seu tema predileto. Homem simples, mesmo nas rodas de amigos, nos momentos mais descontraídos, tinha por hábito ouvir muito mais do que falar.

Para aqueles que tiveram a oportunidade de conviver com ele no dia-a-dia, no trabalho ou em papos informais, fica sem dúvida uma grande e profunda saudade. Quem teve o privilégio de conhecer o Gil tem na memória o respeito ético e democrático que dedicava aos pontos de vista e ao pensamento alheios. Seu vasto conhecimento e sua experiência lhe conferiram o comportamento socrático dos que têm sabedoria suficiente para reconhecer e respeitar os limites da própria ignorância. Nossa saudação ao Gil. (**Luiz Antonio Pinazza**)



LUZ NO FIM DO TÚNEL

Apesar do pior resultado econômico-financeiro desde 1994, no todo o *ranking* do agronegócio registrou lucro positivo

ALOÍSIO CAMPELO JR.

A mudança da política cambial ocorrida no início de 1999 era defendida pelo setor agrícola brasileiro e foi recebida com entusiasmo. Antes de colherem os frutos da maior competitividade, porém, os produtores tiveram de amargar o forte aperto monetário do primeiro semestre do ano, que reduziu o nível de atividade e aprofundou o impacto negativo da desvalorização cambial sobre os encargos financeiros decorrentes de suas dívidas.

Diante de tais dificuldades, as empresas do agribusiness terminaram o ano registrando um resultado econômico-financeiro pior do que o do ano anterior. Das 100 Maiores, 42 tiveram prejuízo – o maior número desde o início desta pesquisa, em 1994. Em 1998, 36 empresas haviam fechado no vermelho e, em 1997, 29.

Os maiores aumentos de vendas (1999/1998)

Class. Geral	Classificação	Empresa	Cresc. nominal das vendas (em %)	Cresc. real das vendas* (em %)
77	1	Orsa Celulose	248,4	213,0
30	2	Antartica Norte-Nordeste	198,1	167,8
39	3	Antartica Sudeste	132,8	109,1
94	4	KFP Export	123,6	100,9
9	5	Sonae	120,9	98,4
21	6	Fertilizantes Serrana	114,2	92,4
99	7	ABC Supermercados	102,4	81,9
82	8	Moinhos Cruzeiro do Sul	99,4	79,2
7	9	Aracruz Celulose	95,0	75,2
20	10	Cenibra	92,6	73,0

*Valores de 1998 corrigidos pelo IGP-DI médio.

Prejuízo financeiro em destaque

O principal motivo para o mau desempenho em 1999 foi o aumento das despesas financeiras. O prejuízo financeiro agregado das 100 Maiores do Agribusiness aumentou 274%, em termos reais, saltando de cerca de R$2 bilhões em 1998 (a preços de 1999) para R$7,3 bilhões. Excluindo-se essa rubrica, o lucro agregado das agroempresas teria, na verdade, aumentado de R$4,8 bilhões para R$8,7 bilhões em 1999.

A análise da evolução de outros indicadores contábeis dessas empresas deixa mais evidente a melhoria dos números relacionados a seu lado operacional. A receita operacional líquida das 100 Maiores aumentou 5,7% em 1999, enquanto o custo direto envolvido na produção subiu apenas 1,6%, propiciando um aumento de 17,5% no lucro bruto (de R$16,3 bilhões para R$19,2 bilhões). As despesas com vendas caíram 0,5% e as despesas administrativas – em queda pelo terceiro ano consecutivo – diminuíram 6,5%.

Melhor que as 500

Apesar de todas as dificuldades com o lado financeiro, o resultado das 100 Maiores foi melhor do que o auferido pelas 500 Maiores Empresas do Brasil, fato que se deve, em boa parte, à maior presença de empresas que produzem produtos *tradable* entre as primeiras.

Vejamos alguns indicadores. Enquanto o lucro coletivo das 100 Maiores do Agribusiness somou R$1,3 bilhão em 1999, o resultado líquido agregado das 500 Maiores foi negativo em R$2 bilhões. O prejuízo das 500 Maiores foi influenciado pelos setores ligados aos serviços, pegos no contrapé pelo aumento das dívidas sem a contrapartida benéfica sobre as vendas do câmbio reajustado.

A rentabilidade mediana das empresas do agribusiness caiu em 1999 de 3,8% para 2,1%. Fraco, mas novamente superior ao resultado do conjunto das 500 Maiores, cuja rentabilidade mediana em 1999 foi de apenas 1,2% (4,6% no ano anterior).

Aumento do endividamento

Vislumbrando um período de maior crescimento, as empresas resolveram seus problemas financeiros conjunturais rolando dívidas.

As empresas do agribusiness terminaram o ano registrando um resultado econômico-financeiro pior do que o do ano anterior. Das 100 Maiores, 42 tiveram prejuízo – o maior número desde o início desta pesquisa, em 1994. Em 1998, 36 empresas haviam fechado no vermelho e, em 1997, 29.

O grau de endividamento mediano das 100 Maiores – que havia se reduzido ligeiramente para 0,95 do patrimônio líquido em 1998, após quatro anos de contínua elevação – voltou a subir, alcançando 1,22. Entre as 500 Maiores Empresas do Brasil o endividamento também aumentou, alcançando 1,08 do patrimônio líquido, em termos medianos, o maior nível desde uma outra conhecida desvalorização cambial, a de 1983.

Além do endividamento global, a dívida das empresas junto aos bancos também aumentou, de 0,35 para 0,5 do patrimônio líquido.

Tamanho e distribuição do agribusiness

O crescimento de 5,7% da receita operacional líquida das 100 Maiores do Agribusiness em 1999 foi inferior aos 6,7% registrados pelas 500 Maiores e até mesmo do que o crescimento registrado por elas mesmas no ano anterior, de 7,6%. Apesar disso, seu peso no *ranking* das 500 se manteve praticamente estável, caindo de 20,8% para 20,6% do total. Com 1/5 das empresas e 1/5 das receitas, o setor do agribusiness mostra um perfil empresarial idêntico ao da média nacional no quesito porte.

A composição regional das grandes do agribusiness, entretanto, tornou-se ainda mais concentrada em 1999. Somadas, as regiões Sul e Sudeste contribuem com 90% (89% em 1998) do *ranking* do agribusiness 2000, número que baixou de 82% para 81% no *ranking* das 500 Maiores Empresas do Brasil. A maior diferença entre os dois universos empresariais está na região Sul, onde os três estados respondem por 24% do *ranking* do agribusiness e por apenas 16% entre as 500 Maiores do país.

CLASSIFICAÇÃO ORDINAL

Em mil reais

Ranking 1999	Ranking 2000	Razão social	A/F	UF	Setor econômico	Ativo total	Class. ROL total	Receita oper. líquida	Class. ativo total
1	1	Cia. Brasileira de Dist. – Pão de açúcar	A	SP	Comércio varejista	5.045.063	1	5.548.899	1
2	2	Cia. Cervejaria Brahma	A	RJ	Bebidas	4.447.523	2	2.135.221	5
3	3	Ceval Alimentos S.A.	A	SC	Produtos alimentares	2.667.978	7	2.779.743	2
6	4	Sadia S.A.	A	SC	Produtos alimentares	2.703.808	6	2.583.879	4
4	5	Souza Cruz S.A.	A	RJ	Fumo	3.018.600	5	1.757.200	8
5	6	Cargill Agrícola S.A.	F	SP	Produtos alimentares	2.114.619	11	2.650.969	3
10	7	Aracruz Celulose S.A.	A	ES	Papel, pap. e celulose	4.150.547	3	957.549	19
7	8	Perdigão Agroindustrial S.A.	F	SP	Produtos alimentares	1.824.898	14	1.572.964	9
32	9	Sonae Distribuição Brasil S.A.	F	RS	Comércio varejista	1.827.393	13	1.508.872	11
11	10	Basf S.A.	F	SP	Química	1.307.787	19	1.831.134	7
8	11	Bompreço S.A. Super. do Nordeste	A	PE	Comércio varejista	1.358.599	16	1.449.955	12
	12	Votorantim Cel. Papel S.A. - VCP	A	SP	Papel, pap. e celulose	3.291.156	4	610.542	31
15	13	Klabin Fab. de Papel e Celulose S.A.	F	SP	Papel, pap. e celulose	1.902.902	12	861.285	23
13	14	Cia. Suzano de Papel e Celulose	A	SP	Papel, pap. e celulose	2.283.843	9	736.895	26
9	15	Parmalat Brasil S.A. Ind. de Alimentos	A	SP	Produtos alimentares	1.212.593	22	1.155.181	16
16	16	Novartis Biociências S.A.	F	SP	Prod. farmac. e veter.	1.114.869	27	1.232.345	13
24	17	Bahia Sul Celulose S.A.	A	BA	Papel, pap. e celulose	2.367.217	8	551.756	34
18	18	Casas Sendas Comér. e Indústria S.A.	F	RJ	Comércio varejista	810.239	34	1.992.800	6
12	19	Santista Alimentos S.A.	A	SP	Produtos alimentares	932.771	29	1.214.168	14
30	20	Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra	F	MG	Papel, pap. e celulose	1.611.744	15	621.748	30
26	21	Fertilizantes Serrana S.A.	A	SP	Química	930.395	30	1.086.949	17
19	22	Du Pont do Brasil S.A.	F	SP	Química	885.735	33	993.331	18
28	23	Vicunha Nordeste S.A. Indústria Têxtil	A	CE	Têxtil	1.138.020	25	663.214	28
17	24	Cia. Ant. Paul. - Ind. Bras. de Beb. e Conexos	A	SP	Bebidas	2.187.517	10	421.215	48
21	25	Pirelli Pneus S.A.	A	SP	Borracha	781.869	36	945.507	21
25	26	Bayer S.A.	F	SP	Prod. farmac. e veter.	766.112	37	950.445	20
22	27	Makro Atacadista S.A.	A	SP	Comércio atacadista	605.361	49	1.566.649	10
27	28	Martins Comércio e Ser. de Dist. S.A.	F	MG	Comércio atacadista	581.697	51	1.164.138	15
45	29	Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfértil	A	MG	Química	1.204.391	23	436.931	45
83	30	Ind. de Beb. Antarc. do Norte-Nordeste S.A.	A	BA	Bebidas	1.328.879	17	411.551	52
35	31	Spal Indústria Brasileira de Bebidas S.A.	F	SP	Bebidas	761.670	38	706.840	27
41	32	Ripasa S.A. Celulose e Papel	A	SP	Papel, pap. e celulose	1.068.537	28	456.755	43
38	33	Comércio e Ind. Brasileiras Coinbra S.A.	F	SP	Comércio atacadista	562.158	52	939.127	22
	34	Seara Alimentos S.A.	A	SC	Produtos alimentares	612.726	48	784.057	24
42	35	Cia. de Tec. Norte de Minas - Coteminas	A	MG	Têxtil	1.143.349	24	405.838	53
31	36	Avipal S.A. - Avicultura e Agropecuária	A	RS	Produtos alimentares	803.184	35	543.390	37
29	37	Cia. Zaffari Comércio e Indústria	F	RS	Comércio varejista	679.720	42	608.377	32
36	38	Bompreço Bahia S.A.	A	BA	Comércio varejista	529.722	56	770.145	25
63	39	Ind. de Bebidas Antarctica do Sudeste S.A.	F	RJ	Bebidas	1.218.444	21	344.272	63
47	40	Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.	F	SP	Prod. farmac. e veter.	698.333	40	508.397	39
39	41	CRBS S.A.	F	GO	Bebidas	1.310.338	18	304.508	71
33	42	Kraft Lacta Suchard Brasil S.A.	F	SP	Produtos alimentares	594.781	50	573.201	33
34	43	Duratex S.A.	A	SP	Madeira	923.335	31	392.217	56
40	44	Alpargatas-Santista Têxtil S.A.	A	SP	Têxtil	675.985	43	463.721	41
48	45	Ultrafertil S.A.	F	SP	Química	692.904	41	453.904	44
44	46	Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A.	F	SP	Bebidas	892.511	32	356.925	60
55	47	Clariant S.A.	F	SP	Química	494.268	61	549.894	35
56	48	Inpacel - Indústria de Papel Arapoti S.A.	F	PR	Papel, pap. e celulose	1.123.101	26	268.360	79
57	49	Braswey S.A. Indústria e Comércio	F	SP	Produtos alimentares	497.843	59	513.180	38
43	50	Manah S.A.	A	SP	Química	481.701	62	548.793	36

CLASSIFICAÇÃO ORDINAL

Ranking 1999	Ranking 2000	Razão social	A/F	UF	Setor econômico	Ativo total	Class. ROL total	Receita oper. líquida	Class. ativo total
51	51	Igaras Papéis e Embalagens S.A.	F	SC	Papel, pap. e celulose	617.007	46	405.428	54
61	52	Frangosul S.A. - Agro Avícola Industrial	F	RS	Produtos alimentares	497.102	60	461.201	42
65	53	Milenia Agro Ciências S.A.	F	PR	Química	548.973	53	418.682	50
67	54	M. Dias Branco S.A. Comércio e Indústria	F	CE	Produtos alimentares	628.133	45	347.115	61
68	55	Riocell S.A.	A	RS	Papel, pap. e celulose	704.355	39	276.515	75
52	56	Danone S.A.	F	SP	Produtos alimentares	470.778	63	399.411	55
54	57	SLC - John Deere S.A.	F	RS	Mecânica	532.081	55	346.817	62
50	58	Cia. Imp. e Exp. - Coimex	F	ES	Comércio atacadista	317.489	79	630.523	29
	59	BMBA Belgo Mineira Bekaert Arames S.A.	F	MG	Metalúrgica	364.450	72	464.378	40
37	60	Philip Morris Brasil S.A.	F	SP	Fumo	390.147	68	421.902	47
70	61	Eucatex S.A. Indústria e Comércio	A	SP	Madeira	658.971	44	240.787	82
23	62	Dixer Distribuidora de Bebidas S.A.	F	SP	Holding - cont. de part. socie.	517.181	57	280.215	74
59	63	Cia. Hering	A	SC	Vestuário	461.257	65	306.230	69
66	64	Primo Schincariol Ind. de Cerv. e Ref. S.A.	F	SP	Bebidas	538.424	54	253.527	81
	65	Chapecó Cia. Industrial de Alimentos	F	SC	Produtos alimentares	615.302	47	215.621	86
69	66	Elegê Alimentos S.A.	F	RS	Produtos alimentares	292.986	82	430.301	46
58	67	Spaipa S.A. - Ind. Brasileira de Bebidas	F	PR	Bebidas	309.847	81	415.931	51
	68	Coinbra-Frutesp S.A.	F	SP	Produtos alimentares	425.021	67	275.992	76
60	69	Cia. Cacique de Café Solúvel	A	PR	Produtos alimentares	330.925	78	364.292	59
119	70	Olvepar S.A. Indústria e Comércio	F	MT	Produtos alimentares	373.054	70	264.579	80
73	71	Chocolates Garoto S.A.	F	ES	Produtos alimentares	291.603	84	376.713	57
78	72	Klabin Kimberly S.A.	F	SP	Papel, pap. e celulose	359.630	75	269.720	78
71	73	Eldorado S.A.	F	SP	Comércio varejista	260.027	91	419.529	49
85	74	Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.	A	SP	Papel, pap. e celulose	331.985	77	281.016	73
75	75	Vonpar Refrescos S.A.	F	RS	Bebidas	313.685	80	304.943	70
	76	OMS - Organização Mineira de Sup. S.A.	F	MG	Comércio varejista	277.887	87	343.123	64
	77	Orsa Celulose, Papel e Embalagens S.A.	F	SP	Papel, pap. e celulose	362.952	73	234.618	84
76	78	Josapar - Joaquim Oliveira S.A. Part.	A	RS	Produtos alimentares	273.806	89	324.326	65
14	79	Souza Cruz Trading S.A.	F	RJ	Comércio atacadista	1.278.846	20	105.608	100
88	80	Ind. Química e Farm. Schering-Plough S.A.	F	RJ	Prod. farmac. e veter.	241.238	94	321.705	67
99	81	Solorrico S.A. Indústria e Comércio	A	SP	Química	239.945	95	322.964	66
126	82	Moinhos Cruzeiro do Sul S.A.	F	RS	Produtos alimentares	245.916	93	307.383	68
92	83	S.A. Fáb. de Produtos Alimentícios Vigor	A	SP	Produtos alimentares	465.163	64	158.462	95
80	84	S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	F	AL	Açúcar e álcool	512.300	58	147.616	97
84	85	Batavia S.A.	F	PR	Produtos alimentares	196.725	98	376.326	58
90	86	Trombini Papel e Embalagens S.A.	F	SP	Papel, pap. e celulose	367.148	71	180.376	91
82	87	Yakult S.A. Indústria e Comércio	F	SP	Produtos alimentares	276.658	88	230.364	85
95	88	Pisa - Papel de Imprensa S.A.	A	PR	Papel, pap. e celulose	432.298	66	149.395	96
93	89	Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	F	SP	Açúcar e álcool	357.923	76	175.723	93
53	90	Cia. União dos Refinadores Açúcar e Café	F	SP	Produtos alimentares	287.743	85	185.232	89
	91	Randon S.A. Imp. e Sistemas Automotivos	F	RS	Material de transporte	211.459	96	235.208	83
127	92	Montecitrus Trading S.A.	F	SP	Comércio atacadista	282.214	86	180.431	90
105	93	Duratex Madeira Industrializada S.A.	F	SP	Madeira	254.254	92	196.422	87
	94	KFP-Export S.A.	F	SP	Comércio atacadista	292.636	83	164.954	94
87	95	Ind. Alimentícias Itacolomy S.A. - Itasa	F	MG	Produtos alimentares	273.605	90	177.915	92
109	96	Esteve S.A.	F	ES	Comércio atacadista	177.559	99	270.498	77
106	97	Usina Caeté S.A.	F	AL	Açúcar e álcool	361.923	74	132.803	98
136	98	Fertibrás S.A. - Adubos e Inseticidas	A	SP	Química	206.612	97	194.711	88
146	99	ABC Supermercados S.A.	A	RJ	Comércio varejista	148.603	100	283.305	72
108	100	Indústria de Bebidas Antarctica-Polar S.A.	A	RS	Bebidas	384.198	69	108.976	99

A região Sudeste manteve sua participação relativa de 66% do *ranking* do agribusiness 2000. Há que se atentar, contudo, para a movimentação entre os estados. São Paulo perdeu quatro empresas, passando de 52 para 48 em 1999, enquanto os outros três estados da região conquistavam novas empresas no *ranking* do agronegócio, duas por Minas Gerais e uma por Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A região Norte zerou sua participação no *ranking* deste ano. Em 1998, uma empresa do Pará, a Jari Celulose, havia sido a honrosa exceção.

Setores exportadores se destacam

Vislumbrando um período de maior crescimento, as empresas resolveram seus problemas financeiros conjunturais rolando dívidas. O grau de endividamento mediano das 100 Maiores – 0,95 do patrimônio líquido em 1998, após quatro anos de contínua elevação – voltou a subir para 1,22.

Em termos setoriais, os destaques de 1999 foram os segmentos do agribusiness ligados ao comércio exterior, como o de papel, papelão e celulose e o comércio atacadista.

No caso do primeiro grupo, exportador nato, 1999 marcou o retorno do lucro, após um difícil período, em que essas empresas tiveram de enfrentar preços internacionais aviltados e taxa de câmbio valorizada. O prejuízo de R$571 milhões registrado pelas 15 empresas do segmento que participaram do *ranking* do agribusiness, em 1999, transformou-se em lucro líquido de R$321 milhões neste ano, e a rentabilidade mediana saiu de –5% para 4%.

Como de praxe, o mercado financeiro antecipou os melhores resultados. Os cinco papéis de empresas do segmento de papel, papelão e celulose que compõem o índice FGV100 – com peso de 6% no índice em outubro do ano 2000 – observaram um ganho de 613% em 1999.

Num ambiente de maior estabilidade cambial e juros menores, os resultados dessas empresas no primeiro semestre de 2000 foram muito bons. O somatório do lucro das mesmas cinco empresas chegou a R$642 milhões (menos R$144 milhões no primeiro semestre de 1999). Da mesma forma, a rentabilidade mediana, em 12 meses, passou de -3% para 15,4%.

O desempenho do comércio atacadista no agronegócio também foi muito bom em 1999. Na comparação com o mesmo setor no *ranking* das 500 Maiores do Brasil, a maior concentração de empresas ligadas ao comércio exterior tornou o resultado delas no *ranking* do agribusiness bem superior.

Puxado por empresas como a Coimex, Montecitrus e Souza Cruz Trading, o lucro agregado das nove empresas pesquisadas do



As maiores reduções de vendas (1999/1998)

Class. geral	Class.	Empresa	Cresc. nominal das vendas (em %)	Cresc. real das vendas* (em %)
79	1	Souza Cruz Trading	-83,0	-84,7
62	2	Dixer	-78,7	-80,9
90	3	Cia. União dos Refinadores Açúcar e Café	-66,1	-69,6
60	4	Philip Morris	-21,4	-29,4
41	5	CRBS	-16,6	-25,0
91	6	Randon	-12,9	-21,7
84	7	Usina Coruripe	-12,0	-21,0
78	8	Josapar	-8,0	-17,4
57	9	SLC John Deere	-6,3	-15,8
56	10	Danone	-5,7	-15,3

*Valores de 1998 corrigidos pelo IGP-DI médio.



patrimônio líquido. Devido porém a suas características intrínsecas, essas empresas trabalham com parâmetros de endividamento mais próximos aos internacionais, nos quais esses números não configuram uma situação crítica. Ademais, elas apresentam um grau de liquidez corrente acima da média, com 1,4 (1,15 no total do agribusiness), demonstrando uma capacidade de geração de recursos maior do que o somatório dos compromissos, no curto prazo.

Química e laboratórios

Numa condição analogamente oposta, temos o segmento da indústria química ligado ao agribusiness. Este apresentou em 1999 resultados inferiores ao conjunto do setor químico nacional, que foi influenciado pelo excelente resultado do segmento petroquímico.

Enquanto o setor químico nas 500 Maiores mostrou aumento da rentabilidade de 3,8% para 8% no ano passado, no agribusiness a rentabilidade caiu de 6,5% para 4,7%. Apesar de ter aumentado em ambos os casos, o endividamento das empresas do segmento químico no agribusiness é maior, chegando a três vezes o tamanho do patrimônio líquido, em termos medianos – o dobro do endividamento mediano da indústria química brasileira no ano passado.

A composição regional das grandes do agribusiness tornou-se ainda mais concentrada em 1999: somadas, as regiões Sul e Sudeste contribuem com 90% (89% em 1998) do ranking do agribusiness 2000. Na região Sul, os três estados respondem por 24% do *ranking*.

O setor de produtos farmacêuticos e veterinários continua apresentando excelentes resultados no Brasil, apesar da elevação dos preços de insumos importados, importante componente de sua produção. Aparentemente, o setor não teve dificuldades em repassar custos ao consumidor final, haja vista o aumento de 6,5% em termos reais da receita líquida das empresas do setor no *ranking* do agronegócio, apesar de estarem representadas em menor número neste ano (quatro empresas contra cinco no *ranking* de 1999).

A rentabilidade mediana caiu de 23,8% para 16,4%, sendo ainda bem superior à média nacional. O setor trabalha com a maior margem bruta de lucro (lucro bruto/receitas líquidas) do agribusiness – 55% em termos medianos.

Os maiores lucros

Class.geral	Class.	Empresa	Lucro líquido (R$ mil)
5	1	Souza Cruz	672.000
79	2	Souza Cruz Trading	497.497
2	3	Brahma	322.295
12	4	Votorantim Celulose Papel	161.435
29	5	Fosfértil	119.949
25	6	Pirelli Pneus	119.488
6	7	Cargill Agrícola	103.286
14	8	Suzano Papel e Celulose	101.399
54	9	M. Dias Branco	98.508
27	10	Makro	95.068

comércio atacadista do agribusiness chegou a 32,3% do patrimônio líquido do setor. Em termos medianos, a rentabilidade baixa um pouco, ficando em 19,5%, número bem superior aos 6,8% alcançados pelo segmento atacadista na pesquisa das 500 Maiores.

As difíceis condições financeiras enfrentadas em 1999 fizeram aumentar o endividamento nesse setor, de 0,9 para 2,2 do

Os maiores prejuízos

Class. geral	Class.	Empresa	Lucro líquido (R$ mil)
24	1	Antarctica Paulista	-544.012
19	2	Santista Alimentos	-206.697
60	3	Philip Morris	-178.251
63	4	Hering	-158.150
13	5	Klabin	-115.714
22	6	Du Pont	-96.051
39	7	Antarctica Sudeste	-91.199
65	8	Chapecó Alimentos	-76.725
50	9	Manah	-69.082
31	10	Spal Bebidas	-54.321

As mais rentáveis

Class. geral	Class.	Empresa	Rentabilidade do patrimônio líquido (em %)
5	1	Souza Cruz	47,8
79	2	Souza Cruz Trading	40,5
80	3	Schering-Plough	36,7
25	4	Pirelli Pneus	34,6
27	5	Makro	30,4
33	6	Coinbra	28,9
29	7	Fosfértil	26,3
92	8	Montecitrus Trading	25,9
2	9	Brahma	20,1
6	10	Cargill Agrícola	18,9

As menos rentáveis

Class. geral	Class.	Empresa	Rentabilidade do patrimônio líquido (em %)
60	1	Philip Morris	-342,7
63	2	Hering	-122,9
99	3	ABC Supermercados	-118,9
50	4	Manah	-92,1
22	5	Du Pont	-81,0
94	6	KFP Export	-68,4
24	7	Antarctica Paulista	-66,7
19	8	Santista Alimentos	-53,3
65	9	Chapecó Alimentos	-50,8
85	10	Batavia	-41,3

Empresas que mais cresceram no ranking do agribusiness

Evolução nos últimos quatro anos

	Empresa	Posição no ranking 1997	2000	Número de posições conquistadas
1	Sadia	143	4	139
2	Fertilizantes Serrana	123	21	102
3	Sonae	83	9	74
4	Parmalat	84	15	69
5	Danone	100	56	44
6	Votorantim Celulose Papel	47	12	35
7	Antarctica Norte-Nordeste	61	30	31
8	M. Dias Branco	81	54	27
9	Novartis	33	16	17
10	Eucatex	77	61	16

Empresas que mais recuaram no ranking do agribusiness

Evolução nos últimos quatro anos

	Empresa	Posição no ranking 1997	2000	Número de posições perdidas
1	Souza Cruz Trading	41	79	38
2	Lacta	19	42	23
3	Philip Morris	37	60	23
4	Alpargatas-Santista Têxtil	24	44	20
5	Spal	16	31	15
6	Trombini Papel	71	86	15
7	Santista Alimentos	4	19	15
8	Spaipa	52	67	15
9	Garoto	57	71	14
10	Antarctica Paulista	10	24	14

Têxtil: *sui generis*

O segmento têxtil é outro que poderia estar se beneficiando da nova política cambial, ao substituir importações, mas ainda apresentou um resultado modesto em 1999, a começar pelo número de empresas, que caiu de cinco para três, entre as 100 Maiores do Agribusiness.

No *ranking* das 500 Maiores, o número de empresas do setor têxtil se elevou de sete para nove, mostrando um aumento de competidores de porte médio – seis dessas nove estão situadas abaixo da 400ª posição no *ranking* das 500 – e diminuição do número de grandes empresas no setor.

A rentabilidade mediana do setor têxtil permaneceu estável em 1999, com 3,7%, e o grau de endividamento, caso raro no ano passado, se reduziu, de 0,79 para 0,62.

Abaixo do esperado

Dominado pelas empresas ligadas à Ambev, o setor de bebidas brasileiro não foi bem em 1999. Apesar do lucro de R$322



Empresas que mais avançaram no ranking 2000

Empresa	Classificação em 1999	Classificação em 2000	Número de posições conquistadas
Antarctica Norte-Nordeste	83	30	53
Antarctica Sudeste	63	39	24
Sonae	32	9	23
Solorrico	99	81	18
Fosfértil	45	29	16
Riocell	68	55	13
M. Dias Branco	67	54	13
Milenia Agrociências	65	53	12
Santher	85	74	11
Cenibra	30	20	10

Empresas que mais recuaram no ranking 2000

Empresa	Classificação em 1999	Classificação em 1999	Número de posições perdidas
Souza Cruz Trading	14	79	65
Dixer	23	62	39
Açucar União	53	90	37
Philip Morris	37	60	23
Lacta	33	42	9
Spaipa	58	67	9
Duratex	34	43	9
Cacique Café	60	69	9
Itasa	87	95	8
Coimex	50	58	8

milhões da Companhia Cervejaria Brahma, o setor foi prejudicado pelo desempenho das indústrias ligadas à ex-Antarctica, fechando o ano com um prejuízo agregado de R$305 milhões e rentabilidade mediana de -1,1%.

Outros segmentos do agribusiness que não foram bem em 1999 apresentam perfil mais voltado para o mercado interno de bens de consumo não duráveis. Esses atravessaram uma fase difícil no ano passado, sem poderem contar com a válvula de escape do setor externo na mesma extensão que os segmentos exportadores ou que produzem substitutos de importações.

O comércio varejista por exemplo – que no agribusiness é dominado pelas redes de supermercados – conseguiu elevar suas receitas em 13,5% reais em 1999, mas o prejuízo financeiro agregado decuplicou, de R$48 milhões para R$472 milhões. A rentabilidade mediana de suas nove empresas terminou o ano em -3,1%, contrastando desfavoravelmente com o mesmo segmento entre as 500 Maiores – que inclui o varejo de bens de consumo duráveis – onde houve substituição de importações no ano passado, propiciando uma rentabilidade mediana de 7,4% para o setor.

O setor de produtos alimentares também não foi bem em 1999, com uma rentabilidade de apenas 0,3% e um lucro agregado de R$39 milhões (havia lucrado R$443 milhões em 1998).



Alterações no *ranking*

Duas das maiores alterações na classificação das empresas do agribusiness no *ranking* 2000 foram fruto de uma reestruturação societária. A Antarctica Norte—Nordeste e a Antarctica Sudeste galgaram muitos postos pela incorporação de empresas menores do mesmo grupo.

A terceira empresa que mais avançou no *ranking* foi a Sonae, que conquistou 23 posições, pulando da 32ª para a nona colocação entre as maiores do agronegócio. A empresa avançou em duas frentes: incorporou redes de supermercado na região Sul do país e construiu seis novos hipermercados e dois supermercados nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Além dessas, algumas empresas subiram no *ranking* devido a seu desempenho operacional no ano passado. Caso da Cenibra, que saltou da 30ª para a 20ª posição, alavancada por maiores receitas de exportação advindas do câmbio mais favorável e dos preços internacionais de sua *commodity* principal.

Caindo do alto

A Souza Cruz Trading caiu da 14ª para a 79ª posição no *ranking*, com receitas em 1999 84,7% inferiores, em termos reais, às do ano anterior mas, curiosamente, logrou conseguir a segunda maior rentabilidade (40,5%) entre as empresas do agribusiness. O motivo desse aparente paradoxo é a complexa teia de relações existente entre ela, sua controladora (Souza Cruz) e sua controlada no exterior (Souza Cruz Overseas). Em 1999, a maior fração do lucro da Souza Cruz Trading adveio da participação que ela detém nessa controlada.

A segunda maior queda de posição no *ranking* foi a da Dixer, que passou da 23ª à 62ª colocação. Essa distribuidora de bebidas abandonou seu lado "operacional" em favor de controladas a partir de abril do ano passado, tornando-se uma *holding*. Dessa forma, ela provavelmente deixará de compor o *ranking* das 100 Maiores do Agribusiness em 2001.

A União dos Refinadores Açúcar e Café também poderá reduzir seu porte até desaparecer do *ranking* de maiores do agribusiness. Em abril de 1999, transferiu suas atividades de refino de açúcar para sua controladora (Copersucar) e de café torrado e moído para a controlada Café Pilão.

Aloisio Campelo Jr. é economista do Centro de Estatísticas e Análises Econômicas do Ibre/FGV.



age.

Se você acha difícil decidir o futuro da sua empresa, imagine ter em suas mãos o destino da humanidade. Foi isso que viveu Winston Churchill. O primeiro-ministro inglês na Segunda Guerra e um dos maiores líderes do século. Ele soube tomar decisões precisas em momentos incertos. Soube desenhar estratégias que redesenharam o mapa mundial. Soube formar a aliança que venceu o maior inimigo da humanidade: o nazismo. E, para comemorar isso tudo, soube popularizar um gesto que virou sinônimo de vitória. E que agora é o símbolo do Valor Econômico. O V de vitória é o V do Valor. O jornal que traz tudo para você ser um vencedor no mundo dos negócios. Assine já: 0800 90 5150. E seja você também um comandante de visão capaz de fazer alianças com os Roosevelt e De Gaulle do mundo empresarial moderno. E um líder capaz de enfrentar e vencer os Hitler e Mussolini destes tempos de marketing de guerra.

Valor ECONÔMICO

CLASSIFICAÇÃO SETORIAL

Em mil reais

Class. Setor	Class. Geral	Razão Social	A/F	UF	Ativo total	Receita operacional líquida	Pat. líquido	Lucro líquido	Rent. do Pat. líquido Em %
MECÂNICA									
1	57	SLC - John Deere S.A.	F	RS	532.081	346.817	216.819	-40.840	-18,84
QUÍMICA									
1	10	Basf S.A.	F	SP	1.307.787	1.831.134	388.866	-26.475	-6,81
2	21	Fertilizantes Serrana S.A.	A	SP	930.395	1.086.949	205.214	7.061	3,44
3	22	Du Pont do Brasil S.A.	F	SP	885.735	993.331	118.517	-96.051	-81,04
4	29	Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfértil	A	MG	1.204.391	436.931	456.149	119.949	26,30
5	45	Ultrafertil S.A.	F	SP	692.904	453.904	535.561	83.142	15,52
6	47	Clariant S.A.	F	SP	494.268	549.894	113.304	6.705	5,92
7	50	Manah S.A.	A	SP	481.701	548.793	75.030	-69.082	-92,07
8	53	Milenia Agro Ciências S.A.	F	PR	548.973	418.682	86.214	12.269	14,23
9	81	Solorrico S.A. Indústria e Comércio	A	SP	239.945	322.964	65.151	-4.927	-7,56
10	98	Fertibrás S.A. - Adubos e Inseticidas	A	SP	206.612	194.711	79.186	10.232	12,92
Somatório do setor					6.992.711	6.837.293	2.123.192	42.823	2,02
PROD. FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS									
1	16	Novartis Biociências S.A.	F	SP	1.114.869	1.232.345	531.525	79.128	14,89
2	26	Bayer S.A.	F	SP	766.112	950.445	345.051	-23.218	-6,73
3	40	Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.	F	SP	698.333	508.397	470.172	83.786	17,82
4	80	Indústria Química e Farmacêutica Schering-Plough S.A.	F	RJ	241.238	321.705	122.774	45.060	36,70
Somatório do setor					2.820.552	3.012.892	1.469.522	184.756	12,57
BORRACHA									
	25	Pirelli Pneus S.A.	A	SP	781.869	945.507	345.748	119.488	34,56
AÇÚCAR E ÁLCOOL									
1	84	S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	F	AL	512.300	147.616	207.856	1.246	0,60
2	89	Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	F	SP	357.923	175.723	60.072	-1.013	-1,69
3	97	Usina Caeté S.A.	F	AL	361.923	132.803	284.105	4.055	1,43
Somatório do setor					1.232.146	456.142	552.033	4.288	0,78
TÊXTIL									
1	23	Vicunha Nordeste S.A. Indústria Têxtil	A	CE	1.138.020	663.214	544.973	20.276	3,72
2	35	Cia. de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	A	MG	1.143.349	405.838	855.971	17.747	2,07
3	44	Alpargatas-Santista Têxtil S.A.	A	SP	675.985	463.721	417.308	33.752	8,09
Somatório do setor					2.957.354	1.532.773	1.818.252	71.775	3,95
BEBIDAS									
1	2	Cia. Cervejaria Brahma	A	RJ	4.447.523	2.135.221	1.606.375	322.295	20,06
2	24	Cia. Antarctica Paulista - Ind. Brasileira de Beb. e Conexos	A	SP	2.187.517	421.215	816.119	-544.012	-66,66
3	30	Indústria de Bebidas Antarctica do Norte-Nordeste S.A.	A	BA	1.328.879	411.551	926.250	-10.540	-1,14
4	31	Spal Indústria Brasileira de Bebidas S.A.	F	SP	761.670	706.840	375.765	-54.321	-14,46
5	39	Indústria de Bebidas Antarctica do Sudeste S.A.	F	RJ	1.218.444	344.272	546.876	-91.199	-16,68
6	41	CRBS S.A.	F	GO	1.310.338	304.508	546.806	67.435	12,33
7	46	Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A.	F	SP	892.511	356.925	124.787	-19.278	-15,45
8	64	Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes S.A.	F	SP	538.424	253.527	227.825	19.593	8,60
9	67	Spaipa S.A. - Indústria Brasileira de Bebidas	F	PR	309.847	415.931	164.678	7.718	4,69
10	75	Vonpar Refrescos S.A.	F	RS	313.685	304.943	190.110	-33.881	-17,82
11	100	Indústria de Bebidas Antarctica-Polar S.A.	A	RS	384.198	108.976	312.611	31.425	10,05
Somatório do setor					13.693.036	5.763.909	5.838.202	-304.765	-5,22
PAPEL, PAPELÃO E CELULOSE									
1	7	Aracruz Celulose S.A.	A	ES	4.150.547	957.549	2.178.523	94.524	4,34
2	12	Votorantim Celulose Papel S.A. - VCP	A	SP	3.291.156	610.542	1.985.415	161.435	8,13
3	13	Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A.	F	SP	1.902.902	861.285	803.329	-115.714	-14,40

CLASSIFICAÇÃO SETORIAL

Class. Setor	Class. Geral	Razão Social	A/F	UF	Ativo total	Receita operacional líquida	Pat. líquido	Lucro líquido	Rent. do Pat. líquido Em %
4	14	Cia. Suzano de Papel e Celulose	A	SP	2.283.843	736.895	1.453.942	101.399	6,97
5	17	Bahia Sul Celulose S.A.	A	BA	2.367.217	551.756	1.235.848	27.241	2,20
6	20	Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra	F	MG	1.611.744	621.748	440.758	-53.587	-12,16
7	32	Ripasa S.A. Celulose e Papel	A	SP	1.068.537	456.755	613.215	80.383	13,11
8	48	Inpacel - Indústria de Papel Arapoti S.A.	F	PR	1.123.101	268.360	998.413	40.020	4,01
9	51	Igaras Papéis e Embalagens S.A.	F	SC	617.007	405.428	284.728	-37.826	-13,28
10	55	Riocell S.A.	A	RS	704.355	276.515	336.953	-24.539	-7,28
11	72	Klabin Kimberly S.A.	F	SP	359.630	269.720	282.036	36.587	12,97
12	74	Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.	A	SP	331.985	281.016	98.369	-24.721	-25,13
13	77	Orsa Celulose, Papel e Embalagens S.A.	F	SP	362.952	234.618	195.649	14.098	7,21
14	86	Trombini Papel e Embalagens S.A.	F	SP	367.148	180.376	58.268	454	0,78
15	88	Pisa - Papel de Imprensa S.A.	A	PR	432.298	149.395	325.153	21.434	6,59
Somatório do setor					20.974.422	6.861.958	11.290.599	321.188	2,84
MADEIRA									
1	43	Duratex S.A.	A	SP	923.335	392.217	615.894	11.570	1,88
2	61	Eucatex S.A. Indústria e Comércio	A	SP	658.971	240.787	388.361	-36.873	-9,49
3	93	Duratex Madeira Industrializada S.A.	F	SP	254.254	196.422	174.022	14.461	8,31
Somatório do setor					1.836.560	829.426	1.178.277	-10.842	-0,92
COMÉRCIO ATACADISTA									
1	27	Makro Atacadista S.A.	A	SP	605.361	1.566.649	312.336	95.068	30,44
2	28	Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.	F	MG	581.697	1.164.138	174.298	11.856	6,80
3	33	Comércio e Indústrias Brasileiras Coinbra S.A.	F	SP	562.158	939.127	178.707	51.599	28,87
4	58	Cia. Importadora e Exportadora - Coimex	F	ES	317.489	630.523	161.243	21.076	13,07
5	79	Souza Cruz Trading S.A.	F	RJ	1.278.846	105.608	1.226.882	497.497	40,55
6	92	Montecitrus Trading S.A.	F	SP	282.214	180.431	70.266	18.224	25,94
7	94	KFP-Export S.A.	F	SP	292.636	164.954	3.584	-2.450	-68,36
8	96	Esteve S.A.	F	ES	177.559	270.498	20.612	1.090	5,29
Somatório do setor					4.097.960	5.021.928	2.147.928	693.960	32,31
COMÉRCIO VAREJISTA									
1	1	Cia. Brasileira de Distribuição	A	SP	5.045.063	5.548.899	2.625.823	62.032	2,36
2	9	Sonae Distribuição Brasil S.A.	F	RS	1.827.393	1.508.872	1.035.255	-4.456	-0,43
3	11	Bompreço S.A. Supermercados do Nordeste	A	PE	1.358.599	1.449.955	529.611	-19.123	-3,61
4	18	Casas Sendas Comércio e Indústria S.A.	F	RJ	810.239	1.992.800	255.942	31.840	12,44
5	37	Cia. Zaffari Comércio e Indústria	F	RS	679.720	608.377	383.380	33.752	8,80
6	38	Bompreço Bahia S.A.	A	BA	529.722	770.145	294.348	-9.241	-3,14
7	73	Eldorado S.A.	F	SP	260.027	419.529	90.327	-9.346	-10,35
8	76	OMS - Organização Mineira de Supermercado S.A.	F	MG	277.887	343.123	222.147	-24.751	-11,14
9	99	ABC Supermercados S.A.	A	RJ	148.603	283.305	43.312	-51.491	-118,88
Somatório do setor					10.937.253	12.925.005	5.480.145	9.216	0,17
FUMO									
1	5	Souza Cruz S.A.	A	RJ	3.018.600	1.757.200	1.404.600	672.000	47,84
2	60	Philip Morris Brasil S.A.	F	SP	390.147	421.902	52.008	-178.251	-342,74
Somatório do setor					3.408.747	2.179.102	1.456.608	493.749	33,90
PRODUTOS ALIMENTARES									
1	3	Ceval Alimentos S.A.	A	SC	2.667.978	2.779.743	617.199	22.728	3,68
2	4	Sadia S.A.	A	SC	2.703.808	2.583.879	858.977	82.181	9,57
3	6	Cargill Agrícola S.A.	F	SP	2.114.619	2.650.969	547.007	103.286	18,88
4	8	Perdigão Agroindustrial S.A.	F	SP	1.824.898	1.572.964	515.079	44.521	8,64
5	15	Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos	A	SP	1.212.593	1.155.181	805.256	-53.261	-6,61
6	19	Santista Alimentos S.A.	A	SP	932.771	1.214.168	387.953	-206.697	-53,28
7	34	Seara Alimentos S.A.	A	SC	612.726	784.057	217.268	-29.092	-13,39

CLASSIFICAÇÃO SETORIAL

Class. Setor	Class. Geral	Razão Social	A/F	UF	Ativo total	Receita operacional líquida	Pat. líquido	Lucro líquido	Rent. do Pat. líquido Em %
8	36	Avipal S.A. - Avicultura e Agropecuária	A	RS	803.184	543.390	414.240	5.751	1,39
9	42	Kraft Lacta Suchard Brasil S.A.	F	SP	594.781	573.201	-30.544	-11.553	PL<0
10	49	Braswey S.A. Indústria e Comércio	F	SP	497.843	513.180	229.228	1.269	0,55
11	52	Frangosul S.A. - Agro Avícola Industrial	F	RS	497.102	461.201	178.517	13.749	7,70
12	54	M. Dias Branco S.A. Comércio e Indústria	F	CE	628.133	347.115	543.366	98.508	18,13
13	56	Danone S.A.	F	SP	470.778	399.411	318.876	-37.905	-11,89
14	65	Chapecó Cia. Industrial de Alimentos	F	SC	615.302	215.621	150.971	-76.725	-50,82
15	66	Elegê Alimentos S.A.	F	RS	292.986	430.301	188.765	13.249	7,02
16	68	Coinbra-Frutesp S.A.	F	SP	425.021	275.992	136.284	404	0,30
17	69	Cia. Cacique de Café Solúvel	A	PR	330.925	364.292	100.481	13.100	13,04
18	70	Olvepar S.A. Indústria e Comércio	F	MT	373.054	264.579	124.158	-8.156	-6,57
19	71	Chocolates Garoto S.A.	F	ES	291.603	376.713	170.373	-6.039	-3,54
20	78	Josapar - Joaquim Oliveira S.A. Participações	A	RS	273.806	324.326	93.359	-6.280	-6,73
21	82	Moinhos Cruzeiro do Sul S.A.	F	RS	245.916	307.383	65.130	514	0,79
22	83	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	A	SP	465.163	158.462	254.488	-8.431	-3,31
23	85	Batavia S.A.	F	PR	196.725	376.326	94.030	-38.799	-41,26
24	87	Yakult S.A. Indústria e Comércio	F	SP	276.658	230.364	221.000	25.200	11,40
25	90	Cia. União dos Refinadores Açúcar e Café	F	SP	287.743	185.232	120.942	-24.352	-20,14
26	95	Indústrias Alimentícias Itacolomy S.A. - Itasa	F	MG	273.605	177.915	252.669	43.972	17,40
Somatório do setor					19.909.721	19.265.966	7.575.072	-38.859	-0,51
		HOLDING - CONTROLADORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS							
1	62	Dixer Distribuidora de Bebidas S.A.	F	SP	517.181	280.215	355.482	-47.370	-13,33
		MATERIAL DE TRANSPORTE							
1	91	Randon S.A. Implementos e Sistemas Automotivos	F	RS	211.459	235.208	93.871	-12.403	-13,21
		METALÚRGICO							
1	59	BMBA Belgo Mineira Bekaert Arames S.A.	F	MG	364.450	464.378	209.852	26.133	12,45
		VESTUÁRIO							
1	63	Cia. Hering	A	SC	461.257	306.230	128.725	-158.150	-122,86



Proteja a sua lavoura das pragas e doenças

A Cultivar é a única revista brasileira especializada no controle de pragas, doenças e plantas daninhas que afetam a sua lavoura. A começar pela sanidade e qualidade das sementes

Cultivar



Criação: Fabiane Rittmann / Foto: Anibal Molina

Assinaturas

Pedidos pelo telefone: (53) 272.2128 ou e-mail: cultivar@cultivar.inf.br

site: www.cultivar.inf.br

OS DESTAQUES DO RANKING

MÁRCIO BUENO



AMBEV: FUSÃO DE GIGANTES

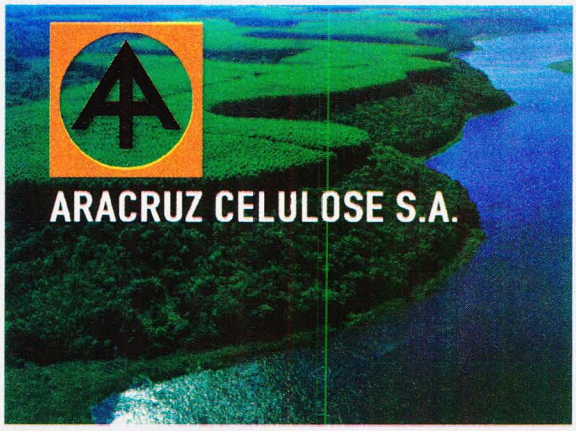
A AmBev – Companhia de Bebidas das Américas – é a maior empresa brasileira de bebidas e a quinta do mundo. No segmento de cervejas detém a quarta posição mundial. Sua linha de produtos inclui também refrigerantes, isotônicos, chás e águas, com 38% de participação no mercado total de bebidas do Brasil. Em cervejas, o *market share* é de 73%, dividido entre suas três principais marcas: Brahma, Antarctica e Skol. Entre os refrigerantes, os destaques são o Guaraná Antarctica, produzido a partir de um fruto típico da floresta amazônica, e a Pepsi-Cola, como licenciada da marca internacional.

A Ambev foi criada no ano passado em 1° de julho, com a associação das cervejarias brasileiras Brahma e Antarctica. A fusão das duas maiores empresas brasileiras do setor foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 30 de março deste ano. A empresa tem 46 unidades industriais em 18 estados brasileiros, além de quatro fábricas no Uruguai, Argentina e Venezuela. As suas operações de exportação já abriram mercados em mais de 25 países e devem se expandir em decorrência da nova estrutura obtida com a fusão. Para a direção, essa foi a principal motivação para Brahma e Antarctica se unirem, como forma de competir em um mercado que se caracteriza pela formação de blocos internacionais, como o Mercosul e a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), que se tornará realidade a partir de 2005.

Em julho, em parceria com a francesa Danone, negociou a opção de compra da segunda maior companhia de bebidas do Uruguai, a Salus, líder do mercado de água mineral naquele país e vice-líder em cervejas, com a marca Patrícia.

No segundo trimestre de 2000, o primeiro trimestre de atividade efetiva após a aprovação da fusão determinante da AmBev, a receita líquida atingiu R$1,1 bilhão, representando evolução de 13,7% quando comparado ao *pro forma* do segundo trimestre de 1999. O EBITDA (lucro operacional antes de impostos, resultado financeiro e depreciação) foi de R$245,3 milhões, 22,3% superior ao obtido no mesmo período do ano passado.

A AmBev anunciou em outubro, para sua fábrica no Rio de Janeiro, um investimento de US$60 milhões para a instalação de 10 usinas a gás de co-geração até 2003. As obras acontecerão em suas unidades industriais espalhadas por todo o país. O BNDES poderá financiar até 60% do investimento.



ARACRUZ: FIBRA NADA CURTA

A empresa originou-se da criação da Aracruz Florestal, em 1967, com a compra de 10 mil hectares de terras degradadas no município capixaba de Aracruz. A primeira muda de eucalipto foi plantada no dia 2 de novembro de 1967, ano em que foram plantados cerca de 1 mil hectares. No ano seguinte começaram as pesquisas florestais, que durariam até 1972, quando foi fundada a Aracruz Celulose S.A. Em 1974, as atividades florestais da empresa se estendiam aos municípios de São Mateus e Conceição da Barra.

A produção de celulose começou em 1978, com a entrada em operação da primeira fábrica, com capacidade produtiva de 475 mil toneladas/ano. Em pouco tempo, a Aracruz tornou-se a principal fornecedora de celulose para as fábricas brasileiras de papel e também a principal produtora e exportadora de celulose de fibra curta do Brasil.

O relacionamento da Aracruz com a área rural é de produção própria. Em 1988, as atividades florestais se estendiam até o Extremo Sul da Bahia e em 1991, com investimentos de US$1,2 bilhão, foi inaugurada a segunda fábrica, o que permitiu a produção do primeiro milhão de toneladas de celulose por ano.

O controle acionário da Aracruz é exercido pelos grupos Lorentzen (28%), Mondi International (28%), Safra (28%) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (12,5%). As ações preferenciais da empresa, perfazendo mais de 50% da base acionária, são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova York e Madri.

Com o projeto de modernização de 1997, a Aracruz passou a produzir cerca de 1,240 milhão de toneladas de celulose por ano. Atualmente a empresa se prepara para mais um salto quantitativo, com a instalação de uma terceira unidade de produção, o que lhe permitirá produzir mais de 2 milhões de toneladas de celulose por ano.

BASF: QUÍMICA DE SUCESSO

A primeira fábrica da Basf S.A. no Brasil começou a ser construída em 1955 na cidade paulista de Guaratinguetá. Hoje, a empresa tem 13 unidades industriais instaladas em cidades dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. A Basf pertence integralmente à alemã Basf Aktiengesellschaft, maior indústria química da Europa, presente em todos os segmentos da química: plásticos e fibras, petroquímicos e inorgânicos, químicos industriais, intermediários, farmacêuticos, química fina e produtos fitossanitários, corantes e produtos acabados, petróleo e gás. A matriz, Basf AG, foi fundada em Ludwigshafen, em 1865, e hoje tem 114 empresas espalhadas por 170 países.

A empresa fornece tecnologia (produtos) para o setor rural e investe, em nível mundial, em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos/tecnologia para este segmento. Em 1999, o grupo Basf registrou vendas totais no Brasil de US$1,2 bilhão. O desempenho da empresa no país está dentro das expectativas planejadas para este exercício. As vendas totais no primeiro trimestre deste ano mostraram um crescimento de 6%, em reais, em relação ao mesmo período de 1999. Para a direção da empresa, o cenário econômico para o ano 2000 tem apresentado perspectivas bastantes otimistas em relação à ativação da economia e, diante disso, a Basf espera um crescimento superior ao projetado para o PIB. A empresa está planejando investir US$425 milhões no Brasil até 2004.

CEVAL: ESMAGADORA CAPACIDADE

A história da Ceval – hoje uma divisão da Bunge Alimentos – está ligada ao sucesso da expansão da soja no Brasil. A empresa Ceval Agroindustrial de Cereais do Vale S.A. foi constituída em janeiro de 1972 pela família Hering, dona da centenária Cia. Hering, de Blumenau, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Com a desativação de uma usina de açúcar na região, as terras passaram a ser ocupadas pelo cultivo do milho, arroz e soja e surgiu a necessidade de uma empresa para industrializar e principalmente comercializar esses cereais. Em outubro de 1973, entrou em operação a primeira unidade de esmagamento de soja da Ceval, com capacidade para 100 toneladas por dia.

Em 1997, a Hering vendeu o controle acionário da Ceval para a Bunge, multinacional com sede em White Plains, na cidade de Nova York, Estados Unidos. Os negócios de carnes e milho, que haviam sido incorporados pela Ceval na década de 80, foram desmembrados. Foi criada a Seara Alimentos e a área de milho, bem como a de produtos como margarinas, cremes vegetais e óleos especiais foram agregadas à Santista Alimentos, também da Bunge. Em contrapartida, a Ceval assumiu as fábricas e as unidades de armazenamento de soja da Santista, o que praticamente duplicou a sua capacidade de esmagamento no país (8 milhões de toneladas por ano) e consolidou a liderança no complexo soja na América Latina.

Hoje, a Divisão Ceval emprega diretamente em torno de



3.300 colaboradores em 15 indústrias que possui em cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia e Pernambuco, acrescidas de mais de 200 silos e armazéns em 14 estados da

Federação. A centralização dos negócios da Divisão Ceval no complexo soja, a partir de 1997, com a compra do controle acionário pelo Grupo Bunge, propiciou a extensão das vendas para cerca de 30 países, principalmente da Ásia, Europa e Oriente Médio. Em 1999, as exportações da empresa somaram R$1,8 bilhão, o que correspondeu a 57,6% do total das vendas.

A Divisão Ceval trabalha com mais de 20 mil produtores rurais, financiando o plantio, numa operação conhecida como "soja verde", além de prestar atendimento permanente. A empresa tem honrado os contratos com os produtores rurais e clientes, apesar dos planos econômicos internos, crises de moedas, crises regionais e internacionais. Em 1999, o faturamento da Divisão foi de R$3,1 bilhões.



PÃO DE AÇÚCAR: VAREJO EM EXPANSÃO

A Companhia Brasileira de Distribuição – grupo Pão de Açúcar – tem sua origem na fundação da Doceira Pão de Açúcar, em 1948, em São Paulo. Em 1959, é aberto o primeiro supermercado, ao lado da doceira, e na década seguinte começa a expansão no estado de São Paulo, através da abertura de novas lojas ou da aquisição de supermercados existentes. Na década de 70, o grupo diversifica os negócios e dá continuidade à expansão do varejo, com a abertura de hipermercados, aquisição de redes e se fazendo presente também em países como Portugal, Angola e Espanha.

Na década de 80, após a inauguração do Minibox, mercearia de desconto, abre novos formatos de loja: a Sandiz – loja de departamentos –, o Superbox – loja depósito – e o Peg & Faça – loja de bricolagem. No início dos anos 90, o grupo se concentra no Brasil em sua principal área de negócios: o varejo. Em 1995, abre o capital com a colocação simultânea de ações no Brasil, Estados Unidos e Europa, tornando-se dois anos depois a quarta empresa brasileira e a primeira no setor de varejo do Brasil a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York.

Com a expansão através de aquisições, inauguração de novas lojas e modernização das já existentes, apresenta um crescimento nos últimos cinco anos de 61% no número de lojas e de 154% na área de vendas. Em 1999, é assinado contrato de investimentos com o Grupo Casino, companhia francesa de varejo, que adquire uma participação acionária minoritária da Companhia Brasileira de Distribuição. Este ano o grupo realizou nove aquisições, tendo agregado 64 novas lojas à rede, que agora conta com o total de 419 lojas em 11 estados do Brasil, operando com as marcas Pão de Açúcar, Eletro, Barateiro, Superbox e Extra. Mantendo o programa de expansão, a companhia realizará este ano investimentos de R$700 milhões, sem contar gastos com aquisições. Os recursos serão aplicados em crescimento orgânico, com abertura e reforma de lojas, além de logística, distribuição e tecnologia da informação.

SADIA: VALOR AGREGADO



Sadia começou a surgir no início da década de 40 na cidade de Concórdia, no Oeste catarinense, quando o gaúcho Attilio Fontana, descendente de italianos, comprou um velho moinho de trigo e um pequeno abatedouro de suínos. O nome da empresa foi tirado da sua primeira razão social – S.A. Indústria e Comércio Concórdia – pela junção das duas primeiras letras (SA) com as três últimas (dia). No fim da década de 40, quando os trens ainda eram extremamente lentos e as estradas não passavam de atoleiros, os produtos da Sadia, como farinha de trigo, banha, linguiça e salame já chegavam em muitos pontos do território nacional.

Na década de 50, a Sadia investiu no aprimoramento dos produtos, acompanhando a mudança de hábitos de consumo de alimentos que acontece com o avanço da industrialização e da urbanização. Na década de 60, a empresa incorpora a avicultura. Em 68, o abate de frangos supera 1 milhão de unidades/ano e inicia o abate de perus, ainda hoje um dos principais produtos da empresa.

Na última década, a Sadia decidiu investir em produtos de maior valor agregado, desfazendo-se dos segmentos de processamento de soja e de abate de bovinos. A empresa passou a incrementar substancialmente a produção de alimentos industrializados prontos e semiprontos – de peixes processados, massas frescas, margarinas, pratos prontos congelados e *pizzas* congeladas a sobremesas prontas.

A Sadia tem hoje cerca de 30 mil funcionários e possui plantas industriais em sete estados da Federação, oferecendo ao público consumidor brasileiro aproximadamente 500 produtos e exportando cerca de 100 itens para 50 países. Em 1999, a receita bruta foi de R$3,14 bilhões, o que representou um crescimento de 18,5% em relação ao ano anterior. A empresa tem investido historicamente cerca de US$100 milhões por ano e, em 1999, os investimentos chegaram à casa do R$227 milhões.

Atenta ao surgimento de novos hábitos de consumo, este ano a empresa lançou a linha Sadia Light, primeira do setor de produtos industrializados de carne branca, com baixos teores de gordura e calorias. Inicialmente com sete produtos à base de carne de peru, logo em abril a linha ganhou mais cinco novos itens, incluindo a novidade da mortadela de peru.

SOUZA CRUZ: TRANSPARÊNCIA COM INVESTIDORES

Souza Cruz é uma das dez maiores empresas privadas do Brasil e líder absoluta no setor de cigarros, com 83,3% do mercado. Foi criada em março de 1903, no Rio de Janeiro, pelo imigrante português Albino Souza Cruz, pioneiro na fabricação de cigarros no país. Em 1914, com o objetivo de incorporar tecnologias avançadas ao processo de produção, a Souza Cruz passou a integrar o grupo inglês British American Tobacco – que atualmente é a segunda maior empresa de cigarros do mundo, com 16% das vendas mundiais (714 bilhões de cigarros/ano), e a líder de mercado na América Latina. Além da produção de cigarros, a Souza Cruz atua na exportação de fumo, setor em que é a maior do mundo.

A empresa segue o modelo integrado de produção agrícola, financiando o insumo aos produtores, que plantam e vendem-lhe a produção. A Souza Cruz trabalha com projetos de reflorestamento e pesquisa de novas tecnologias para reduzir o custo do produtores e aumentar a produtividade das plantações. Também desenvolve junto aos agricultores programas comuni-



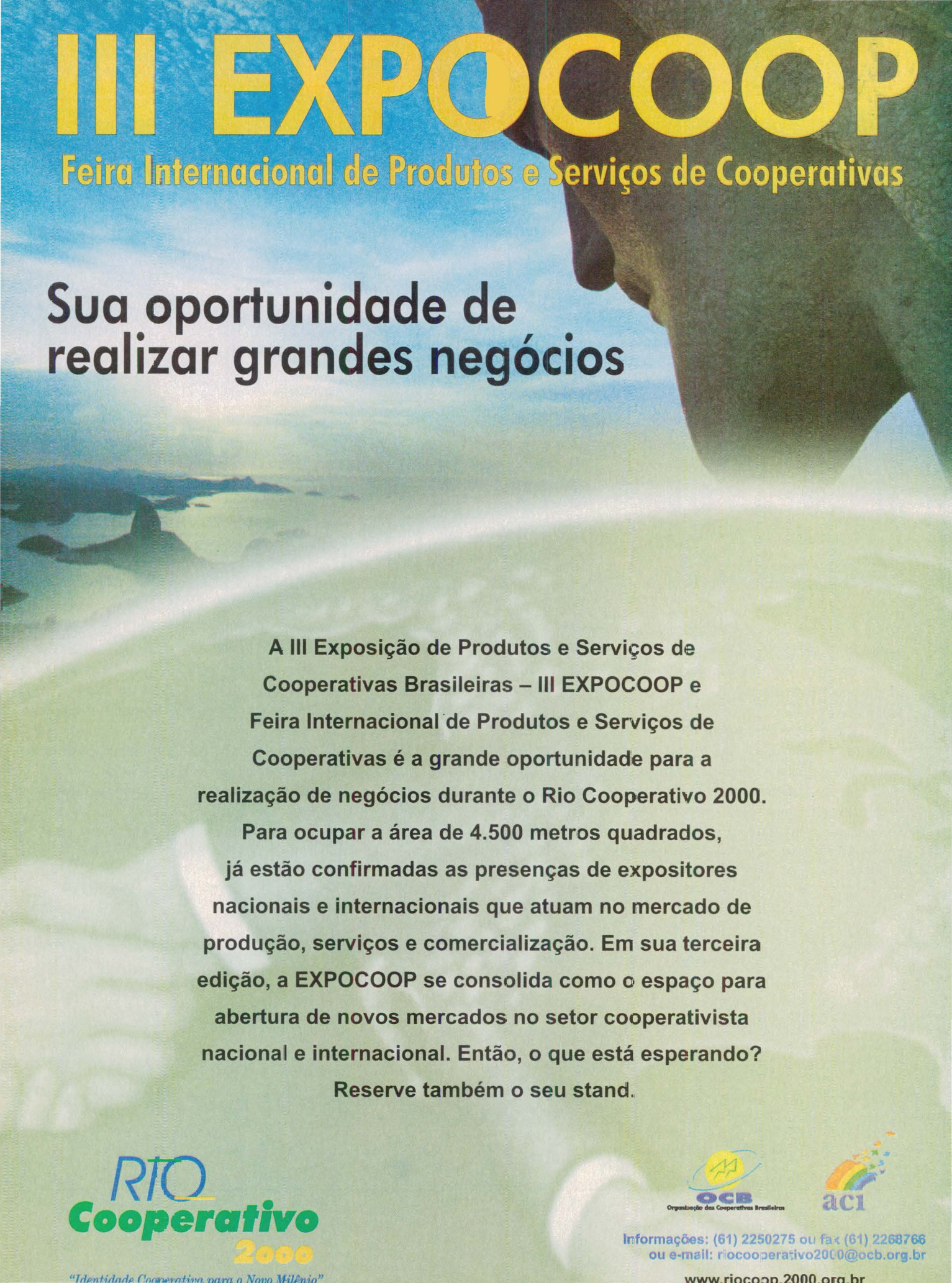
tários para o manejo de solo e erradicação de pragas, incentivando o plantio de milho e feijão após o cultivo do fumo. Outros programas, como o Clube da Árvore e Hortas Escolares, são desenvolvidos junto às escolas como apoio à educação ambiental.

Em julho deste ano, a Souza Cruz firmou convênio com o governo do estado do Rio Grande do Sul para a construção de um complexo para a fabricação de cigarros, possivelmente no município de Cachoeirinha. Até 2005, os investimentos nesse projeto devem atingir R$250 milhões. A previsão é de que a obra seja concluída em 2002, quando a empresa pretende ampliar o número de postos de trabalho naquele estado em 2.500 vagas (empregos diretos e indiretos).

A empresa fechou o ano de 1999 com cerca de 5 mil funcionários, lucro de R$582 milhões e, apenas em impostos indiretos, recolheu aos cofres públicos R$3,9 bilhões – a Souza Cruz é um dos maiores contribuintes individuais do país. O volume total de cigarros comercializados em 1999 pela empresa, nos mercados interno e externo, alcançou 84,1 bilhões de unidades, e as exportações de fumos atingiram 76,2 mil toneladas. No ano passado, a Souza Cruz recebeu do Instituto Miguel de Calmon o prêmio de Melhor Empresa do Brasil e, em 2000, da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, o Prêmio Mauá, pela transparente relação com seus investidores.

Márcio Bueno é jornalista.




III EXPOCOOP
Feira Internacional de Produtos e Serviços de Cooperativas
Sua oportunidade de realizar grandes negócios
A III Exposição de Produtos e Serviços de Cooperativas Brasileiras – III EXPOCOOP e Feira Internacional de Produtos e Serviços de Cooperativas é a grande oportunidade para a realização de negócios durante o Rio Cooperativo 2000. Para ocupar a área de 4.500 metros quadrados, já estão confirmadas as presenças de expositores nacionais e internacionais que atuam no mercado de produção, serviços e comercialização. Em sua terceira edição, a EXPOCOOP se consolida como o espaço para abertura de novos mercados no setor cooperativista nacional e internacional. Então, o que está esperando? Reserve também o seu stand.
RIO Cooperativo 2000
"Identidade Cooperativa para o Novo Milênio"
OCB
Organização das Cooperativas Brasileiras
aci
Informações: (61) 2250275 ou fax (61) 2268766
ou e-mail: riocooperativo2000@ocb.org.br
www.riocoop.2000.org.br

COOPERATIVAS

TÁBUA DE SALVAÇÃO

Apesar do crédito difícil, os líderes do setor vêem no cooperativismo a saída para aumentar o poder de barganha dos agricultores

MÁRCIO BUENO

Os problemas das cooperativas estão se agravando devido ao atraso na implantação das decisões governamentais. É o que pensa o presidente da Garcafé, Manoel Vicente Bertone. Para ele, esses atrasos fazem com que "muitas cooperativas, antes consideradas viáveis, comecem a se tornar inviáveis". O Recoop, na sua opinião, é fundamental para o equacionamento dos problemas, mas por enquanto é realidade apenas para um pequeno número de cooperativas. O presidente da Cotrel, Luiz Antônio Piazzon, tem visão parecida, ao dizer que, com raríssimas exceções, "as cooperativas não interessam ao sistema financeiro nacional". Para ele, o Recoop foi um fracasso, já que "os bancos oficiais criaram mil dificuldades e exigências, garantias, avais, envolvimento de todos os associados, subscrevendo integralização de capital, reforma estatutária, para no fim exigir 50% do risco do tesouro e ainda vincular todo o patrimônio, engessando as cooperativas por 15 anos".

Novos caminhos

Dejandir Delpasquale, presidente da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras –, informa que muitas cooperativas já desistiram do Recoop e já procuram outros caminhos, outros bancos. O presidente da OCB apresenta os resultados de um levantamento feito pela entidade: mais de mil cooperativas já recorreram ao Recoop, mas esse número caiu para 600 e atualmente já está em 400. Na sua opinião, o Recoop está emperrado em função da assinatura de um decreto da presidência da República, mas já avançou bastante até agora e ele espera que o programa continue avançando. Mário Lanznaster, que preside a Cooperalfa, não se queixa, dizendo que o Recoop regou as cooperativas e que trouxe mais tranqüilidade. O que para ele não representou nenhum favor, já que, na sua opinião, a agricultura pagou um preço alto pelo plano Real. "Na verdade – diz ele – a moeda deveria ser cunhada com um frango de um lado e um suíno do outro".

Mas o governo ainda pode vir a contribuir para solucionar a equação financeira das cooperativas? Dejandir Delpasquale faz uma separação. No seu entender, se dependesse do governo, da Casa Civil, não haveria problemas. As dificuldades surgem quando as cooperativas se defrontam com as exigências excessivas da diretoria do Banco do Brasil, o que inviabiliza as operações. Manoel Vicente Bertone acha que os técnicos governamentais

estão sensíveis para a realidade da agricultura, setor que contribuiu decisivamente para a estabilidade econômica do país e que para isso se debilitou. Na sua opinião, os técnicos já compreendem que o setor não tem mais como "suportar os impactos financeiros das políticas econômicas em curso". Luiz Antônio Piazzon tem outra visão. Ele acha que o governo não se preocupa com o setor produtivo, com quem produz comida e sustenta o Plano Real, dando prioridade apenas ao setor financeiro.

E qual é o papel das cooperativas num quadro de economia globalizada e altamente competitiva? Manoel Bertone não tem dúvidas em afirmar que o cooperativismo melhora a competitividade da produção agrícola nacional, "fato já comprovado por estudos da própria Fundação Getúlio Vargas". Para ele, o cooperativismo não melhora a competitividade apenas da porteira para dentro, mas também da porteira para fora, no processamento industrial, na comercialização e na formulação de políticas públicas. A pujança do cooperativismo, num quadro de economia globalizada, é destacada por Dejandir Delpasquale com números: as cooperativas são responsáveis pela produção de mais de 30% do alimento brasileiro, chegando a 40% no caso do café e a 75% em relação ao trigo.

Poder de barganha

Uma das características do processo de globalização é a concentração empresarial, proporcionando aos *players* desse processo um gigantesco poder de imposição de preços. A constatação é do presidente da ACI – Aliança Cooperativa Internacional –, Roberto Rodrigues, fenômeno que destaca para concluir que uma das funções das cooperativas agrícolas é "contribuir, enquanto braço econômico da sociedade rural, para aumentar o poder de barganha dos agricultores nesse mercado que vai se estreitando". E acrescenta que isso implica mudanças sensíveis no comportamento das cooperativas, em direção ao profissionalismo, fusões e incorporações e na promoção de alianças estratégicas. Rodrigues entende que o XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo será um espaço de contato direto com o que há de mais moderno no cooperativismo mundial, incluindo os exemplos de fusões e incorporações. Para ele, "como as cooperativas são limitadas por sua área de ação, a única forma de crescer é a fusão".

Dejandir Despasquale informa que já está confirmada a participação de 72 países no XII Congresso e que a expectativa é de que esse número chegue a 80. Na sua opinião, o objetivo do evento é atualizar as cooperativas brasileiras dentro do novo sistema de comércio, de comunicações e de informática. "Queremos nossas cooperativas competitivas e prontas para enfrentar o novo milênio", diz Despasquale.

Vergonha nacional

Luiz Antônio Piazzon, presidente da Cotrel, não alimenta qualquer tipo de expectativa em relação ao evento, dizendo que o problema não está na gestão das cooperativas, e sim na burocracia e na insensibilidade do governo. "O lucro dos bancos – acrescenta – é uma vergonha nacional, sendo aplaudido pelo resultado em detrimento da classe produtora". O presidente da Garcafé, Manoel Vicente Bertone, também é ácido nas críticas, ao dizer que a agricultura brasileira "precisa sair dessa fase de mais de uma década em que o agricultor brasileiro trabalha para perder patrimônio, produz para empobrecer". Embora seu diagnóstico do problema seja parecido com o de Piazzon, ele acha que um fórum como o XII Congresso é a grande oportunidade de trocar idéias, visualizar o futuro e os sonhos e trabalhar em função deles. Bertone está preocupado com a perda de confiança na força do trabalho, mas ressalva: "Isso deve ser revertido, o que somente conseguiremos discutindo nossos assuntos em congressos como o do fim do ano".



RANKING DAS COOPERATIVAS – 2000

(Em R$ mil)

Classificação	Nome	UF	Mês/Ano	Ativo total	Patrimônio líquido	Rec. Op. líquida	Lucro líquido	Rentabilidade sobre o PL (em %)	Grau de endividamento
1	Coop. Prods.Cana, Acúcar, Álcool Est. SP Ltda. - Copersucar [2]	SP	abr-00	2.242.872	82.412	2.189.582	4	0,00	26,22
2	Coop. Agropecuária Mourãoense Ltda. - Coamo	PR	dez-99	768.975	432.190	1.077.746	68.571	15,87	0,78
3	Coop. Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais - Itambé	MG	dez-99	371.286	208.531	595.705	10.921	5,24	0,78
4	Coop. Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. - Cooxupé	MG	dez-99	270.576	72.747	578.858	21.474	29,52	2,72
5	Coop. Central Oeste Catarinense Ltda. - Coopercentral	SC	dez-99	237.211	125.318	602.214	15.066	12,02	0,89
6	Coop. dos Agricultores da Regiao de Orlândia - Carol	SP	dez-99	280.145	97.095	269.251	6.845	7,05	1,89
7	Coop. dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo – Coopercitrus	SP	dez-99	340.840	139.359	255.192	5.281	3,79	1,45
8	Coop. Central de Laticinios do Est. de São Paulo - CCL-SP	SP	dez-99	212.025	63.667	405.395	5.840	-9,17	2,33
9	Coop. Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda. - Coopervale	PR	dez-99	214.919	74.278	344.746	5.532	7,45	1,89
10	Coop. Tritícola Erechim Ltda. - Cotrel	RS	dez-99	244.666	145.708	274.407	9.779	-6,71	0,68
11	Coop. Agrícola Mista Entre Rios Ltda. - Agraria	PR	dez-99	281.098	15.644	249.109	-107.952	-690,05	16,97
12	Coop. Agropecuária Cascavel Ltda. - Coopavel	PR	dez-99	170.775	80.695	287.236	9.551	11,84	1,12
13	Coop. Mista dos Prods. Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. - Comigo	GO	dez-99	161.700	86.360	266.847	6.086	7,05	0,87
14	Coop. Agropecuária Três Fronteiras Ltda. - Cotrefal	PR	dez-99	184.650	83.079	214.689	1.132	1,36	1,22
15	Coop. Agrícola Consolata - Copacol	PR	dez-99	110.665	51.057	340.675	5.917	11,59	1,17
16	Coop. Agro-Pecuária Holambra - CAPH	SP	dez-99	247.063	52.124	164.843	2.265	4,35	3,74
17	Coop. Agro-Pecuária Batavo	PR	dez-99	136.994	43.853	208.850	1.565	3,57	2,12
18	Coop. Agropecuária Rolândia Ltda. - Corol	PR	dez-99	118.193	50.771	203.395	435	0,86	1,33
19	Coop. Agropecuária Castrolanda	PR	dez-99	113.768	42.736	168.836	2.865	6,70	1,66
20	Coop. Regional Alfa - Cooperalfa	SC	dez-99	87.014	46.822	201.707	2.868	6,13	0,86
21	Coop. Central Agropecuária Sudoeste - Sudcoop	PR	dez-99	87.143	31.321	180.123	195	0,62	1,78
22	Coop. Reg. dos Cafeic. de S. Sebastião do Paraíso Ltda. - Cooparaíso	MG	dez-99	104.875	21.064	148.058	543	2,58	3,98
23	Coop. Agrícola Mista Rondon - Copagril	PR	dez-99	86.620	38.514	111.926	486	1,26	1,25
24	Coop. Agropecuária de Produção Integrada do Paraná Ltda. - Integrada	PR	dez-99	62.765	19.784	200.294	2.970	15,01	2,17
25	Coop. Tritícola Panambi Ltda. - Cotripal	RS	dez-99	74.003	61.149	128.155	8.555	13,99	0,21
26	Coop. Agroindustrial Alegrete Ltda. - Caal	RS	dez-99	76.192	10.449	116.223	-6.626	-63,41	6,29
27	Coop. Tritícola de Getúlio Vargas Ltda. - Cotrigo	RS	dez-99	82.002	44.483	111.276	361	0,81	0,84
28	Coop. Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda. - Cotrimaio	RS	dez-99	82.451	42.811	111.022	-1.551	-3,62	0,93
29	Coop. Tritícola Mista Alto Jacuí Ltda. - Cotrijal [1]	RS	jun-99	68.959	45.707	134.062	5.312	11,62	0,51
30	Coop. Vinícola Aurora Ltda.	RS	dez-99	140.078	10.105	68.894	3.358	33,23	12,86
31	Coop. dos Suinocultores de Encantado Ltda.- Cosuel	RS	dez-99	76.715	31.185	105.143	1.804	5,78	1,46
32	Coop. Nacional Agro - Industrial Ltda. - Coonai	SP	dez-99	69.537	25.727	102.877	360	1,40	1,70
33	Coop. Central Regional Iguaçu Ltda. - Cotriguaçu	PR	dez-99	60.722	31.928	93.346	355	1,11	0,90
34	Coop. dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda. - Cocatrel	MG	dez-99	30.914	19.734	212.863	3.864	19,58	0,57
35	Coop. Agr. de Prod. de Cana de Campo Novo do Parecis Ltda. - Coprodia	MT	dez-99	64.833	13.980	75.017	-1.451	-10,38	3,64
36	Coop.Tritícola Sarandi Ltda. - Cotrisal	RS	dez-99	49.751	22.689	102.816	2.930	12,91	1,19
37	Coop. Agropecuária União Ltda. - Coagru	PR	dez-99	47.224	24.832	76.997	-555	-2,24	0,90
38	Coop. Central dos Produtores de Leite - CCPL	RJ	dez-99	78.393	50.338	44.392	-3.930	-7,81	0,56
39	Coop. dos Cafeicultores da Região de Garça - Garcafé	SP	dez-99	39.729	7.764	86.374	170	2,19	4,12
40	Coop. Regional Agropecuária de Campos Novos - Copercampos	SC	dez-99	47.239	14.093	71.289	1.006	7,14	2,35
41	Coop. Mista Rural Vale do Javaes Ltda. - Coperjava [3]	TO	mai-00	137.891	13.157	27.545	-5.826	-44,28	9,48
42	Coop.Tritícola Taperense Ltda. - Cotrisoja [1]	RS	jun-99	49.985	23.009	51.563	1.263	5,49	1,17
43	Coop. Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu Ltda. - Cofercatu	PR	dez-99	54.438	18.453	50.991	0	0,00	1,95
44	Coop. Agropecuária Arapoti Ltda. - Capal	PR	dez-99	45.815	21.741	62.904	924	4,25	1,11
45	Coop. Agropecuária de Boa Esperança Ltda. - Capebe	MG	dez-99	30.955	18.354	92.431	102	0,56	0,69
46	Coop. Tritícola Palmeirense Ltda.	RS	dez-99	39.127	13.511	66.913	114	0,84	1,90
47	Coop. Agrícola de Produtores de Cana do Vale do Ivaí Ltda. - Cooperval	PR	dez-99	82.589	8.826	30.086	-14.178	-160,64	8,36
48	Coop. dos Cafeicultores da Média Sorocabana - Coopermota	SP	dez-99	32.028	8.981	77.761	-1.154	-12,85	2,57
49	Coop. Mista dos Prods. Rurais do Vale do Paranaíba Ltda. - Agrovale [1]	MG	jun-99	60.119	21.114	42.802	-5.602	-26,53	1,85
50	Coop. Agropecuária do Alto Paranaíba - Coopadap	MG	dez-99	35.405	12.874	65.193	3.368	26,16	1,75

Preços do agronegócio

Valores nominais

Produto	Agosto	Δ% mês anterior	Δ% mês ano passado	% acumulado no ano	% acumulado ano passado	Δ% 12 meses
Algodão em caroço (kg)	0,63	0,000	1,724	1,613	22,000	5,000
Amendoim em casca (kg)	0,74	0,000	12,500	-22,917	130,000	12,121
Arroz em casca (kg)	0,24	0,000	0,000	-14,286	-12,500	-7,692
Banana (dúzia)	0,40	0,000	4,762	-11,111	15,385	-9,091
Batata-inglesa (kg)	0,40	14,286	-3,448	90,476	-32,432	53,846
Cacau (15kg)	21,18	-9,911	3,717	-15,449	5,426	-20,852
Café em coco (kg)	1,11	-5,932	2,459	-29,299	30,000	-6,723
Cana-de-açúcar (t)	19,95	8,957	-0,753	33,445	-6,395	38,062
Feijão (kg)	0,66	11,864	8,929	1,538	-32,407	-2,941
Fumo em folha (kg)	2,17	1,878	3,448	-4,405	10,628	-2,252
Laranja (cento)	2,06	3,000	0,437	-3,738	-39,943	-8,036
Milho (kg)	0,20	5,263	0,000	-13,043	37,500	17,647
Mandioca (t)	70,44	-3,652	-0,235	-21,985	20,526	-11,139
Soja (kg)	0,26	-7,143	4,167	-10,345	47,619	-10,345
Tomate (kg)	0,36	-7,692	13,514	-20,000	20,588	-16,279
Trigo em grão (kg)	0,23	4,545	0,000	15,000	33,333	9,524
Cebola (kg)	0,45	-10,000	-4,878	50,000	-16,279	9,756
Mamona (kg)	0,44	10,000	3,226	-20,000	65,385	33,333
Pimenta-do-reino (kg)	0,42	-94,347	0,000	-94,878	96,635	-92,929
Sisal (kg)	0,32	3,226	0,000	6,667	3,571	0,000
Bezerro até um ano (cabeça)	195,14	3,435	2,070	16,418	25,754	32,074
Boi gordo para corte (15kg)	38,16	4,922	2,138	6,000	31,664	20,721
Vaca leiteira de raça (cabeça)	793,46	1,445	1,549	6,161	8,878	10,527
Vaca leiteira comum (comum)	464,01	2,912	-0,387	13,397	10,471	21,839
Suíno para corte (15kg)	19,74	7,050	0,376	-0,904	21,201	21,852
Frango/galinha para corte (kg)	1,11	7,767	6,522	8,824	26,437	19,355
Leite (litro)	0,33	0,000	-3,571	13,793	20,833	17,857
Lã (15kg)	17,04	-14,415	-1,871	-27,888	54,697	10,006
Ovos (dúzia)	0,92	6,977	-2,439	9,524	20,548	13,580
Mel de abelha (litro)	5,74	-0,174	8,624	8,098	7,326	-5,592
Boi magro (cabeça)	339,06	3,565	0,086	11,661	19,994	26,889

Indicadores do agronegócio

Brasil: índices de preços recebidos e pagos pelos agricultores
Valores nominais (base agosto de 1994=100)

Produtos média	Lavouras[1]	Lavouras – produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Maio 2000	169,176	177,078	151,284	132,499	156,135	158,650	184,180	187,220	152,900	185,420	291,810	196,870
Junho	164,465	171,793	147,543	135,781	154,646	159,540	183,860	188,040	154,220	185,420	294,850	197,760
Julho	164,040	170,467	148,344	142,256	156,951	161,136	184,180	188,894	155,737	191,065	297,211	199,711
Agosto	165,992	172,397	150,243	148,186	160,448	163,084	187,473	188,834	157,744	205,611	297,434	203,466

Fontes dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV.
[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

A força do "Capital" está no interior do Brasil...
e nós sabemos fazer você chegar até ele !



VOCÊ ATUA NO AGRIBUSINESS ?

Então você precisa de um "parceiro" especializado em Informações e Soluções de Marketing para o Agribusiness. Nós da ***Agroverpa*** *"Informações em Agribusiness"* conhecemos bem a força e o potencial do Agribusiness brasileiro, um mercado que movimenta 40% do PIB, cerca de 358 bilhões de dólares (Fonte IBGE). Recentemente fomos reconhecidos com dois Prêmios:

- Prêmio de Prata 1998, pela **ABEMD** - ***Associação Brasileira de Marketing Direto,*** na categoria de Serviços - *business to business* "Campanha de marketing Direto".
- Prêmio de Prata 1997, pela **ABMR** - ***Associação Brasileira de Marketing Rural,*** na categoria "Site na Internet".

O que nós da ***Agroverpa*** temos a oferecer à você:

- **Listas seguimentadas: "Quem é Quem no Agribusiness"**
  Nossas Listas englobam todos os setores produtivos, comercial e profissional do Agribusiness, com foco nos formadores de opinião de alto poder aquisitivo.
- **Criação e Desenvolvimento para Marketing Direto**
  Oferecemos um serviço completo e premiado de criação, com o desenvolvimento de material promocional, mídia impressa e mala direta, atingindo os melhores resultados.
- **Soluções de Internet e Marketing Integrado**
  Desenvolvemos soluções customizadas visando alavancagem de vantagens competitivas para o seu negócio.
- **Clipping - Informações Diárias do Agribusiness**
  Um serviço completo de informações diária via e-mail dos principais veículos de comunicação do país.

Agroverpa
Informações em Agribusiness

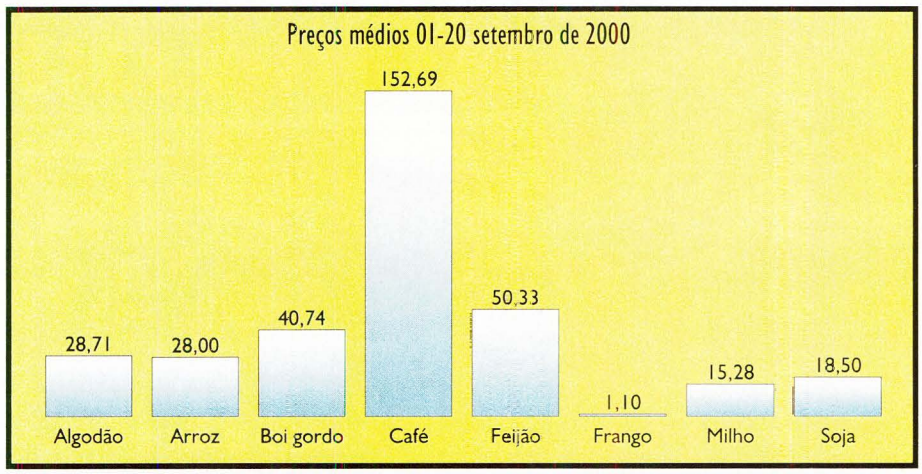
(11) 3120.5933 | agroverpa@agroverpa.com.br | www.agroverpa.com.br

Ligue para nós e saiba como utilizar a força dessa parceria

Mercado interno

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de setembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de outubro de 2000. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para agosto de 2000. Os preços de setembro de 1999 são nominais.

Por Carlos Cogo, Luiz Antonio Pinazza, Regis Alimandro e Rogério Ferreira de Souza*





Algodão (6) Sul do Brasil – R$15kg disponível

A continuidade dos leilões de recompra de opções de venda e de PEP para o Nordeste mantêm as indústrias abastecidas e os preços estabilizados em todas as regiões produtoras.

Arroz agulhinha R$/sc. 60kg

O elevado volume de estoques nos três países do Mercosul, o fraco desempenho das vendas do produto beneficiado e a aproximação do plantio, que demanda recursos dos produtores, mantêm as cotações estabilizadas no mercado doméstico.

Boi gordo R$/arroba

Com oferta reduzida e retenção de animais confinados, o mercado mantém oferta e demanda equilibradas, compensando o efeito negativo do surgimento dos focos de aftosa no Rio Grande do Sul e do cancelamento das exportações.

Café tipo 6/sc. 60kg

Situação climática no Brasil, com poucas chuvas e temperaturas muito altas, já preocupa. Generaliza-se a avaliação de que a safra brasileira de 2001 será menor do que o esperado. As floradas estão fracas e pequenas. De outro lado, com a melhoria das cotações, será menor a resistência dos detentores de estoques.

Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg

A quebra na produção da segunda safra e a redução na área e na produção da terceira reduziram a oferta nas últimas semanas, permitindo manterem-se as cotações firmes nas principais regiões produtoras.

Frango vivo R$/kg

No primeiro semestre, a avicultura de corte experimentou a maior crise da década. A partir de junho, os resultados melhoraram, conquanto os custos de produção continuem pressionados pelo milho e pelo farelo de soja. Segundo a Associação Paulista de Avicultura, em abril, para um custo de R$0,80, o quilo estava sendo vendido a R$0,45. Já em outubro, enquanto os custos subiram para R$0,89, os preços voltaram ao patamar de R$1,10 o quilo. Com a proximidade das festas de fim de ano, quando a demanda sempre sobe, os preços devem continuar firmes.

Milho amarelo semiduro R$/60kg

Cooperativas, corretores e analistas esperam uma procura mais forte do milho para este segundo semestre. Contudo, em face das importações antecipadas das agroindústrias, que também se abasteceram da safrinha, o mercado de compra segue bem calmo para a época. As expectativas são de que a Conab venha rever para baixo seus números previstos de importação em agosto, de 2,6 milhões de toneladas. Também contribui para esfriar os negócios a disponibilidade de grãos alternativos de milho para as rações de aves e suínos. Entre triguilho (trigo afetado pela geada e a chuva), sorgo e farelo de polpa cítrica, estima-se que haja mais de 1,5 milhão de toneladas. Nesse cenário as cotações seguem estabilizadas.

Soja-grão industrial R$/60kg

O recuo no esmagamento doméstico e a menor pressão de demanda nos últimos meses do ano, com previsão de abastecimento normal do mercado, impedem o avanço das cotações domésticas da soja grão.

Mercado interno

Produtos	Set. 1999	Ago. 2.000	01-20 setembro	14-18 setembro	Tendências
Algodão (6) Sul do Brasil – R$/15kg disp.	35,61	29,62	28,71	28,66	Estável
Arroz agulhinha – R$/sc. 60kg	35,73	28,00	28,00	28,00	Estável
Boi gordo – R$/arroba	41,05	41,92	40,74	40,79	Estável
Café tipo 6 – R$/sc. 60kg	201,03	153,88	152,69	154,71	Estável
Feijão carioquinha especial – R$/sc.60kg	63,95	54,89	50,33	50,60	Estável
Frango vivo – R$/kg	0,89	1,12	1,10	1,10	Estável
Milho amarelo semiduro – R$/60kg	13,71	15,34	15,28	15,24	Estável
Soja grão industrial – R$/60kg	22,93	17,64	18,50	18,75	Estável

Mercado externo

Açúcar US¢/lb. peso mundial branco

A queda de 6,5 milhões de toneladas na produção mundial 2000/2001 e a previsão de um déficit de 1,18 milhão de toneladas na relação oferta e demanda mundial de açúcar mantêm os preços futuros com tendência de alta.

Algodão 1-1/16" US¢/lb. peso

A previsão de uma produção de 18,9 milhões de toneladas para fazer frente a um consumo de 20 milhões de toneladas na temporada 2000/2001 e a alta dos preços das fibras químicas mantêm a tendência de alta nas cotações futuras.

Cacau Bahia US$/t

O grande estoque mundial em mãos dos países consumidores e uma perspectiva de suprimento garantido para 2001 mantêm os preços baixos no curto prazo.

Café contrato com Nova York US¢/lb. peso

Finalmente, as cotações parecem ter encontrado suporte mais efetivo. A situação climática no Brasil, com poucas chuvas e temperaturas muito altas, aliada a floradas relativamente pequenas, está dando o tom do mercado. A opinião dos analistas internacionais, até há pouco dominantemente baixista, parece estar mudando.

Milho two yellow US¢/bushel

Para a safra 2000/01 dos Estados Unidos, o Departamento da Agricultura em sua última estimativa (outubro de 2000) projeta uma colheita da ordem de 258,88 milhões de toneladas. Isso corresponde a uma redução de 1,6%, quando comparado com a previsão de setembro. Já nos estoques haverá um enxugamento de 17,5%, diante do aumento no fluxo das exportações para o Sudeste asiático. As notícias de quebra na produção chinesa em cerca de 8,7% colocam a colheita do país em 105 milhões de toneladas, o que significa mais importações para suprir a demanda doméstica. Com isso, a safra mundial deverá cair 2,14%, indo para 592,36 milhões de toneladas, e os estoques finais deverão baixar 16,18%, ficando em 105,29 milhões de toneladas. As expectativas são comércio mundial dinâmico com leves pressões sobre os preços.

Soja-grão one yellow US$/bushel

A reavaliação, pelo Usda, da safra norte-americana de 2000/2001 em 78,9 milhões de toneladas e a expectativa do mercado de uma safra ainda menor, associada ao aumento das importações asiáticas, levam a ligeira recuperação das cotações futuras.

Soja, farelo de US$/t

O cenário mais favorável de demanda de proteínas animais e de farelo de soja na temporada 2000/2001, associado às altas nas cotações futuras do grão, favorece a alta nas cotações futuras do farelo em Chicago.

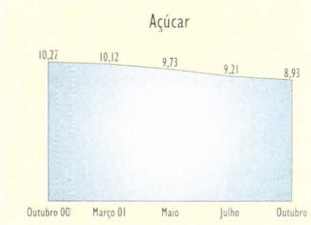
Trigo Soft Red US¢/bushel

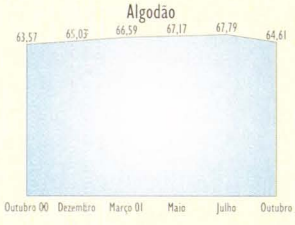
A queda de 3 milhões de toneladas em relação à safra anterior, que fixa a produção mundial 2000/2001 em 583 milhões de toneladas, mantém as cotações futuras estáveis e firmes, para fazer frente a um consumo de 595 milhões de toneladas.

Mercado externo – médias dos primeiros futuros

	Açúcar US¢/Lb. peso mundial	Algodão 1-1/16" US¢/lb. peso	Cacau Bahia US$/t	Café contrato com Nova York US¢/lb. peso	Milho two yellow US¢/bushel	Soja em grão one yellow US$/bushel	Farelo de soja US$/t	Trigo soft red US¢/bushel
Setembro 99	6,86	51,05	970,57	86,33	214,79	494,71	147,01	281,07
Agosto 2000	10,65	62,24	764,43	79,51	178,29	457,71	154,79	240,23
01-20 de setembro	10,27	63,57	812,08	81,76	188,27	496,33	168,02	259,83
14-20 agosto	9,81	62,98	805,80	81,41	184,50	486,95	167,88	252,35

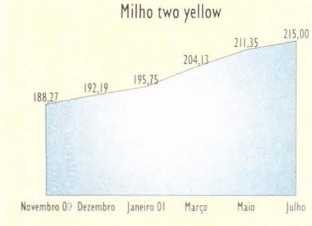
Futuros

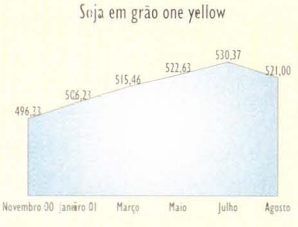


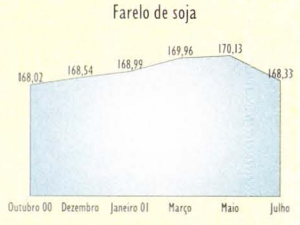


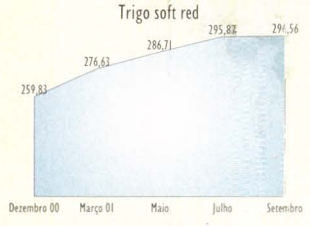












*Cogo é consultor da Agromercados Consultoria Agroeconômica Ltda.



Sem pára-quedas

A variação real dos insumos de agosto 1997 a setembro 2000 mostra redução das margens líquidas do produtor

MARIANA AMARAL LOYOLA
E ADRIANO VENDETH DE CARVALHO

Todo produtor que desejar alcançar uma boa produtividade hoje deve ter consciência da necessidade e importância do uso de defensivos (herbicidas, inseticidas e fungicidas), fertilizantes e da utilidade de máquinas, equipamentos e implementos numa propriedade rural.

Os produtores vêm passando por dificuldades no decorrer dos últimos anos, principalmente pela perda e transferência de renda para outros setores da cadeia. Empréstimos atrás de empréstimos, juros, renegociações de dívidas, desvalorização cambial e – ainda mais – custos de produção cada vez mais altos.

Identificar essa realidade exige que se procure avaliar a variação real dos preços pagos pelos produtores nas últimas três safras e no início da próxima.

Motivo de preocupação

Para 17 amostras de fertilizantes/formulados, nove de máquinas/implementos agrícolas e 50 amostras para defensivos, as variações registram três fases distintas no período que vai da safra 1997/98 à safra 2000/01:

- um período de ligeira estabilidade nos preços pagos antes da desvalorização cambial;
- aumento excessivo dos preços logo após a desvalorização do câmbio (a partir de janeiro de 1999);
- uma fase de pós-desvalorização, de readequação dos preços, com tendência a queda na próxima safra agrícola.

No período, os defensivos tiveram um aumento médio real de 16,86%, superior à inflação registrada pelo IGP/DI (FGV).

Esse aumento é preocupante, se observarmos o quanto as lavouras hoje dependem dos defensivos. Pragas e doenças podem arrasar uma lavoura se não forem controladas adequadamente. Milhares de litros e quilos são gastos nas grandes plantações a fim de conter essas adversidades.

O maior aumento observado ocorreu em fevereiro de 1999, com uma alta de 36,37% para os herbicidas, 50,86% para os inseticidas e 50,20% para os fungicidas. Devido à desvalorização do câmbio e à importação de grande parte dos princípios ativos, os preços de defensivos subiram assustadoramente.

Tomando como base setembro de 1999, porém, percebe-se uma queda média nos preços na próxima safra 2000/01 de 14,38% – o que ainda não anima o setor rural, pois mesmo com essa redução as variações pagas pelos produtores permanecem em níveis bastante superiores aos da inflação no período.

Fertilizantes também preocupam

A situação não é diferente para os fertilizantes, que tiveram aumento médio de 6,12% acima da inflação no período analisado, sendo que em abril de 1999 os aumentos chegaram a atingir 30,60% (base agosto de 1997).

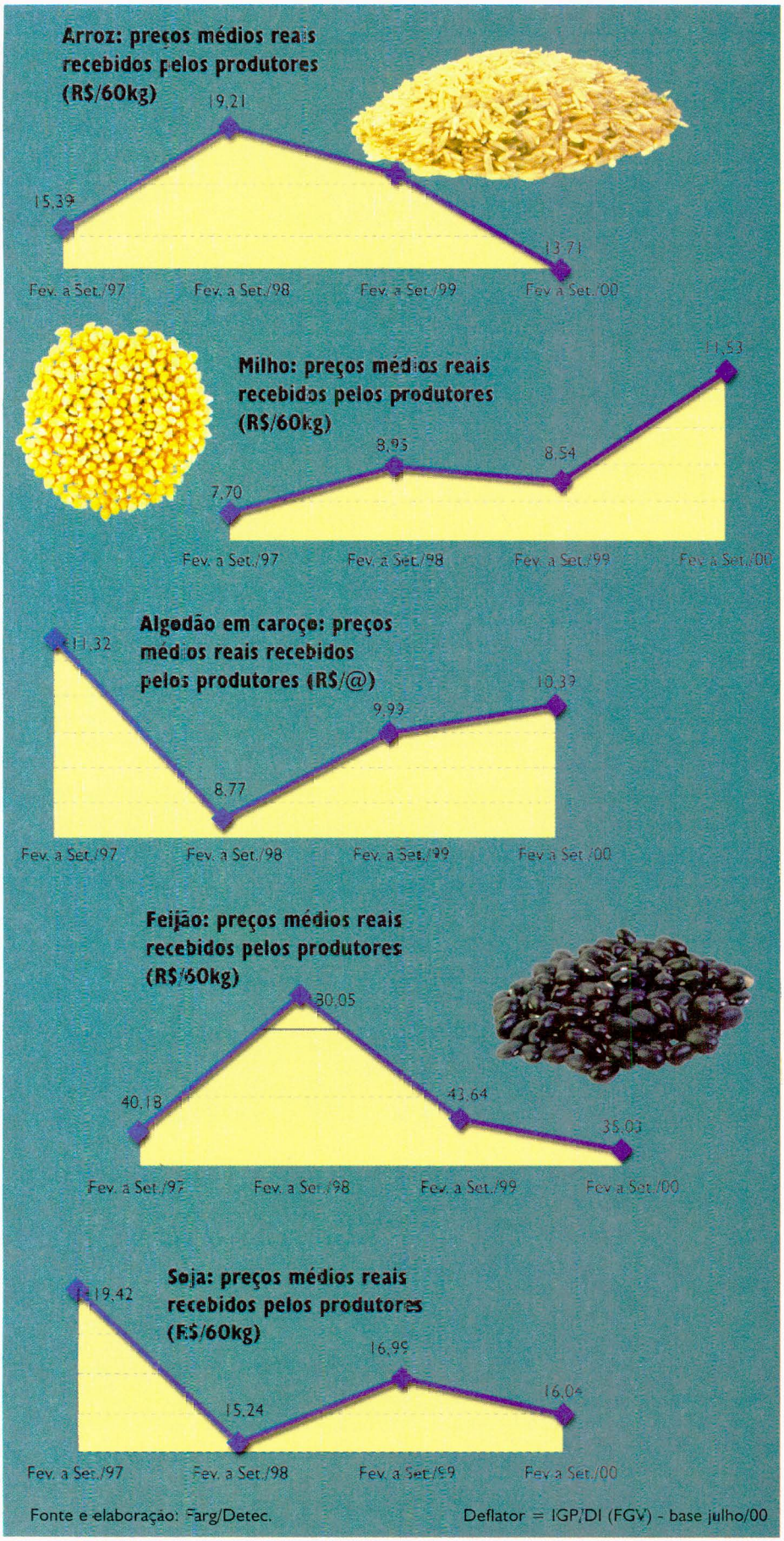
Destaca-se a uréia – um dos fertilizantes mais utilizados em praticamente todas as culturas – com drástica alta real de mais de 31%. Em termos nominais, os preços da uréia saltaram de R$285,00/t em agosto de 1997 para cerca de R$496,00 no início da próxima safra 2000/01 (agosto de 2000).

O que seria de uma cultura sem boa adubação? Com a grande exploração do solo, é necessário devolver todos os elementos retirados dele – sobretudo nitrogênio, fósforo e potássio. Uma cultura não terá bom desenvolvimento nem atingirá seu potencial sem adubação adequada e bom controle de pragas e doenças, que tornarão cada vez mais inviáveis ao produtor as operações normais de beneficiamento da lavoura.

Houve também uma tendência de queda nos preços dos fertilizantes após a desvalorização cambial. No último ano, por exemplo, a queda real foi em média cerca de 10,71%, com exceção da uréia.

Máquinas: cada vez mais pesadas para o orçamento

O custo da hora-máquina/ha, variável representativa para o orçamento do produ-



tor rural, ainda não recebe dele a devida atenção. As operações convencionais realizadas numa propriedade – calagem, aração, pulverização, adubação e colheita – estão cada vez mais onerosas.

Desde o preparo do solo até a colheita, nas últimas três safras e início da próxima, as operações mecanizadas tiveram um aumento real de 9%. A principal causa foi o diesel, que variou em 34,45% de agosto de 1997 a agosto de 2000. O diesel, que praticamente não subia em níveis superiores à inflação, disparou a partir de 1999. O litro, que custava cerca de R$0,44 na safra 1997/98, vale nesta safra em média R$0,78/litro em valores nominais.

Além do combustível, os preços de tratores e colheitadeiras também variaram 16,49% acima da inflação, com base agosto de 1997. Semelhante ao ocorrido com defensivos e fertilizantes, de setembro de 1999 para cá os preços médios das máquinas e implementos também se reduziram. Mas a variação de preços dos tratores e colheitadeiras continua acima da inflação.

Grandes dificuldades

Como continuar a plantar grandes lavouras com custos de produção cada vez maiores?

A escala de produção, que foi nos últimos anos a saída que o produtor teve para manter lucros, não consegue mais superar as grandes dificuldades impostas por margens líquidas cada vez menores e mais próximas dos custos de produção.

Esse processo, que sempre excluiu pequenos produtores da cadeia do agronegócio, ameaça agora as grandes extensões produtivas. Nas últimas quatro safras, por exemplo, com exceção do milho, todas as grandes culturas em Goiás tiveram seus preços em processo de queda real.

Medido pelo IGP/DI da FGV, nos últimos quatro anos o arroz teve uma queda real de 10,92%; o feijão, 12,82%; a soja, 17,4%; e o algodão, 8,2%.

Trajetória de queda

É fácil perceber o que o empresário rural vem enfrentando: perda e transferência de renda aos demais elos da cadeia produtiva e custos anuais em expansão.

Podemos também avaliar essa trajetória analisando a queda do poder de compra para insumos utilizados na produção. Hoje, para um produtor de arroz, são dispensadas em

média 30,27 sacas para comprar uma tonelada de fertilizantes, cerca de seis sacas a mais do que em agosto de 1997. Não é diferente com o feijão, a soja e o algodão, inclusive para defensivos.

Analisando cinco culturas – arroz, feijão, milho, soja e algodão –, nos últimos quatro anos o poder de compra do empresário rural teve uma queda média real de 4,08% para fertilizantes, 5,34% para os herbicidas, 11,95% para os inseticidas e 6,7% para os fungicidas, com base nos preços reais médios recebidos pelos produtores em 1997.

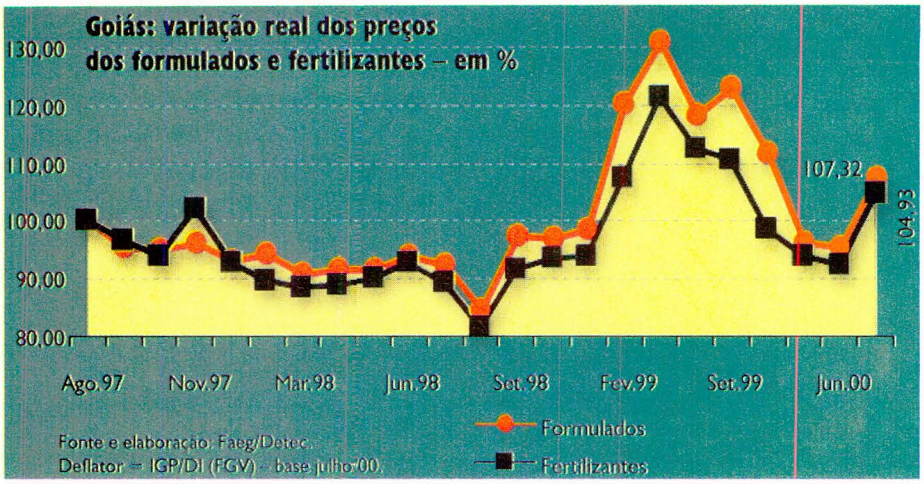
Produtores desestimulados

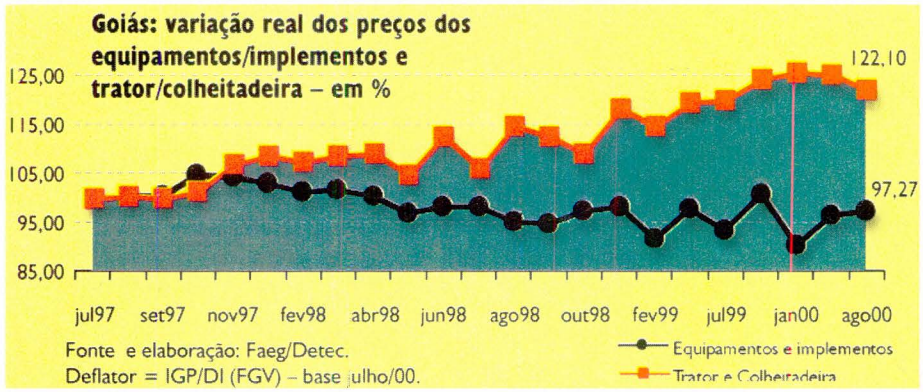
Este ano, aumentou o poder de compra do produtor, ou seja, são necessárias quantidades menores de produto para se adquirirem insumos agrícolas – cerca de 13,35% a menos que em 1999. Também o calcário, em termos reais, reduziu seu preço de R$18,46/t em agosto de 1997 para R$15,5/t na safra 2001, aumentando o poder de compra do produtor em cerca de 18,79%.

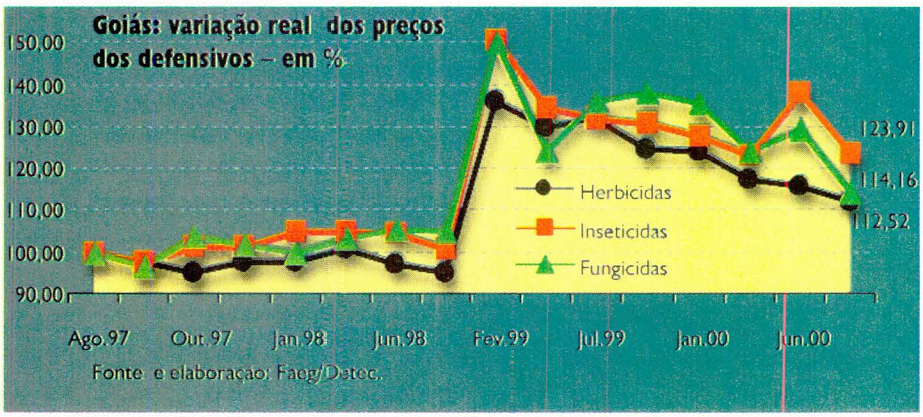
Mesmo com essa melhora do ano passado para cá, no entanto, continuamos em níveis superiores à inflação. A redução do poder de compra nos últimos anos torna difícil a manutenção na atividade. Os custos estão altos e a lucratividade cada vez menor.

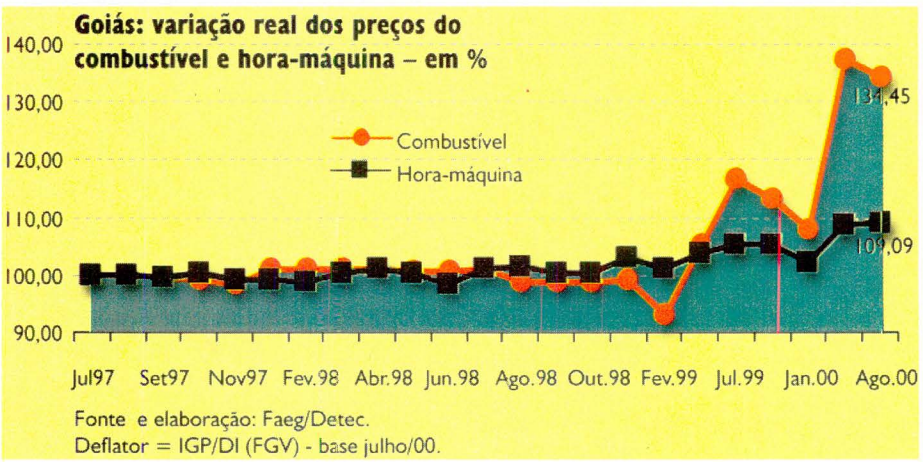
A situação desestimula os produtores a procurar maior qualidade sem esgotar o solo para atingir maior potencial da cultura. O aumento dos insumos acima da inflação é preocupante. Grandes e médios produtores estão ameaçados agora pelo aperto que afligiu os pequenos produtores há alguns anos.

Cabe ao governo e à sociedade propiciar condições mais favoráveis e estáveis ao produtor rural. A população é exigente quanto à qualidade dos produtos. Mas se a situação persistir, ficará impossível manter a produção para um mercado cada vez mais exigente. O prejudicado não é somente o produtor, mas toda a população urbana.









Os autores são engenheiros agrônomos do Departamento Técnico da Federação da Agricultura do estado de Goiás.



Práticas desleais

Produtividade e competitividade não bastam para o país ter vez no agronegócio internacional

CARLOS ANTONIO MOREIRA LEITE

O agronegócio brasileiro tem enfrentado muitos desafios e vencido vários deles. Apesar das políticas adversas à exportação no início do Plano Real, a agropecuária tem participado ativamente das exportações brasileiras. A mais recente previsão indica, para o corrente ano, um aumento das exportações de aproximadamente US$2 bilhões em relação ao ano passado, atingindo mais de US$15 bilhões.

Impressionante potencial

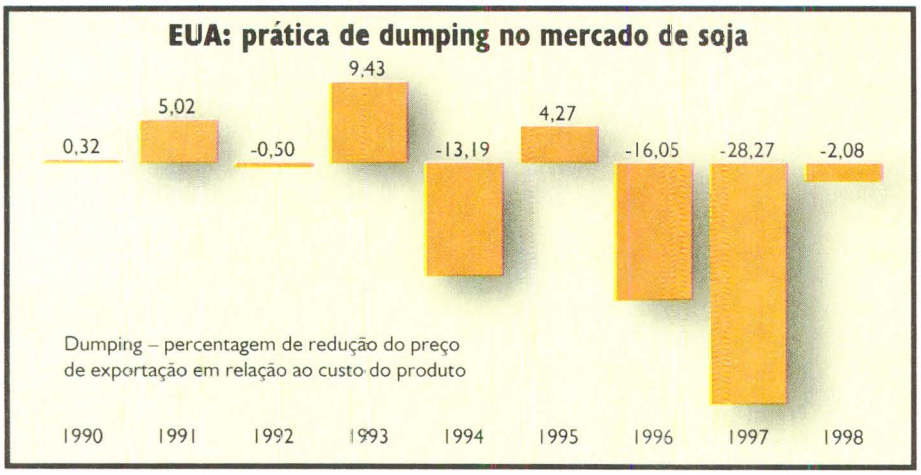
Com uma área de 5,7 milhões de hectares de lavouras permanentes e 45,1 milhões de hectares de temporárias, o Brasil tem ainda milhares de hectares a serem explorados pela agricultura convencional ou pelos mais modernos padrões, de precisão ou irrigados.

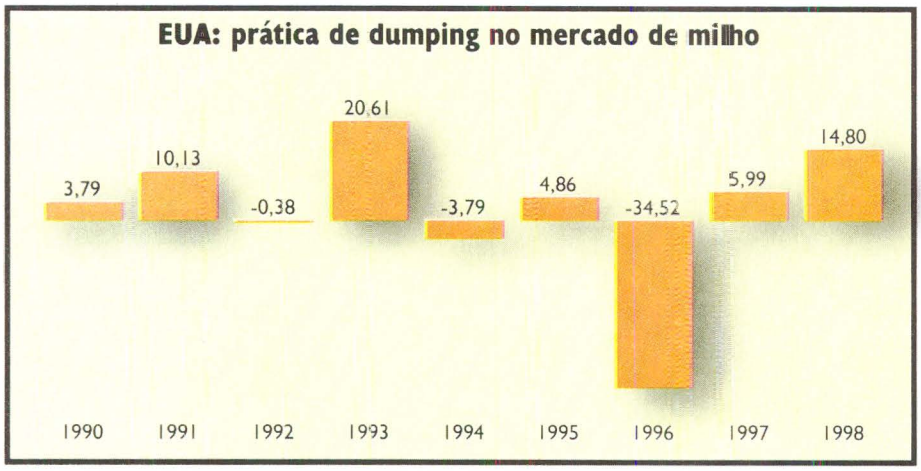
Adicionalmente, há o mercado de frutas temperadas e tropicais; condições de absorver e exportar uma safra de grãos bem maior do que os 80 milhões de toneladas produzidos anualmente e rebanhos bovino e suíno surpreendentemente numerosos, assim como uma vasta produção de carne de aves.

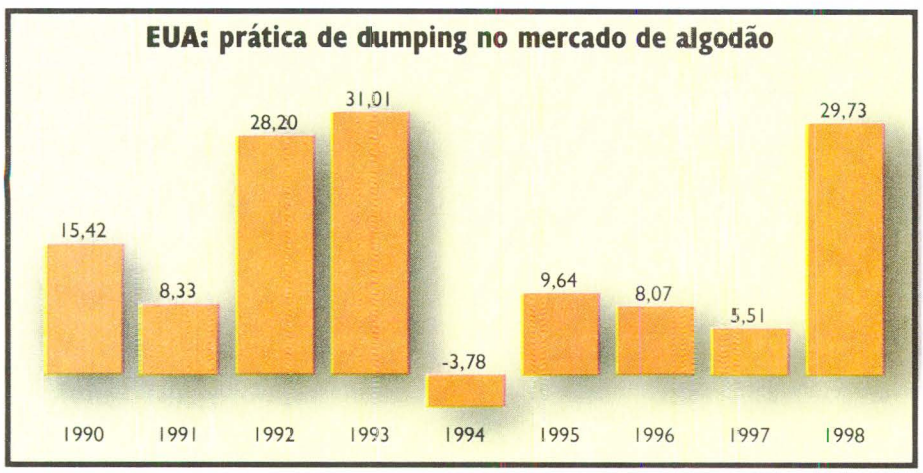
Da produção brasileira de carne bovina só se exportam 6,3%; da produção suína, 5%; e da produção de aves, 13%. Considerado o aumento da renda de alguns países – que já sinalizam aumento das importações de carnes, como é o caso de diversos países asiáticos – é grande o potencial exportável.

O valor do agronegócio brasileiro, expandido da base de dados estimada para 1995, está resumido na tabela, cujos dados evidenciam desde a produção de insumos para o setor agropecuário até o produto processado para o consumidor.

A geração de riquezas na fase agropecuária do segmento representa aproximadamente 24% do valor adicionado total do agronegócio. A montante e a jusante da propriedade, esse valor é multiplicado por quatro. Está clara a dependência recíproca entre o setor primário e o restante da economia, gerando processamento agroindustrial e movimentando a infra-estrutura de distribuição de produtos e insumos e a provisão de insumos. A cada ano estruturas produtivas mais complexas são criadas no país, promovendo riquezas, ampliando mercados e gerando empregos.







DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CARNE

bovina só se exportam 6,3%; da produção suína, 5%; e da produção de aves, 13%. Considerado o aumento da renda de alguns países – que já sinalizam aumento das importações de carnes, como é o caso de diversos países asiáticos – é grande o potencial exportável.

QUANTIDADE E QUALIDADE

Quatro fatores motivam o dinamismo do agronegócio brasileiro:

- modificações nas bases tecnológicas de produção;
- ampliação dos recursos investidos;
- modificação na organização da atividade;
- pressões dos mercados doméstico e internacional.

Os produtores rurais estão adotando novos processos tecnológicos de produção, com o objetivo de baixar seus custos unitários. Os ajustamentos ocorrem em velocidade de cada vez maior. Buscam-se novas variedades de plantas, adaptadas aos diferentes solos, climas e sistemas de produção, assim como raças e explorações mais adequadas às regiões e aos anseios dos consumidores.

Os recursos investidos no agronegócio estão sendo ampliados tanto pelo setor privado quanto pelo governo, sobretudo no que diz respeito à indústria. Grandes investimentos têm acompanhado a trajetória da produção de matérias-primas para o centro do país, onde a cada dia se instalam novas agroindústrias.

Mudanças na organização agroindustrial, mediante novos arranjos institucionais entre diversos agentes da cadeia, têm resultado em mercados cada vez mais concentrados. Fusões e associações de firmas brasileiras com empresas estrangeiras, além do estabelecimento no país de empresas transnacionais, têm alterado aceleradamente o complexo agroindustrial brasileiro.

NOVAS E ANTIGAS BARREIRAS

O empresariado brasileiro tem sido sensível às exigências dos consumidores nacionais e se ajustado com relativa eficiência a suas pressões.

Empresas transnacionais trouxeram para o país sua dinâmica de produção de alimentos e sua tradição administrativa. A globalização da produção se estrutura assim em bases científicas, interligando as várias fases produtivas e transformando os processos produtivo e de trabalho no campo e na cidade.

O mercado internacional – alvo mais cobiçado de muitos dirigentes políticos do país – continua no entanto operando com muitas restrições: das barreiras tradicionais do comércio internacional às modernas, relacionadas com o meio ambiente e com a multifuncionalidade do setor agrícola.

No que se refere às barreiras tradicionais, no final de setembro passado ficou

Valor do agronegócio brasileiro desmembrado em agricultura e pecuária

Participação dos segmentos da cadeia agroindustrial*

Segmentos	Percentual**	Valor US$ bi
Agronegócio		
Insumos	8,4	20,71
Agropecuária	23,84	58,77
Indústria	35,01	86,3
Distribuição	32,76	80,75
Total	100,00	246,52
Agricultura		
Insumos	7,41	13,03
Agricultura	19,07	33,54
Indústria	41,24	72,53
Distribuição	32,28	56,77
Total	100,00	175,88
Pecuária		
Insumos	10,85	7,66
Pecuária	35,73	25,23
Indústria	19,48	13,76
Distribuição	33,93	23,96
Total	100,00	70,62

*Considerando-se o PIB brasileiro de US$850 bilhões. **Dados percentuais calculados do ano de 1995, por Fortuoso, M.C.O. e Guilhoto, J.J.M. A distribuição setorial do PIB do agronegócio brasileiro. Rio de Janeiro: Sober, 2000.

frustrada mais uma negociação na Organização Internacional do Comércio (OIT), entre os países em desenvolvimento e os Estados Unidos e outras nações industrializadas. Os países em desenvolvimento solicitaram mudanças substantivas nas políticas de subsídio e *dumping* dos países desenvolvidos, por meio de ações da OIT. Como resposta, as nações ricas entenderam que essa discussão deve ser deixada para o futuro ou para os comitês técnicos da organização.

Reflexos do *dumping*

Dumping pode ser definido como a prática de exportação de um produto a preços inferiores aos custos de produção, incluindo custos de *marketing* e lucratividade razoável.

As políticas praticadas pelas economias desenvolvidas prejudicam a eficiência da produção e do comércio mundiais. Durante muitos anos, as políticas de *dumping* praticadas pelos Estados Unidos vêm afetando as cadeias agroindustriais do Brasil.

Os gráficos mostram exemplos de práticas de *dumping* dos Estados Unidos, nas exportações de soja, milho e algodão, de 1990 a 1998. Os valores mostram o *dumping* como percentual dos custos do produto.[1]

Está clara a dependência

recíproca entre o setor primário e o restante da economia, gerando processamento agroindustrial e movimentando a infra-estrutura de distribuição de produtos e insumos e a provisão de insumos. A cada ano estruturas produtivas mais complexas são criadas no país.

De 1990 a 1998, os Estados Unidos praticaram *dumping* no mercado de soja em quatro anos; no de milho, em seis anos; e no de algodão, em oito. Nesse período, a soja chegou a ser vendida ao exterior a um preço 9,43% abaixo do custo do produto. Para o milho, essa diferença chegou a 29,61% e, para o algodão, a 29,73%.

A atual política agrícola brasileira segue o modelo de uma economia de mercado. O *dumping* praticado por outros países traz conseqüências desastrosas ao agronegócio; afeta cadeias agroindustriais de grande importância, como as de carnes, indústria têxtil e cereais para consumo humano.

As imperfeições trazidas pelo *dumping* e por outras políticas protecionistas dos países desenvolvidos inibem os benefícios da estabilidade econômica brasileira, criando uma falsa concorrência internacional, desestimulando o uso de tecnologias modernas e provocando retração ao crescimento das cadeias associadas aos produtos agrícolas.

Para que o agronegócio brasileiro continue crescendo e mais riquezas sejam produzidas no país, é imperativo que se continue lutando nos fóruns internacionais pela redução das práticas protecionistas das economias desenvolvidas.

Carlos Antonio Moreira Leite é professor titular do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.
E-mail: caml@mail.ufv.br

[1] *Para a determinação dos custos do produto foram considerados os custos pagos pelos produtores, as transferências feitas pelo governo e o custo de transporte da fazenda aos silos de exportação. As fontes utilizadas são USDA – ERS. US Farm Sector Performance Data, Costs and Returns. Producer and Consumer Support Estimates.* OECD Database, *1999, Table III: Producer Support Estimate by Commodity for the US.*
Dados não disponíveis para algodão.
Os custos de transporte foram obtidos de dados derivados do USDA, Agriculture Marketing Service. 1999. Grain Transportation Prospects. Washington D.C. e preços de exportação foram obtidos do USDA – ERS. Agricultural Outlook, *Jan.-Feb., 1992-2000, Table 24.*



Depois de Seattle

As perspectivas para a questão agrícola dependem do cenário: uma nova rodada ou a negociação por temas

RICARDO TATESUZI DE SOUSA

O entendimento das perspectivas da agricultura brasileira deve ser buscado nas origens da Organização Mundial do Comércio (OMC), uma organização complexa, talvez uma das mais importantes no cenário internacional, já que tem como atribuição a elaboração de regras para o comércio mundial. É uma organização com *status* jurídico e poder político próprios. São três as suas funções principais: supervisionar o comércio internacional; implementar acordos negociados nas rodadas e atuar como *tribunal* internacional.

Quem é quem

Estruturada com esse nome em 1995, a OMC surgiu em 1947, no General Agreement on Tariffs and Trade (Gatt), quando se criaram o FMI, o Banco Mundial e a OIC. O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem a função de manter a estabilidade das taxas de câmbio e assistir países cujos balanços de pagamento estejam desequilibrados. O Banco Mundial ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento é responsável pela assistência aos países atingidos pela guerra.

A Organização Internacional do Comércio (OIC) foi o resultado da tentativa frustrada de se criar uma entidade que coordenasse e supervisionasse a negociação de um novo regime para o comércio mundial baseado no multilateralismo e no liberalismo.

O Gatt foi criado em 1947 como um acordo provisório, com o objetivo de negociar tarifas e regras sobre o comércio internacional. Inicialmente formado por 23 países, passou a ter *status* de organização, na medida em que funcionava como coordenador e supervisor das regras do comércio, mas os membros poderiam não acatar as decisões dos painéis (*panels*) criados para julgar casos de conflitos comerciais, se assim convivesse.

Controvérsias em julgamento

Este é um dado importante pois, depois de formados a OMC e seu órgão de solução de controvérsias, nenhum membro pode impedir as decisões dos painéis estabelecidos para julgar as controvérsias sobre o comércio.

Após oito rodadas negociais, foi criada a OMC dentro da Rodada Uruguai. As rodadas são importantes e abrangentes: implicam diminuição de tarifas e inclusão de setores da economia sem regulamentação mais ativa, já que é corrente a prática de *trade-offs*, que implica concessões das partes.

Por conta da falta de regulamentação, esses setores são menos ou mais suscetíveis a políticas comerciais aleatórias que possam ser distorcivas e prejudiciais ao livre comércio, como o *loan price* norte-americano.

Linhas de trabalho

A Conferência Ministerial é o órgão máximo da OMC e traça as linhas de trabalho e as atividades da OMC. Quando os ministros encarregados das relações exteriores ou do comércio externo se reúnem, acabam por chegar a um documento consensual sobre os trabalhos futuros da organização. Duas conferências já realizadas foram a de Cingapura (dezembro de 1996) e a de Genebra (maio de 1998).

A primeira conferência ministerial, em Cingapura, teve como objetivos examinar o comércio mundial e os desafios da economia mundial, assim como avaliar a implementação dos acordos estabelecidos na Rodada Uruguai e organizar um novo programa de trabalho.

Entre os temas incluídos nas futuras negociações estão: agricultura, serviços e TRIPs – *trade related intelectual properties* (aspectos do direito da propriedade intelectual relacionados ao comércio); revisões do DSB – *dispute settlement body* (órgão de solução de controvérsias); *antidumping*, valoração, licenças de importação, inspeção pré-embarque, regras de origem, salvaguardas, subsídios, barreiras técnicas, têxteis, TRIMs – *trade related investment measures* (medidas de investimento relacionadas ao comércio) e o mecanismo de revisão de políticas comerciais.

A Conferência estabeleceu ações práticas importantes como a criação de grupos de trabalho, que viriam a ser o embrião dos atuais comitês que discutem temas relevantes para o comércio, como concorrência e investimentos.

Também foi discutida a questão da importância de países em desenvolvimento para o crescimento da economia mundial como um todo, e a importância da cláusula de tratamento especial e diferenciado, que na prática não tem tanto efeito. A questão da inclusão de uma possível cláusula trabalhista foi rechaçada por identificar-se a OIT como responsável por tais aspectos.

Acordos em desequilíbrio

A Conferência Ministerial de Genebra se concentrou na elaboração de uma série de recomendações, em especial sobre a III

Conferência Ministerial. Apareceram ainda alguns outros aspectos, como coerência entre as políticas com outras organizações, como o FMI. Discutiram-se os desequilíbrios de aplicação de acordos, que se faziam sentir principalmente nos países em desenvolvimento.

O panorama em que se inserem os objetivos da Conferência Ministerial de Seattle e o próprio impasse de Seattle podem ser visualizados pela análise dos trabalhos preparatórios para a III Conferência Ministerial, coordenados pelo Conselho Geral da OMC.

A primeira fase se desenvolveu no segundo semestre de 1998 e início de 1999. Nessa fase visava-se identificar a agenda, ou seja, os temas e pontos específicos do comércio internacional que os membros priorizassem. A segunda fase seria dedicada à elaboração de propostas concretas, incluindo a abrangência, estrutura e prazos para futuras negociações e implementação dos acordos, e a terceira, ao texto recomendado aos ministros pelo Conselho Geral sobre próximas negociações e inclusão de novos temas.

Maior liberalização

Dos objetivos da Conferência de Seattle, que lançaria a Rodada do Milênio, o principal foi a maior liberalização do comércio. É um tema bastante discutido e sempre presente, principalmente no que se refere à manutenção de políticas distorcivas de subsídios à produção de determinados produtos ou setores de produção.

Além disso, destacam-se os esforços para que as negociações já definidas – incluindo agricultura e serviços, os quais, independentemente da ocorrência ou não da Rodada, seriam discutidos a partir de janeiro de 2000 – sejam postas em vigência.

A importância das revisões em pauta consiste em possíveis alterações de determinados artigos de acordos já existentes: têxteis, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, *antidumping*, subsídios, regras de origem.

Outro objetivo de extrema importância relaciona-se à implementação dos acordos já existentes, como a agricultura e tratamento especial e diferenciado – tema que deve ser explorado pelos países com menor desenvolvimento relativo e PEDs ou países em desenvolvimento.

Geometria variável

Os objetivos da Rodada podem ser analisados segundo categorias de países ou convergência de interesses. Tais interesses se dividem no cenário internacional, com relação ao comércio, em países desenvolvidos de um lado, e PEDs de outro. Dependendo do tema discutido, em geral há mudanças importantes nesse quadro que se convencionou chamar de geometria variável.

A CE, maior interessada e promotora da Rodada Ministerial, tinha propostas de novos temas de interesse, o que seria também uma forma bastante eficaz de diluir ou contrabalançar os custos sociais e políticos de mais uma fase de liberalização da área agrícola – tema considerado bastante delicado politicamente para a CE.

A CE se fortaleceu bastante com os laços econômicos provenientes da área de livre comércio dos países membros da EFTA e dos países da Europa Central.

Os EUA, apesar de anfitriões da reunião ministerial, não se posicionaram com firmeza ante o lançamento de uma nova rodada.

Um dado importante

é que, depois de formados a OMC e seu órgão de solução de controvérsias, nenhum membro pode impedir as decisões dos painéis estabelecidos para julgar as controvérsias sobre o comércio.

O bloco do Brasil

Os PEDs viam na nova rodada a possibilidade de corrigir as distorções originadas na Rodada Uruguai, que consideravam prejudiciais a seus interesses, bem como fortalecer dispositivos que lhes permitissem um tratamento especial.

Os interesses do Brasil são variados, com necessidade de ampliar o acesso a mercados aos produtos de maior competitividade: produtos agrícolas, calçados e têxteis.

Também lhe é favorável o fortalecimento de regras de comércio que impeçam o uso desses produtos de forma discriminatória, como no caso dos *antidumpings*, medidas compensatórias e mesmo em regras de origem.

O Brasil poderá ainda se unir aos países em desenvolvimento para reforçar o objetivo de tratamento especial e diferenciado, acompanhando os países desenvolvidos em temas relativos a investimento e concorrência.

Em âmbito mais geral, a proposta brasileira caracterizou-se pela preservação e fortalecimento do sistema multilateral de comércio; lançamento de uma ampla rodada, que teoricamente contribuiria para maiores avanços em agricultura; possível viabilização de certos aspectos contidos nos acordos já existentes.

A agenda brasileira

Para o Brasil, o principal tema é a liberalização do comércio agrícola. O Brasil sempre deixa claro a importância da questão agrícola.

O setor agrícola nacional poderia ser considerado como o principal responsável pelo desenvolvimento do país, propulsor de capital para outros setores. Aspectos como a profunda industrialização e tecnicização do campo brasileiro; a balança comercial superavitária devido a exportações do setor; padrões de vida mais justos ao trabalhador agrícola, em comparação aos padrões metropolitanos; manutenção de agropecuaristas no campo justificam o destaque dado ao setor.

A liberalização do comércio agrícola só entrou em pauta no item comércio internacional com o processo Gatt/OMC na Rodada Uruguai, sendo incluída definitivamente sob forma de acordo específico com uma segunda rodada de negociações agendada para 2000, como prescrito no artigo XX do Acordo de Agricultura.

Interesses convergentes

Espera-se que uma negociação dentro do Comitê de Agricultura tenha suas expectativas limitadas, restritas ao definido na *built-in agenda*, bastante vago.

A posição brasileira sai fortalecida devido à convergência de interesses de Brasil—Mercosul—Grupo de Cairns (composto por 18 países exportadores de produtos agrícolas, entre eles o Brasil) para a liberalização do comércio agrícola.

A posição dos EUA também se estabele-

ce convergente, ao contrário da UE, Japão e Coréia do Sul.

O Brasil entende que o mesmo tratamento dado aos demais setores industriais na OMC deve ser estendido ao setor agrícola, ou seja, num mercado mais livre e concorrencial.

A proposta brasileira

1. Acesso a mercados

Picos tarifários e escalada tarifária: a medida tem por objetivo acabar ou reduzir fortemente os picos tarifários e atacar o problema da diferença entre as tarifas a produtos com maior e menor nível de agregação e processamento.

Quotas: eliminação das quotas tarifárias para todas as importações, não havendo nenhuma tarifa superior às vigentes a quotas tarifárias.

Salvaguardas especiais: inclusão das regras a salvaguardas gerais da OMC, com a eliminação de salvaguardas especiais para a agricultura.

2. Subsídios e crédito às exportações

Subsídios às exportações: incorporação do tema às regras gerais da OMC, como demais setores do comércio internacional.

Crédito à exportação: acordando com os demais setores definição de regras para disciplinar tais operações no comércio agrícola, evitando distorções a sua eficiência e competitividade.

3. Medidas de apoio interno

Caixa amarela: reduzir o nível dos apoios internos (Medida Global de Ajuda – AMS) ao nível previsto pela cláusula de *minimis* (5% do valor da produção aos países desenvolvidos e 10% àqueles em desenvolvimento).

Caixa verde: continuidade dessas medidas, já que o Brasil notifica tais políticas à OMC. Mas é evidente que tais elevados gastos devem ser revistos, principalmente no que tange à existência de distorção, ou não, promovida por tal medida.

Caixa azul: compromisso de redução, devido à comprovação de distorção ao comércio. Propõe-se a inclusão dessas políticas no cálculo da AMS.

Outros temas foram selecionados pelo governo (através do Grupo Interministerial de Trabalho sobre Comércio Internacional de Mercadorias e Serviços – Gici) como prioritários para a agenda brasileira. São eles: aperfeiçoamento dos acordos *antidumping* e sobre subsídios e medidas compensatórias e alterações no acordo sobre medidas de investimento relacionadas ao comércio.

Antidumping e outros temas

1. Antidumping

Apesar do avanço obtido em termos de transparência e previsibilidade dos processos das investigações com a Rodada Uruguai, o acordo ainda está aquém de impedir a utilização abusiva de seus instrumentos como medida protecionista pelos países que se utilizam dele, devido à falta de clareza dos procedimentos que determinam as margens de *dumping*, imposição e cobrança de sobretaxas, enfim, técnicas pouco precisas e subjetivas.

Outro tema relacionado é a questão do tratamento especial e diferenciado a países em desenvolvimento.

2. Subsídios e medidas compensatórias

A proposta brasileira pressupõe a ampliação das possibilidades do tratamento especial e diferenciado, tendo em vista que o acordo não permite o uso de incentivos para atração de investimentos.

Para o país, investimentos são de extrema importância para o financiamento de políticas econômicas e sociais, assim como acontece para outros PEDs. A proposta seria colocar esses investimentos como subsídios não acionáveis, já que visam ao desenvolvimento, a saber: desenvolvimento regional, pesquisa tecnológica, diversificação da produção, desenvolvimento relacionado a questões ambientais envolvidas nos métodos de produção.

3. Medidas de investimento relacionadas ao comércio

Novamente a questão dos PEDs se evidencia.

Para tais países, a diferença entre países desenvolvidos só seria possível no longo prazo com reformas e modificações em áreas sensíveis como reforma fiscal e realocação de mão-de-obra.

Para tanto, o Brasil solicita a inclusão no Acordo de TRIMs de dispositivos que tornem viáveis a implementação de políticas de desenvolvimento social, regional, econômico e tecnológico, como forma de se reduzirem as disparidades entre os países membros da OMC.

4. Serviços

O Brasil entende que devem ser implementados primeiro os termos do acordo sobre serviços.

Os países deveriam completar as disciplinas do Gatt sobre salvaguardas emergenciais, subsídios, compras governamentais e regulamentos nacionais de serviços. A partir daí, numa segunda fase após a regulatória, seriam incluídas negociações para novas liberalizações e novos compromissos.

Impasse com cinco causas

As causas do impasse de Seattle poderiam ser agrupadas em cinco pontos:

- falta de negociações prévias em Genebra;
- interesses conflitantes entre os membros;
- pressão da sociedade civil;
- falta de transparência interna e externa da própria OMC;
- ambiente político e econômico desfavorável a negociações liberalizantes.

O que se verificou na verdade foi uma ausência de negociação em Genebra para a preparação da conferência ministerial que lançaria a Rodada do Milênio.

Esse fator, associado aos interesses conflitantes entre os membros, foi o responsável pelo impasse verificado em Seattle, além do ambiente político e econômico desfavorável. Em outras negociações multilaterais, as negociações dependem das trocas e pressões que estão se criando ao longo do processo.

As preparações para Seattle foram caracterizadas por divergências tais, que o embate político se deu não só entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, como também entre os próprios desenvolvidos. Assim, não foi possível traçar qualquer contorno de posições.

A CE foi um dos principais freios ao processo, devido a sua posição extremamente intransigente com relação à agricultura, que impossibilitou qualquer tentativa de convergir posições.

Objetivos mal compreendidos

A tentativa de incluir temas sobre ambiente e trabalho também teve grande repercussão contrária nos países em desenvolvimento, que contemplaram esses temas como uma tentativa de protecionismo (mesmo que a questão seja legítima, mas competente à OIT no caso de padrões trabalhistas) e de uma eventual criação da OMA –

Organização Mundial do Meio Ambiente.

A atuação da sociedade civil foi bastante visível nas manifestações ocorridas em Seattle. A bandeira levantada por inúmeros manifestantes tentando legitimar suas posições em favor dos PEDs demonstra a falta de compreensão sobre os objetivos da OMC.

Poucos sabiam realmente a importância de tais negociações para os PEDs, e foram movidos pela propaganda, com o apoio de ONGs e até de sindicatos americanos. Essa movimentação toda também impediu uma maior atividade dos EUA, que estão em vésperas de eleições, o que torna sua política muito mais reservada.

A falta de transparência interna e externa do processo negociador está associada basicamente a dificuldades ligadas aos procedimentos e à metodologia da preparação das negociações, bem como das próprias negociações.

A maioria dos PEDs se mostrou extremamente desconfortável com o sistema de decisão de reuniões internas entre membros – que são por coincidência os principais atores, inclusive o Brasil – selecionados sem um critério explícito de participação.

Quanto ao último ponto, a conjuntura econômica em que se situam determinados países contribuiu para que incertezas fossem elementos impeditivos às negociações.

Conseqüências para o Brasil

A perspectiva para entender a importância desse processo para o Brasil não deve se limitar ao curtíssimo prazo, mas levar em conta o somatório das políticas negociais, durante um dado período histórico relativo às negociações internacionais no âmbito Gatt/OMC.

As regras do Gatt permitiram por muito tempo o desenvolvimento do comércio mundial e sua maior liberalização. Mas suas falhas eram extremamente prejudiciais a países como o Brasil, no que diz respeito à falta de um sistema eficaz de solução de controvérsias e à inclusão de agricultura e têxteis.

A Rodada Uruguai foi um instrumento importante, pois teve a função de suprir esses problemas e acrescentar regras a grandes setores do comércio internacional.

O Brasil tem usado freqüentemente o mecanismo de solução de controvérsias, mas com a devida cautela. Venceu em todas as instâncias o processo com a Venezuela, no caso da gasolina contra os EUA; venceu da mesma forma o processo que Filipinas levantou contra o Brasil sobre coco ralado.

Outros casos em andamento: o das aeronaves, contra o Canadá, e o do café solúvel, contra a UE. A Rodada Uruguai, com negociações definidas para agricultura e serviços, contribuiu muito para diminuir orçamentos e práticas de subsídios.

Dois cenários possíveis

Tendo visto as contribuições que o sistema multilateral de comércio tem proporcionado – ao Brasil especificamente –, urge a construção de dois cenários futuros no que se refere às negociações da OMC. Portanto, as conseqüências para o Brasil se colocam de acordo com um ou outro dos dois possíveis cenários de negociações.

O primeiro, que se verifica hoje, é o de negociações definidas. São as negociações – as *built in agenda* – já previstas no Acordo da Rodada Uruguai, que tem data para iniciar-se independentemente do lançamento de uma rodada.

É o caso de serviços e agricultura, que já têm agenda de reuniões marcadas para o ano de 2000. Nesse caso, as negociações ocorrem dentro dos comitês específicos para cada tema e não há nenhuma possibilidade de haver uma balança de trocas e concessões para que as negociações avancem mais rapidamente.

O segundo cenário é o de negociações via rodada de negociações. Tem grandes possibilidades de acontecer, se os países responsáveis pelo impasse de Seattle contribuírem para isso – muito provável, aparentemente.

O Brasil está disposto a avançar nas negociações no sentido de uma rodada, contanto que isso se efetive sob ampliação dos temas, montados em um conjunto equilibrado que não comprometa setores específicos.

Negociações futuras

É bastante delicado pensar numa rodada de negociações que possa interferir no processo negociador para os casos de agricultura e serviços retrocedendo o processo, por exemplo. A inclusão de setores deve ser transparente, sem uma escolha que beneficie interesses específicos de alguns membros. Portanto, é aconselhável que o processo de negociação via rodada seja efetuado após o prazo de implementação dos acordos da Rodada Uruguai.

A inclusão de temas trabalhistas e *non-trade concerns* é evitada, já que podem vir a constituir barreiras técnicas através de níveis de trabalho ou meio ambiente, por exemplo, impraticáveis em países que estão aquém do desenvolvimento sustentável. Tais temas seriam um fator agravante da situação dos PEDs e PMDRs (países com menor desenvolvimento relativo), que não possuem padrões tão exigentes e custosos.

As negociações futuras devem preservar o equilíbrio dos direitos e obrigações previamente acordados.

Para o Brasil, é importante a implementação do acordo sobre agricultura, assim como uma revisão do acordo sobre o *antidumping*, fortemente propenso a tornar-se uma barreira comercial.

O balanço das conseqüências é positivo, já que o Brasil dispõe de uma economia forte e um parque industrial diversificado e grande. O principal desafio brasileiro está em transformar em ação seu poder de influência, hoje potencializado pelo tamanho de sua economia: exportar, utilizar suas vantagens produtivas e aumentar sua produtividade para competir e ganhar mercados no cenário mundial.

Ricardo Tatesuzi de Sousa é graduado em Relações Internacionais pela PUC-SP. O texto original teve revisão acadêmica de Vera Thorstensen, professora da FGV e assessora econômica da Missão Brasileura junto à OMC.

Bibliografia

A participação brasileira na reunião de Seattle e O fracasso de Seattle e o futuro das negociações multilaterais.

CNI. *Informativo da Confederação Nacional da Indústria*, ano 9, n.2, nov. 1999.

LAMPREIA, L. F. (1999) *Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda.

THORSTENSEN, V. (1999) *Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio mundial e a Rodada do Milênio*. São Paulo: Aduaneiras.

WESTIN, S. S. *World Trade Organization/ Seattle Ministerial: outcomes and lessons learned*. US General Accounting Office, GAO/T-NSIAD-00-86.

A competição cria asas

Encontrado um nicho para seu produto, o pequeno produtor tem boas chances de garantir espaço no mercado

ELSIO A. P. FIGUEIREDO

No Brasil, os primeiros imigrantes da colônia exploravam pequenas propriedades rurais em atividades diversificadas: cultivavam milho, trigo, aveia, feijão, mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar, fumo, abóbora; pomares produziam uvas, pêssegos, ameixas, pêras, maçãs, figos, laranjas e nas hortas se exibiam verduras, legumes, temperos e chás. Jardins floridos embelezavam o cenário colonial.

Pastoril e bucólico

Era característica dessas propriedades a atividade zootécnica, com gado de leite ou misto, animais de tração, suínos, aves, abelhas e, menos freqüentemente, cavalos, ovelhas e cabras.

Os nutrientes necessários ao desempenho de cada atividade eram reciclados entre as atividades dentro da porteira – pouquíssimos insumos eram adquiridos – e a mão-de-obra era genuinamente familiar.

Os plantéis da avicultura colonial eram mistos, carne e ovos, e os reprodutores eram trocados na vizinhança para "refrescar o sangue". Não se utilizava ração balanceada e as aves eram alimentadas com milho, mas tinham acesso a outros alimentos que balanceavam sua alimentação espontaneamente, uma vez que o sistema utilizado era o de criação à solta, com pernoite e postura no galinheiro.

A reprodução era efetuada via choco no inverno–primavera. Os machos eram abatidos por volta dos seis meses de idade, após uma semana de gaiola para receber uma alimentação de milho, "que favorecia a engorda e limpeza do intestino".

Remanescentes do sistema de criação colonial, temos hoje as galinhas caipiras, aves produzidas em algumas regiões do país, também chamadas "pé-duro", "da roça" ou "do sertão".

Os tempos mudaram

As grandes integrações de avicultura de corte se iniciaram nesse cenário. Parceiros, os pequenos proprietários foram evoluindo ao longo de várias décadas, até chegar ao estado atual: um cenário de pequenas propriedades com grandes instalações de avicultura de corte, geralmente automatizadas.

Poucas das numerosas atividades diversificadas do início da integração foram mantidas. Essas atividades já não são suficientes nem tão importantes para a permanência das novas gerações na propriedade: os investimentos necessários são maiores, os juros ainda são altos e a margem de lucro cada vez menor. Atualmente os filhos de colonos começam em atividades mais lucrativas, com menor investimento inicial.

No caso da avicultura de postura a situação é diferente. O produtor tem mais controle sobre investimentos, custos e receitas, mas também existe a tendência para aumentar a escala. A agravante na avicultura de postura é a preocupação com o destino dos dejetos, que aumenta a necessidade de investimentos.

Voando cada vez mais alto

Ao mesmo tempo em que a globalização nos trouxe informações sobre o comércio e os produtos dos demais países, trouxe a competição acelerada por tecnologias, produtos e serviços.

Atividade de grande versatilidade, a avicultura rapidamente se adaptou aos novos tempos com o crescimento em escala, racionalização dos custos, otimização dos processos e programas de qualidade total.

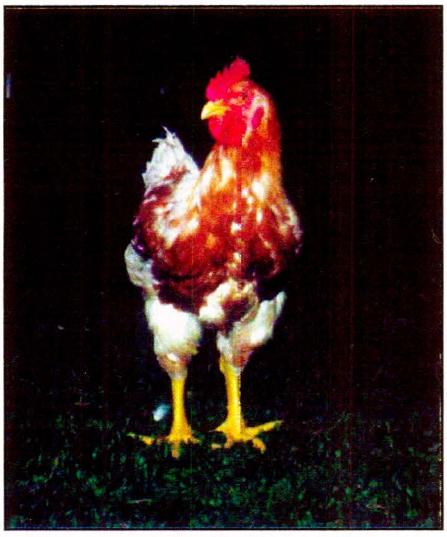
A má notícia é um certo grau de exclusão de alguns produtores, principalmente os mais descapitalizados e os menos eficientes. Para continuar na atividade industrial, a propriedade teve que virar uma empresa que use pouca mão-de-obra da própria família e não utilize alimentos produzidos na propriedade como antigamente.

Os aviários de corte modernos são altamente automatizados. Os alimentos devem ser elaborados de modo que o frango alcance o peso de abate em apenas 45 dias, com alta uniformidade, e que a poedeira – que geralmente não é integrada e usa menos automação do que o frango de corte – alcance uma produção de mais de 300 ovos no primeiro ciclo de postura.

As granjas e integrações que ainda utilizam tecnologias mais antigas tendem para esse caminho, a menos que sejam viabilizados sistemas alternativos.



Poedeira colonial Embrapa 051 (ovos castanhos)



Frango de corte colonial Embrapa 041

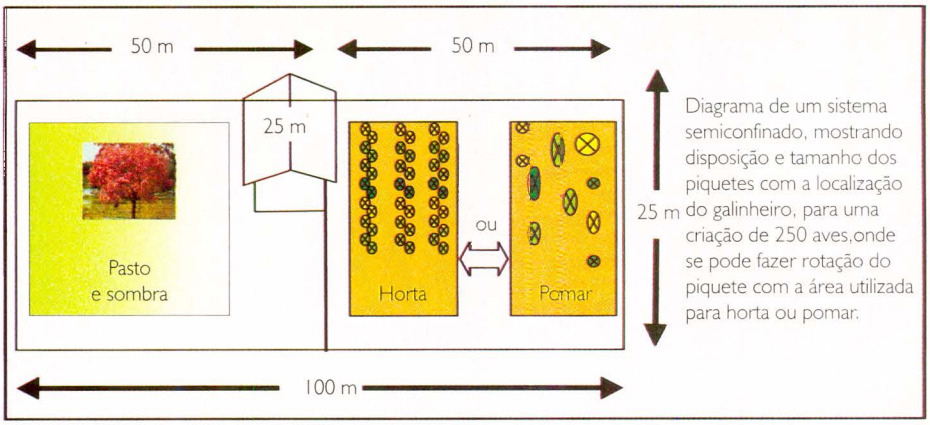


Diagrama de um sistema semiconfinado, mostrando disposição e tamanho dos piquetes com a localização do galinheiro, para uma criação de 250 aves, onde se pode fazer rotação do piquete com a área utilizada para horta ou pomar.

O CONSUMIDOR MANDA

Atento às mudanças, o consumidor, cujo poder aquisitivo tende a crescer, demanda produtos diferenciados e de maior valor agregado. Preocupa-se também com questões relativas ao bem-estar animal – boas práticas de produção, higiene e conservação, apresentação, embalagem, valor nutricional –, atributos que garantem a qualidade do produto.

Resta aos pequenos proprietários brasileiros se organizarem em cooperativas, fazendo valer sua condição de produtores rurais e procurando nichos de mercado para seus produtos.

A organização é imprescindível para se ter acesso à tecnologia e uma escala de produção que permita o fluxo contínuo de produtos de alta qualidade, com inspeção. Graças à globalização, pode-se compartilhar essa luta pela conquista do espaço com grupos semelhantes do resto do mundo.

A agregação de valor aos produtos naturais – agroecológicos, orgânicos, coloniais, caipiras – é possível e encontra um mercado em expansão, como se pode ver nas gôndolas dos melhores e maiores supermercados e feiras livres do país.

Organizados, esses grupos não se arriscam a adquirir mais do que o necessário fora da propriedade rural e necessitam de genética apropriada para sistemas de produção menos artificiais e mais naturais.

SEM VOLTA AO PASSADO

Muitas técnicas modernas da avicultura se impuseram pela eficiência e não devem ser desprezadas. Conhecimento, tecnologia, monitoramento, manejamento deverão ser repensados para acelerar o estabelecimento de sistemas alternativos de produção e agregação de valor. Seja qual for a atividade desenvolvida, não será possível sobreviver como produto colonial ou artesanal sem um nicho de mercado compensador e sem agregar valor ao produto.

Mas modernizar não quer dizer cair nas armadilhas de *marketing* de empresas transnacionais agressivas na criação artificial de demandas tecnológicas que logo se tornam obsoletas e têm que ser trocadas por outras mais caras ainda.

TECNOLOGIAS E LINHAGENS

Atenta às transformações do sistema produtivo brasileiro, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária procura desenvolver tecnologias e linhagens que possam contribuir para a avicultura nacional: genótipos de galinhas mais apropriados para nichos de mercado e sistemas de produção alternativos, que valorizem a mão-de-obra do produtor rural e os recursos de sua propriedade.

As linhagens coloniais de frangos de corte e galinhas de postura estão contribuindo para o estabelecimento de um novo cenário, principalmente nas comunidades assistidas pelos serviço de extensão rural.

As tecnologias desenvolvidas pela Embrapa têm que ser transferidas ao produtor rural mediante programas organizados de extensão rural e assistência técnica e também de crédito facilitado.

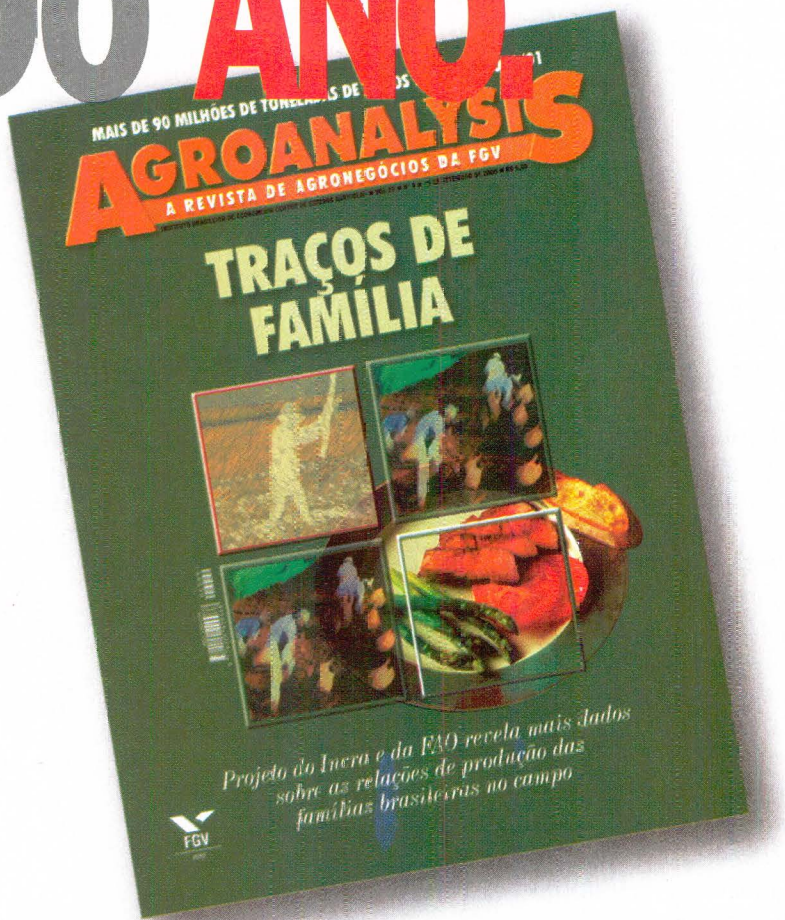
De acordo com um projeto maior de genética avícola iniciado em 1985, nos últimos três anos a Embrapa Suínos e Aves de Concórdia, Santa Catarina, concentra esforços no desenvolvimento de linhagens mais rústicas, de crescimento mais lento, alimentadas com produtos da propriedade – uma opção a mais para produtores que desejem trabalhar com seus recursos e consumidores que preferem produtos diferenciados.

CORTE E POSTURA

Os cruzamentos utilizados envolvem as raças Rhode Island Red e Plymouth Rock, tanto para frangos de corte como para galinhas de postura, porém com participação diferenciada de cada raça em cada produto.

O frango de corte colonial – Embrapa 041 – alcança peso ideal de abate aos 85 dias e pode ser criado solto com 28 dias de idade. Consome em torno de 6kg de ração balanceada mais alimentação alternativa como pastagem, hortaliças e frutas. As carcaças apresentam aspecto mais magro e anguloso do que as do frango industrial, com

FGV ELEITA VEÍCULO DO ANO



A Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo acaba de eleger por unanimidade AGROANALYSIS, a revista de agronegócios da Fundação Getulio Vargas, o Destaque de Comunicação Rural no ano 2000. Sabe como é, né? A gente fica assim meio sem jeito com um prêmio dessa natureza... No fundo, no fundo, a gente bem que está gostando... Obrigado, pessoal. Valeu!

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Nós fazemos com gosto.

tendência a que a gordura se localize mais na parte visceral – sendo retirada na evisceração – e menos na pele.

A poedeira colonial Embrapa 051 apresenta coloração castanha escura e também pode ser criada solta após os 28 dias de idade. Inicia a postura com 140 dias, pode produzir até 280 ovos de cor castanha, se forem bem alimentadas.

A incidência de choco é baixa. Os ovos pesam em média 60g. As galinhas consomem em média 100g de ração por dia durante o período de produção, mais a alimentação alternativa disponível. Quanto mais caroteno na dieta, mais pigmentação alaranjada conterá a gema.

Instalações rústicas

Os sistemas para produtos coloniais em geral são de escala pequena, com tamanho médio de 250 aves, tanto para frangos de corte como para galinhas de postura. Exigem cerca de 10m² de área para exercício e produção de alimentos complementares. As propriedades podem destinar cerca de 2.500 m² para essa atividade.

À medida que aumenta o número de aves, deve-se tomar mais cuidado com as condições sanitárias. Em sistemas muito grandes, talvez a opção do confinamento total seja a mais indicada. No tamanho sugerido, as instalações poderão ser rústicas e até reaproveitadas de outra atividade.

São necessários um abrigo – onde as aves serão criadas até cerca de 28 dias –, equipamentos de aquecimento e de alimentação dos pintos.

Na fase inicial, a alimentação deve ser o mais balanceada possível para não gerar deficiências num período em que as aves são mais vulneráveis. Por isso recomenda-se adquirir ração pronta para essa fase.

Após 28 dias as aves podem ser alimentadas com opções diversas, conforme a disponibilidade de alimentos na propriedade e a recomendação da assistência técnica para garantir o balanceamento da ração. Também é necessário um plano de controle sanitário com a assistência do médico veterinário da região.

Elsio A. P. Figueiredo é pesquisador da Embrapa Suínos e Aves e bolsista do CNPq.

QUASE SOB CONTROLE

Mesmo relativa, a segurança alimentar já pode ser considerada uma conquista da pesquisa e da tecnologia

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

A população mundial passou de 2,5 bilhões para 6 bilhões de pessoas entre 1950 e 2000. Paralelamente, o consumo *per capita* diário de calorias avançava de 2.450 para 2.700, enquanto a produção agrícola crescia 1,6 vez.

Em outras palavras: nos últimos 50 anos cumpriu-se uma tarefa gigantesca. À luz de 10 mil anos de história agrícola, o feito é surpreendente.

Crescimento explicável

Um dos fatores capazes de explicar esse fenômeno é o alargamento da agricultura moderna – mecanização, larga escala, especialização, sementes melhoradas, insumos químicos – nos países desenvolvidos e sua expansão em alguns setores dos países em desenvolvimento.

A notável ocorrência da revolução verde nos países em desenvolvimento, com adaptação da agricultura moderna às regiões mais quentes, teve também sua importância, assim como o crescimento da agricultura irrigada de 80 milhões de hectares em 1950 para 270 milhões de hectares em 2000. A área com agricultura e pastagens cresceu de 1,33 bilhão de hectares para 1,5 bilhão de hectares.

Hoje, a produção anual de cereais está pronta para bater 2 bilhões de toneladas, gerando uma disponibilidade de 330kg de grãos *per capita*, o que corresponde a 3.600 calorias diárias.

Maldição de Malthus

Tudo ficaria próximo da perfeição se a produção fosse simétrica no mundo. Mas alguns países produzem muito mais que outros. A média global não fornece uma visibilidade adequada das regiões no planeta.

Enquanto as nações desenvolvidas disponibilizam 600kg *per capita* por ano a seus cidadãos, o valor desse índice cai mais de um terço nos países mais pobres. O triste resultado é que mais de 800 milhões de pessoas continuam a passar fome.

Embora Malthus não tivesse imaginado a capacidade do ser humano para pesquisar e desenvolver tecnologias na agricultura, seu ceticismo ainda não foi de todo desmentido.

É verdade que a população cresce em escala geométrica, mas a produção alimentar não cresce em progressão aritmética, como ele afirmara. Ao contrário, a produção alimentar tem seguido o ritmo da explosão demográfica. A obra no entanto ainda não está terminada e os desafios estão por todos os lados.

Os estudiosos em demografia projetam para 2050 uma população de 10 bilhões de habitantes, a se estabilizar em 12 bilhões em algum ponto da segunda metade do século XXI.

Em relação aos níveis vigentes, a população dobra. Para acompanhar esse ritmo, a produção mundial de alimentos terá de triplicar para erradicar a fome e a subnutrição.

Haverá recursos de água e solo suficientes para atender a todos? A julgar pelas conquistas do homem, a questão não deve ser encarada sob a óptica simplista do otimismo ou do pessimismo.

Insegurança alimentar

Enquanto a situação global mostra sinais de melhoria em termos do quadro nutricional, particularmente nos países da África se assiste a uma sensível deterioração.

Fora do círculo dos países desenvolvidos, cerca de 33% das crianças em fase pré-escolar têm o desenvolvimento biológico e mental retardado. A taxa declinou significativamente, comparada com a de 47% registrada em 1980. Em termos de quantidade, nos últimos 20 anos houve redução de 221 milhões para 182 milhões de crianças nessa situação.

Embora nas regiões mais desenvolvidas a tendência de queda no número de crianças com desenvolvimento deficitário deva prevalecer a médio prazo, na África a perspectiva é dramática: até 2005 deverá haver 49 milhões dessas crianças, contra 45 milhões em 1995 e 35 milhões em 1980, especialmente na região subsaariana, onde o quadro é mais crítico.

Baixo peso ao nascer constitui um dos fatores decisivos para o déficit nutricional e a morte prematura das crianças. Em cada quatro, pelo menos uma tem desenvolvimento fetal insatisfatório. Ligado a isso está o fato de as mulheres apresentarem sintomas de má nutrição antes da concepção e durante a gravidez.

Casos de anemia em geral se explicam por um subconsumo de vitaminas e micronutrientes, assim como pela insuficiência de ferro na alimentação de mulheres grávidas e crianças. Esse diagnóstico é válido para 2 bilhões de pessoas.

A carência de vitamina A é também apontada como deficiência relevante.

Para a saúde pública de 130 países que abrangem um contingente de 2 bilhões de pessoas, a deficiência de iodo é considerada o risco principal: 740 milhões de seres humanos são afetados pela tireomegalia, popularmente conhecida como bócio ou papeira.

Prioridade dos investimentos

As políticas públicas precisam avaliar e levar em conta as variáveis mais sensíveis para mudar o contexto da subnutrição. Os investimentos governamentais necessários a muitas delas são considerados de pequena repercussão na formação da renda nacional e na constituição de uma sociedade democrática. Por isso não ganham prioridade.

Entre 1995 e 1970, houve quatro razões básicas para uma melhora da nutrição infantil:

- a educação materna (responsável pela redução de 45% da subnutrição);
- maior disponibilidade alimentar *per capita*;
- melhoria da qualidade alimentar;
- condições de vida mais satisfatórias em relação ao homem.

Com a deflagração de conflitos civis em muitos países da África, cresceu neles a insegurança alimentar. A ONU apurou dados interessantes no tocante às maiores taxas de mortalidade das crianças: elas apareciam em 56% das nações litigantes e em somente 8% dos países em convivência pacífica.

Preços baixos

Seja no arroz, milho e trigo, os preços mundiais mostram trajetória cadente ao longo do tempo, em valores reais, quando ajustados com a inflação. As volatilidades das cotações, com súbitas altas e baixas, eram bem perceptíveis até os anos oitenta, mas depois perderam força. Alguns momentos moderados de ondas altistas foram detectados no começo e meados da década de noventa. Depois disso, voltou a prevalecer a linha descendente.

A descontinuidade da tendência baixista de longo prazo nos preços dos cereais decorreu da combinação de uma série de fatores em 1995. No Canadá e nos Estados Unidos as condições climáticas foram adversas, enquanto um conflito civil eclodia no Subsaara africano.

Por sua vez, a União Soviética e a China diminuíam suas produções e a União Européia, o nível de seus subsídios. Com isso as cotações de milho e trigo subiram, respectivamente, em 70% e 50%.

Se alguns países conseguiram neutralizar o efeito dessa conjuntura de alta tanto para os consumidores como para os produtores, noutros a resposta veio em aumento de área e produção.

As ocupações com lavouras de trigo e grãos forrageiros se expandiram, respectivamente, 5% e 3%, entre 1997/96 e 1996/95. Em conseqüência, os preços declinaram novamente e os produtores cortaram o tamanho das culturas em extensões variáveis.

Os Estados Unidos, na condição de maior país exportador, aumentaram a área de milho em 11% e depois a mantiveram no mesmo nível, enquanto o trigo cresceu 9% mas se reduziu em 16% durante os três anos seguintes.

> Enquanto as nações desenvolvidas disponibilizam 600kg *per capita* por ano a seus cidadãos, o valor desse índice cai mais de um terço nos países mais pobres. O triste resultado é que mais de 800 milhões de pessoas continuam a passar fome.

Visão estrutural

Paralelamente a essa análise conjuntural, uma visão estrutural deve ater-se ao impacto dos ganhos de produtividade, efeito de investimentos maciços em tecnologia ao longo dos anos, que vem garantindo produções crescentes, ainda que com reduções ou manutenção das áreas plantadas.

Para justificar a queda dos preços internacionais dos cereais desde meados dos anos 90, há alguns argumentos de base econômica. O principal deles é que, sob os preços correntes das *commodities* agrícolas, a produção excede a demanda. Mesmo com a promoção de cor-

OMC: o que defendem os diversos grupos

Grupo de Cairns:

- a eliminação de subsídios na exportação de produtos agrícolas;
- o disciplinamento de créditos às exportações e programas de ajuda alimentar dos Estados Unidos;
- a redução e eliminação das tarifas entre países e produtos para acesso a mercados;
- a eliminação dos subsídios na exportação;
- a negociação de créditos para exportação na OCDE;
- a eliminação da caixa azul (subsídios para reparar escassez devido a adversidades climáticas, pragas, doenças).

A União Européia defende:

- a existência da caixa azul;
- a introdução de temas não comerciais ligados a qualidade, bem-estar dos animais, ecologia.

Países com menor nível de desenvolvimento defendem:

- a criação da caixa de desenvolvimento para aumentar a capacidade de produção, garantir a segurança alimentar e a manutenção do emprego rural;
- a livre escolha dos produtos sujeitos a taxação nas importações;
- os que são contrários à caixa verde: subsídios para pesquisa, extensão, ecologia, áreas em descanso.

Informações gerais

- O comércio agrícola movimenta cerca de US$500 bilhões ao ano.
- Desde o fiasco de Seattle houve três reuniões: março, junho e setembro. Uma quarta está prevista para novembro.
- Os subsídios na OCDE alcançaram US$360 bilhões e voltaram aos altos níveis antes da Rodada Uruguai.
- O apoio direto americano aumentou 700% desde 1996.
- Os subsídios para exportação da UE alcançaram 9,4% do valor total em 1997. Em 1992 eram de 55%.
- Os programas de ajuda alimentar aumentaram 120% entre 1997 e 1998.
- É alta a participação das empresas estatais no comércio internacional: 40% no trigo e 30% nos lácteos.
- A OMC conta com 137 países membros. (**L.A.P.** e **R.A.**)

tes nas áreas plantadas, a queda na produção mostra-se insuficiente para compensar os ganhos de produtividade.

Ademais, com as crises no Leste asiático e no europeu, os embarques para essas regiões sofreram sensíveis decréscimos. A China alterou sua posição líquida de importador para exportador entre 1996/95 e 1998/97. Nesse movimento, os estoques mundiais se recompuseram e chegaram a 352 milhões de toneladas para o começo da temporada 1999/00, correspondentes a 18,6% do consumo anual.

A respeito da tendência de longo prazo de preços baixos no mercado internacional de cereais e oleaginosas, as dúvidas são pequenas. Somente fatos ligados a adversidades climáticas de grandes proporções, sempre imprevisíveis, poderão causar algum transtorno de curto prazo. Caso contrário, os estoques de grãos prosseguirão em patamares de pequeno risco para a segurança alimentar e passíveis de administração a médio prazo.

A situação é bem difícil para os países agroexportadores e seus agricultores. Todos sofrem apertos de renda e liquidez. Até mesmo a forte agricultura norte-americana sofre em tal contexto. As alternativas são poucas em quantidade e criatividade.

Para reduzir custos de produção, os agricultores utilizariam menos insumos, visando produtividades menores. As políticas agrícolas da União Européia e dos Estados Unidos – ambas impopulares – decidiriam pelo incremento das áreas ociosas. Enquanto isso, resta aguardar uma recuperação mais intensa das economias do Lestes europeu e do Leste asiático.

Negociações internacionais

Os países agroexportadores e em desenvolvimento precisam perseguir com afinco os direitos de acesso aos mercados dos países desenvolvidos e industriais para colocar suas *commodities* agrícolas. Paralelamente, devem zelar pelo fortalecimento de suas economias domésticas e adotar políticas agrícolas adequadas, se desejam obter o potencial econômico propiciado pelo comércio internacional.

De acordo com a FAO, muitos países em desenvolvimento enfrentam problemas na participação em negociações internacionais sobre agricultura devido a deficiências próprias. Falta capacidade administrativa e legal para tratar desses assuntos conforme a burocracia requerida pela Organização Mundial de Comércio. Outras anomalias estão ligadas a formulação de políticas nacionais, conhecimento científico e disponibilidade de infra-estrutura para negociar em bases alimentares padronizadas, além de regras para proteção de variedades cultivadas.

A participação do continente africano no mercado agrícola mundial vem caindo de maneira rápida. Seus países precisam promover uma série de reformas econômicas internas para aproveitar as oportunidades abertas pela liberalização do mercado mundial. Teme-se que esse

Estados Unidos
Assistência recorde aos agricultores

O secretário norte-americano da Agricultura, Dan Glickman, anunciou em 2 de outubro último a distribuição de um volume recorde de recursos da ordem de U$28 bilhões. O aporte corresponde ao ano agrícola de outubro de 1999 a setembro de 2000 e significa a metade da renda líquida do setor, após atingir o menor nível desde 1994. Dessa assistência, 28,5% virá como garantia de preços mínimos; 40% como suplementação de renda; 19,5% como pagamentos emergenciais para 1,4 milhão de agricultores e 15% são do programa de flexibilização da produção.

"Este foi outro ano difícil para os agricultores norte-americanos e o Departamento de Agricultura precisa ajudá-los", disse Glickman. "Eu não tenho dúvidas de que, em muitos casos, essa ajuda significará a sobrevivência das pequenas propriedades familiares, que caso contrário teriam de abandonar seus negócios. A mãe natureza castigou duramente nossos produtores com secas no Sul e Sudeste, enchentes nos planaltos do Nordeste e com a destruição provocada por fogo no Oeste."

As lideranças rurais do país reclamam do Farm Bill aprovado em 1996 por deixar os agricultores sem instrumentos adequados para protegerem suas rendas.

Para remediar essa situação, tanto o poder legislativo como o executivo trabalharam pesado para que os agricultores pudessem dispor de instrumentos para enfrentar os problemas que fogem a seu controle. Os pagamentos emergenciais anuais mostram claramente a tendência ainda mais protecionista de suas políticas.

Além dos valores anunciados, contemplados pelo Programa de Conservação e Reserva (PCR), mais de US$1,4 bilhão serão postos à disposição da agricultura. Cada beneficiário recebe US$4,83 por propriedade ou US$90 por hectare, em aproximadamente 463 mil contratos e 294 mil propriedades.

Os objetivos são reduzir a área de solo erodido; expandir os hábitats naturais; melhorar a qualidade da água; encorajar o plantio de árvores e restaurar várzeas e banhados.

O Congresso também está analisando proposta do presidente para adicionar mais 1,44 milhão de hectares e elevar para 16 milhões de hectares as áreas abrangidas pelo PCR.

Há ainda a distribuição de US$340 milhões para assistir aos plantadores de fumo cuja cota de produção foi reduzida na temporada 1999/00. Nos Estados Unidos, a quantidade produzida do produto é regulada conforme oferta e demanda, tendo os produtores garantia de preços mínimos. Nos últimos anos, as quotas de produção dos fumicultores têm sofrido significativas reduções e causado problemas às economias rurais nas regiões produtoras (**L.A.P.** e **R.A.**).

complexo desafio não seja cumprido na velocidade imposta pelos mercados e, com isso, eles poderão isolar-se ainda mais da integração mundial.

Opções para os menos desenvolvidos

Uma opção real dos países em desenvolvimento é concentrar suas negociações em metas para suas políticas domésticas e para o comércio internacional. Algumas dessas metas:

- remoção de distorções adversas a produtores pequenos e pobres, como facilidades de acesso a mercados mediante abertura comercial;
- ganhos livres de acesso, sem aplicação de tarifas, nos mercados de países desenvolvidos e industriais;
- extinção de subsídios de exportação e controles exacerbadores da flutuação dos preços nos mercados mundiais, ambos praticados pelos países desenvolvidos e industriais;
- assistência financeira e técnica para desenvolver setores agrícolas de baixa renda;
- montagem de infra-estrutura sanitária para atender aos requisitos de padrões alimentares estabelecidos pelos países desenvolvidos e industriais;
- adequação da ajuda alimentar externa, de modo a priorizar a produção doméstica.

As negociações agrícolas acontecem no comitê de agricultura da OMC desde o fracasso da conferência mundial realizada em Seattle, nos Estados Unidos, no fim do ano passado.

A retomada dos trabalhos segue em ritmo lento e as posições dos países agroexportadores do Grupo de Cairns, Estados Unidos, União Européia e países beneficiados pelo programas de ajuda alimentar estão desfocadas no tocante aos temas relacionados a acesso a mercados, medidas de apoio interno e subsídios à exportação.

Os trabalhos na OMC passarão por uma de três alternativas.

A primeira, mediante uma nova rodada abrangente de negociações, com a incorporação de temas ligados a meio ambiente e concorrência. Uma segunda, bem mais limitada, contemplando agricultura, serviços, propriedade intelectual, transparência das compras e vendas governamentais.

Mundo: dados sobre cereais e déficit alimentar

Cereais no mundo	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*	*1999/2000*	*2000/01*	*2000/01 %*
Produção (milhões de toneladas)					Projeção	Sobre 1999/00
Trigo	589	613	598	589	587	-0,4
Grãos forrageiros	920	905	911	882	896	1,6
Arroz	383	387	390	404	398	-1,5
Todos os cereais (inclusive arroz)	1.892	1.906	1.898	1.876	1.881	0,3
Países em desenvolvimento	1.025	1.005	1.038	1.030	1.004	-2,6
Países desenvolvidos	867	901	860	845	878	3,9
Importação						
Trigo	103	101	100	108	107	-0,3
Grãos forrageiros	91	89	93	101	101	0,4
Arroz	19	28	25	22	23	2,6
Todos os cereais	212	218	218	231	232	0,3
Países em desenvolvimento	150	160	159	166	168	1,1
Países desenvolvidos	62	59	59	65	64	-1,9
Ajuda alimentar	5,6	6,2	11,0	10,0	9,5	-5,0
Consumo						
Trigo	575	591	590	596	598	0.4
Grãos forrageiros	894	893	896	892	897	0.5
Arroz	381	383	391	402	405	0.8
Todos os cereais	1.849	1.867	1.877	1.890	1.900	0.5
Países em desenvolvimento	1.107	1.111	1.136	1.146	1.152	0,6
Países desenvolvidos	742	756	740	744	748	0,5
Consumo *per capita* (quilos por ano)						
Países em desenvolvimento	173	172	173	174	174	0,1
Países desenvolvidos	130	130	130	130	131	0,6
Estoques (milhões de toneladas)						
Trigo	114	137	143	138	127	-8,0
Grãos forrageiros	127	141	152	143	139	-3,1
Arroz	56	55	57	60	54	-10,9
Todos os cereais	297	334	352	342	320	-6,5
Países em desenvolvimento	175	165	176	179	147	-18,0
Países desenvolvidos	122	169	176	162	173	6,3
% Estoque/consumo	15,9	17,8	18,6	18,0	16,5	
Preços de exportação (US$/tonelada)						
Arroz (Thai, 100%, 2nd grade) 1/	352	316	315	253	217	-17,5
Trigo (US. Nº 2 Hard Winter)	181	142	120	112	115	4,5
Milho (US Nº 2 Yellow)	135	112	95	91	76	-15,5
Frete						
US Golfo para Egito	12,8	11,7	9,3	13,7	16,3 8/	40,1
Déficit alimentar nos países de baixa renda (milhões de toneladas)						
Raízes e tubérculos	379	363	387	384	384	-0,1
Cereais	803	785	810	812	781	-3,8
Produção *per capita*	225	216	219	217	206	-4,8
Importação de cereais	69,5	79,0	71,9	73,0	74,2	1,7
Ajuda alimentar	4,7	5,5	7,9	6,8	7,5	10,3
Participação % da ajuda alimentar	6,7	6,9	11,1	9,3	10,1	–

Fonte: FAO, set. 2000.

Políticas de apoio interno à agricultura pós-Rodada Uruguai

Região/país		*Período base 1986/88*	*1995*	*1996*	*1997*
União	Caixa verde	9.233,4	18.779,2	22.130,3	–
Européia	Caixa azul	–	20.843,5	21.520,8	–
(ECUs)	MGA* e M**	73.644,9	50.600,0	51.480,0	–
	Total	82.878,3	90.222,7	95.131,1	–
Estados Unidos	Caixa verde	24.098,0	46.041,0	51.825,0	51.249,0
(US$)	Caixa azul	–	7.030,0	51.825,0	–
	MGA	24.659,0	7.696,8	6.982,4	7.042,6
	Total	48.757,0	60.767,8	58.807,4	58.291,6

Fonte: OCDE.
*Medida global de ajuda: nível anual de apoio monetário prestado a produtos e produtores em geral.
**Minimis: valor da produção isento de compromissos de redução.

Como terceira opção, sobra a frustrante situação atual de conversações em torno de agricultura e serviços, onde se fecham os olhos para outros temas importantes e sabe-se de antemão quão minguadas serão as concessões.

ABORDAGEM AGROECOLÓGICA

Muito embora as tecnologias preceituadas pela revolução verde tenham sido responsáveis por largos incrementos na produtividade agrícola mesmo em países da Ásia, América Latina e até em alguns poucos do Subsaara africano, muitos agricultores ficaram à margem desse processo.

Dois desafios prosseguem pendentes: chegar efetivamente aos produtores desassistidos e reduzir a dependência de elementos químicos nos fertilizantes e defensivos, com racionalização no emprego da água para irrigação.

A abordagem agroecológica ganha espaço junto às organizações não governamentais. Seu modelo induz à absorção intensiva da mão-de-obra e ao uso de material orgânico, e por isso desfruta de forte apelo social e ambiental.

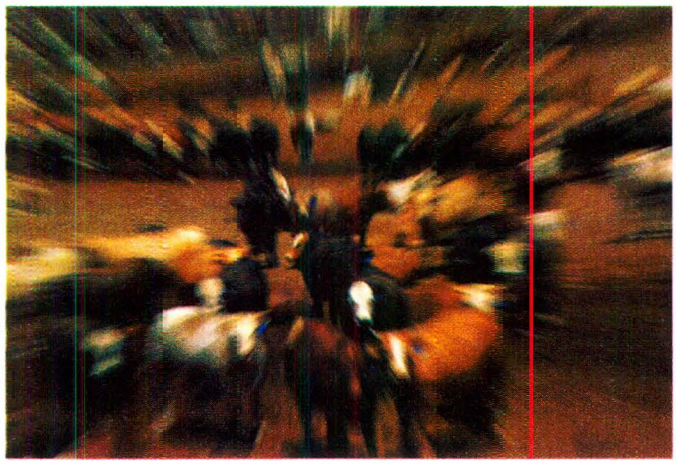
Como sua prática requer altos níveis de conhecimento científico e manejos sofisticados, muitos investimentos e realizações correm no sentido da conquista dessa capacitação.

Uma das características da produção agroecológica vem do fato de experimentação e pesquisa estarem inseridas no âmbito das propriedades, com relevância maior em relação às investigações científicas mais formais.

O aproveitamento local das sobras de explorações agrícolas e pecuárias, o trabalho do ruralista, a produção da *compostagem* para melhorar as propriedades físicas e químicas do solo aparecem associados ao manejo integrado de pragas e doenças. Os produtos químicos são recomendados somente nas últimas hipóteses.

As atividades agroecológicas demandam muita mão-de-obra, propiciando uma assimilação alternativa. É um aspecto positivo, ainda que seu menor retorno recomende menor uso intensivo.

No caso dos produtos orgânicos, o retorno da mão-de-obra mostra melhor desempenho. Já a adubação verde varia quantitativamente em relação direta com o solo: ela tende a ser alta onde há grande disponibilidade de áreas e vice-versa.



O declínio e a fraca fertilidade do solo são problemas de caráter geral, porém extremamente sensíveis na África. Nesse continente, aproximadamente 86% dos países mostram balanço negativo de nutrientes na base de 30kg de nitrogênio, fósforo e potássio por hectare.

O custo anual dessa eliminação soma US$1,5 bilhão por ano. Mesmo com técnicas de conservação do solo, rotações de culturas com leguminosas ou plantio direto, lá não se poderá dispensar o emprego de fertilizantes químicos durante muito tempo ainda.

A abordagem agroecológica vai deixando para trás o tempo em que era considerada utopia, sonho de pessoas sem pé na realidade.

Uma de suas grandes possibilidades consiste em promover o manejo sustentável dos recursos naturais, com participação direta e ativa dos agricultores tanto na identificação dos problemas como na proposta de ações locais mais adequadas na propriedade e na comunidade.

É bem provável que dessa linha de participação no desenvolvimento tecnológico brotem as alternativas mais férteis para administrar os problemas da produção alimentar.

BILBIOGRAFIA

Andersen P.; Pandya-Lorch.R & Rosegrant M. *World food prospectives*: critical issue for the early twenty-first century. Washington D.C., International Food Policy Research Institute, Oct. 1999.

Persistência da fome

O dia da alimentação acontece no mesmo dia da fundação da Food Agriculture Organization – FAO –, em 1945, com sede em Roma.

A data é celebrada com eventos marcantes no dia 16 de outubro. Entre as atividades comemorativas, a FAO todo ano aproveita para delatar à opinião pública o flagelo mais mortífero do mundo, a fome. Seus dirigentes clamam pela prioridade de políticas que forneçam segurança alimentar a toda a população do planeta.

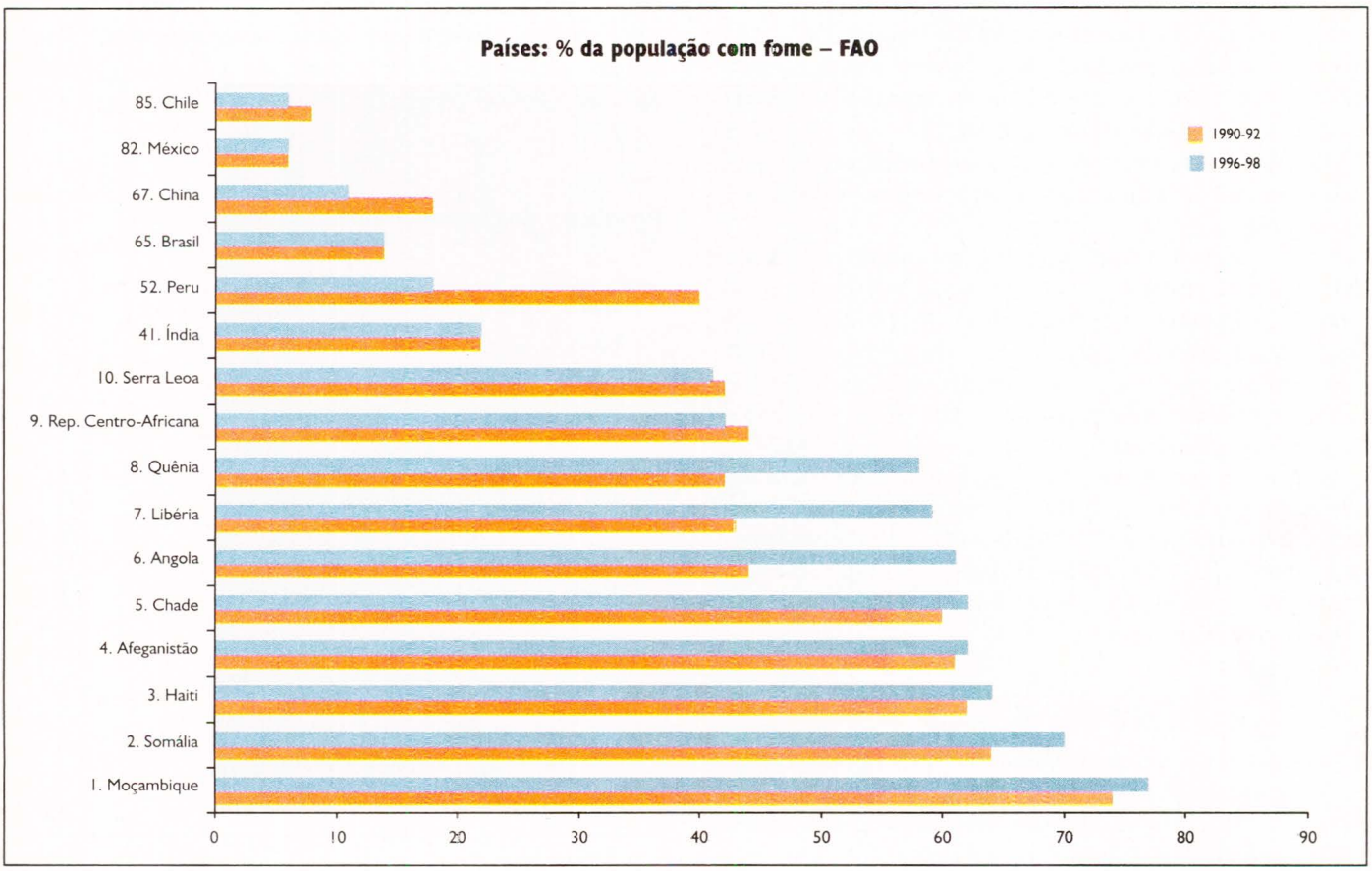
Contrariado pelo quadro atual, o diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, foi enfático em sua mensagem deste ano, asseverando que "as causas da fome e da pobreza são moralmente inaceitáveis e precisam ser extirpadas. A fome e a subnutrição reduzem a capacidade de vida das pessoas. O atraso, seja por inacessibilidade física ou econômica a uma nutrição alimentar saudável, lidera em conseqüências nefastas as mazelas entranhadas nas nações".

Quatro celebridades foram nomeadas como embaixadores da FAO: os cantores Dee Dee Bridgewater e Miriam Makeba, a atriz Gina Lollobrigida e a vencedora do Prêmio Nobel Rita Levi Montalcini, e estarão unindo seus esforços na dura cruzada contra a fome. Especialmente neste ano, mais dois embaixadores, ambos cantores, foram indicados: o chinês Gong Li e o senegalês Youssou N'Dour.

No Congresso de Alimentação realizado durante 1996, em Roma, líderes de mais de 186 países firmaram compromisso para reduzir à metade o contingente de pessoas vitimadas pela fome no mundo até 2015. A meta era baixar o número para 400 milhões. Quatro anos depois, apenas 8 milhões haviam saído dessa penosa situação. Um resultado pífio, duas vezes e meia inferior ao almejado. Se o processo continuar nesse ritmo letárgico, a quantidade de famintos ficará em 580 milhões, e só em 2030 se atingirá a meta proposta.

Com base nos dados coletados entre 1996 e 1998, um contingente de 826 milhões de pessoas ainda não tem acesso suficiente à alimentação. Desse total, 34 milhões estão nos países desenvolvidos e 792 milhões encontram-se nos países em vias de desenvolvimento.

Comparado aos levantamentos de 1990 e 1992, um quadro de estagnação frustrante: um sexto da população mundial continua na trama da fome. O Brasil não colaborou em nada para melhorar essa *performance*. Inconformada, a FAO acaba de lançar o *slogan* "Fim da fome no terceiro milênio" (**L.A.P.** e **R.A.**).



DEVAGAR E SEMPRE

Em rota de subida desde o princípio de 1999, os preços de carne têm tido aumentos módicos

A subida dos preços da carne reflete o estreitamento da oferta. O crescimento do índice FAO desses preços se explica pela escalada dos preços de suínos, cujo rebanho foi reduzido tanto na União Européia como nos Estados Unidos, diante dos fracos resultados econômicos de 1999.

Quanto à carne bovina, uma taxa de abate crescente associada a maior peso de abate provocaram aumento na produção e conseqüente enfraquecimento dos preços.

Os preços mais baixos dos grãos forrageiros ajudam a reduzir os custos e estimulam o aumento da produção de aves.

O QUE AUMENTA E O QUE DIMINUI

Para 2000, a produção de carnes deverá se expandir 2% – 231,4 milhões de toneladas – principalmente nos países em desenvolvimento, já que ocorre uma contração nos países desenvolvidos. A maior expansão deve acontecer na América do Sul.

Nos países em desenvolvimento, o consumo anual *per capita* sobe 1,5% e chega a 27kg, enquanto nos países desenvolvidos declina 1% e cai para 79kg.

O registro de 8% de aumento nas transações internacionais verificadas em 1999, induzido pela recuperação econômica da Ásia e pela implementação de programas de exportação – ajuda alimentar para a Rússia e subsídios de exportação da União Européia –, não se repetirá em 2000.

Pelo ritmo dos negócios, o comércio internacional de carnes ficará em 16,5 milhões de toneladas e crescerá somente 1%, mais da metade por conta da avicultura.

Se os problemas com doenças e segurança alimentar eram mínimos no primeiro semestre de 2000, a detecção de febre aftosa em rebanhos bovinos do Japão, República da Coréia, Sul do Brasil e Argentina terá efeito negativo sobre as exportações. Uma queda praticamente certa nos embarques só ficou improvável porque se reduziu a produção nos países desenvolvidos.

TENDÊNCIAS DOS PREÇOS

A estabilidade no nível de subsídios acertado na Organização Mundial de Comércio, para julho de 1999, e a eliminação da provisão antecipada para as exportações subsidiadas da União Européia são as boas notícias, em termos de políticas para acesso a esses mercados. Seus efeitos certamente serão sentidos com mais força na comparação entre este ano e o ano que vem.

A possibilidade cada vez mais concreta de recomposição do rebanho bovino nos principais países exportadores deve exercer pressão altista nos preços. Mas as perspectivas de elevação dos preços são menores se até o início do próximo ano persistir a baixa na retenção de fêmeas para cria nos Estados Unidos, aliada a uma taxa elevada de abate.

Na suinocultura, as previsões de baixos preços para os grãos forrageiros pode influenciar o ritmo de expansão na União Européia e nos Estados Unidos, e o aumento da produção vai inibir qualquer movimento de alta para 2001. Na União Européia e nos Estados Unidos, o baixo retorno econômico tem obrigado os criadores a reduzirem o tamanho de seus rebanhos.

As cotações para carneiro e ovelha tendem a seguir com firmeza em patamares elevados, diante das expectativas de manutenção de forte demanda, tanto no mercado de carnes como no de animais vivos.

Produção de carnes – milhões de toneladas

	1998	*1999*	*2000 projeção*
Total mundial	223,1	227,7	231,4
Aves	61,5	63,7	65,4
Suínos	88,0	89,2	90,3
Bovinos	58,3	59,3	60,1
Carneiro e ovelha	11,3	11,4	11,6
Outras	4,0	4,0	4,0
Países desenvolvidos	119,6	122,2	126,1
Aves	30,9	32,1	33,3
Suínos	50,4	50,9	52,6
Bovinos	27,9	28,8	29,6
Carneiro e ovelha	8,0	8,1	8,2
Outras	2,4	2,4	2,4
Países em desenvolvimento	103,5	105,4	105,3
Aves	30,5	31,6	32,1
Suínos	37,6	38,3	37,6
Bovinos	30,4	30,6	30,5
Carneiro e ovelha	3,3	3,3	3,3
Outras	1,7	1,6	1,6

Fonte: FAO.

Exportações mundiais de carnes – milhões de toneladas

	1998	1999	2000 projeção
Total	15.108	16.338	16.498
Aves	6.161	6.707	6.795
Suínos	2.885	3.242	3.210
Bovinos	5.136	5.447	5.512
Carneiro e ovelha	676	689	715
Outras	251	252	266

Fonte: FAO.

Não obstante os altos preços das carnes vermelhas, as cotações de carnes avícolas estão estáveis, refletindo o valor unitário dos cortes exportados pelos Estados Unidos.

Maior oferta nos países importadores e baixo preço no mercado brasileiro – segundo maior exportador mundial – representam produção crescente, puxando os preços para baixo.

Preços internacionais de carne

Ano	Índice FAO	Frango[1]	Suíno[2]	Bovino[3]	Ovelha
	1990-92 = 100	US$ por tonelada			
1994	103	921	2.659	2.384	2.975
1995	90	922	2.470	1.947	2.621
1996	88	978	2.733	1.741	3.296
1997	88	843	2.724	1.880	3.393
1998	79	760	2.121	1.754	2.750
1999	85	602	2.073	1.894	2.610
2000	89[1]	569[1]	2.037[1]	1.983[2]	2.649[3]

Fonte: FAO.
[1]Janeiro a maio. [2]Janeiro a agosto. [3]Janeiro a julho.

A elevação da demanda por parte dos importadores do Leste asiático, que representam 55% das compras mundiais, indica tendência de manutenção do quadro atual (**L.A.P.** e **R.A.**).

MOVIMENTOS OPOSTOS

Sobem os preços de farelo e soja, mas os de óleo caem a seus níveis históricos mais baixos

Após um movimento de baixa no começo de 1998, os preços dos produtos do complexo das oleaginosas se moveram em direções opostas na temporada 1999/2000, de outubro a setembro. Grãos e farelos tiveram trajetória ascendente, mas os óleos continuaram declinando até atingirem os pontos historicamente mais baixos de 1987/88.

Oferta e demanda

A oferta de óleo teve forte incremento com as colheitas recordes de palma, em países cuja produção é dirigida substancialmente para o mercado externo. A disponibilidade de óleo de girassol também se ampliou.

Outros fatos contribuíram para criar um ambiente baixista nas cotações. Os estoques de passagem da temporada 1998/99 estavam em patamares generosos. A Índia decidiu taxar as importações de óleo e a China estimulou a compra de grãos para esmagamento interno. Para encerrar, prevê-se outra abundante colheita para a estação 2001/01.

Quanto ao farelo, o ritmo da produção teve uma retração tênue mas suficiente para recuperar os preços e reverter o quadro de expansão de 1997/98 e 1998/99.

Enquanto nos países do Leste asiático e no México a demanda segue forte, importantes países produtores retraem a fabricação. Os indicadores mais precisos apontam no sentido de um encolhimento dos estoques mundiais – projeção que empurra os preços para cima.

Prospecções para 2000/01

A produção de óleo deve crescer na temporada 2000/01, na esteira da previsão de boas colheitas em importantes países produtores.

Na China e nos Estados Unidos, o plantio de soja vem sendo estimulado por mecanismos governamentais que oferecem a seus produtores maior rentabilidade em relação a outras lavouras. Já na América do Sul, em particular no Brasil e na Argentina, as safras prometem sustentar os bons volumes de anos anteriores.

Preços internacionais das oleaginosas

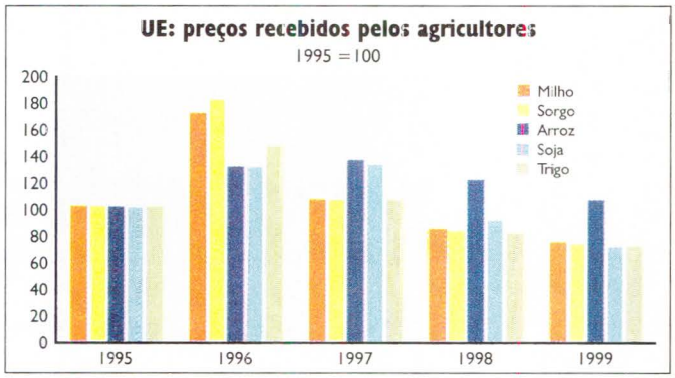
	Índice FAO 1990–92 = 100		Soja grão[1]	Óleo de soja[2]	Óleo de palma[3]	Farelo de soja[4]
	Óleos	Farelos	US$ por tonelada			
1993/94	127	93	259	582	452	202
1994/95	153	94	247	641	645	184
1995/96	140	128	303	574	544	257
1996/97	134	133	298	537	545	279
1997/98						
Out.–mar.	150	130	277	638	605	238
Abr.–set.	157	103	236	631	677	155
1998/99						
Out.–mar.	141	90	219	548	621	153
Abr.–set.	109	74	199	418	407	146
1999/00						
Out.–mar.	98	87	206	374	356	176
Abr.–set.	86	89	213	342	325	182

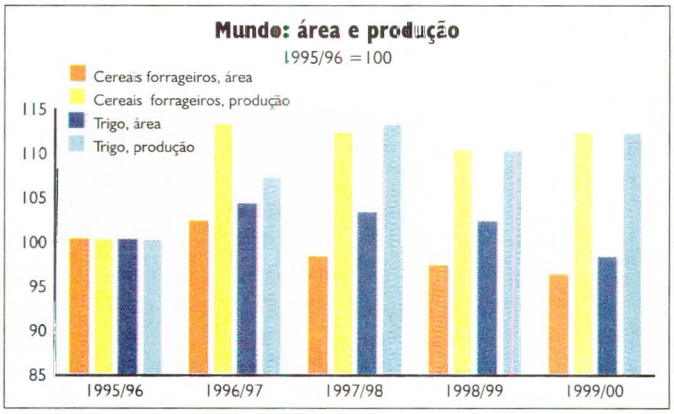
Fonte: Oil World e FAO.
[1]US, CIF Rotterdam. [2]Alemanha, FOB. [3]CIF N.W. Europa. [4]Argentina, cif Rotterdam.

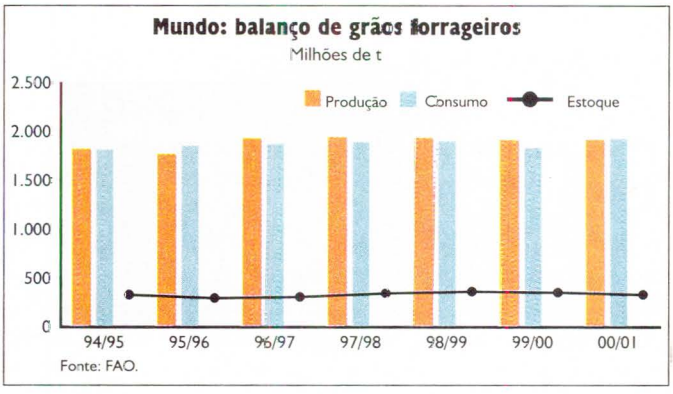
Produção de oleaginosas – milhões de toneladas

Produtos	1997/98	1998/99	1999/00 projeção
Soja	158,3	160,8	156,6
Algodão	35,0	32,8	33,9
Amendoim	29,6	32,0	30,2
Girassol	24,4	27,8	26,8
Colza	33,5	36,3	41,9
Palma	5,1	5,9	6,3
Outros	14,5	14,0	15,4
Total	300,5	309,5	311,1

Fonte: FAO.







Para as demais culturas oleaginosas, aguardam-se substanciais reduções na produção.

No hemisfério Norte, estoques abundantes e preços fracos, além de condições climáticas adversas, fazem encolher a produção da colza.

A expectativa de declínio também se generaliza para as áreas de girassóis da América do Norte, devido à fraca perspectiva de rentabilidade, enquanto para a Argentina se vislumbra um desempenho fraco.

A respeito dos óleos tropicais, a expansão prevista para 2001 não será de grande impacto. Um crescimento considerável poderá ocorrer na China, reduzindo o volume de suas importações.

No âmbito global, a soja em grão e o óleo, com os estoques de passagem mais ajustados e menor perspectiva de produção no conjunto, podem ter oferta abaixo da demanda e provocar uma onda de recuperação nos preços.

Os embarques de grãos podem sofrer limitação, com a maior oferta doméstica de óleos.

Paira ainda muita incerteza no mercado de farelo e óleo para que se arrisque alguma predição sobre a tendência das importações e exportações. Confirmada a tendência do uso de produtos sucedâneos a preços mais competitivos, pode haver excedentes no farelo, com reflexos negativos sobre o seu preço (**L.A.P.** e **R.A.**).

BOM NEGÓCIO

Pela primeira vez em mais de cinco anos, os preços das terras sobem mais que a taxa de inflação

ADIB JAMIL AMIN E SALOMÃO QUADROS

De acordo com a pesquisa semestral da FGV, que abrange aproximadamente 2.500 municípios, as terras para lavouras estavam sendo vendidas, em junho de 2000, a preços 9,5% em média mais elevados do que em dezembro de 1999. As pastagens, no mesmo intervalo, ficaram 9,2% mais caras. Enquanto isso, o IGP-DI registrou alta de 3,2%.

Os preços das terras sempre foram uma alternativa de reserva de valor, em fases de inflação elevada. Entre junho de 1980 e junho de 1985, por exemplo, os preços das lavouras andaram praticamente colados ao IGP-DI. Nos anos seguintes, com a sucessão de planos de estabilização e a enorme oscilação da taxa inflacionária, os preços da terra tornaram-se voláteis. Durante o Plano Cruzado, os preços da terra atingiram um pico histórico. Nos 12 meses até dezembro de 1986, a valorização real da terra alcançou 141,6%, bolha para ninguém botar defeito. Um ano depois, os preços já haviam recuado 61,9%, em termos reais.

Depois do advento do real, os preços entraram em trajetória de queda ininterrupta. Em dezembro de 1999, lavouras e pastagens eram transacionadas a valores aproximadamente 60% inferiores aos de dezembro de 1994. Foram 10 semestres consecutivos de redução, que possivelmente eliminaram todo e qualquer resíduo de valor especulativo. A subida do primeiro semestre deste ano pode significar que o mercado de terras tenha voltado a emitir mais sinais do que ruídos. A queda dos juros e a recuperação da economia são bons motivos para que aumente a demanda de terras.

Regionalmente, as terras registraram as maiores altas no Norte e no Centro-Oeste. Os estados de Tocantins e Goiás comandaram as altas. Os salários revelam uma pequena recuperação no período, com variações também acima da inflação. O custo dos serviços de um modo geral também subiu em termos reais.

Adib Jamil Amin e Salomão Quadros são respectivamente economista e chefe do Centro de Estatísticas e Análises Econômicas do Ibre/FGV.

Brasil: arrendamentos*, vendas de terras, salários e serviços

Preços correntes em reais

Especificação	Unidade	1° sem. 99	2° sem. 99	1° sem. 00
Arrendamentos				
Lavouras	ha\ano	127,7	130,7	137,71
Explorações animais	ha\ano	55,31	58,31	63,03
Estada ou eng. animais	Cab.\ mês	4,87	5,3	5,68
Vendas de terras				
Lavouras	ha	1.358,68	1.441,96	1.575,09
Campos	ha	427	448,4	493,66
Pastagens	ha	641,98	694,65	758,57
Matas	ha	261,34	272,11	299,15
Salários				
Administrador	mês	384,97	393,36	416,54
Capataz	mês	256,19	259,39	278,75
Tratorista	mês	274,35	280,13	294,69
Mensalista	mês	166,03	169,44	181,37
Diarista	dia	7,36	7,58	7,96
Serviços				
Tratores	ha	57,42	63,35	70,45
Tração animal	ha	50,45	52,65	57,74
Transporte por caminhão	t\km	0,58	0,58	0,63
Transporte fluvial	t\km	0,43	0,45	0,59
IGP-DI	Índices	159,711	176,647	182,236

*Preços médios.

ROBERTO RODRIGUES

A pobreza das nações



Cabo Verde, belíssimo país da costa ocidental da África, é um arquipélago de origem vulcânica e paisagem lunar. Sem um único regato ou fonte, a água vem de poços artificiais – boa parte, salobra, tem que ser tratada – ou projetos de dessalinização da água do mar.

Ou chove pouquíssimo, três a quatro anos sem chuva, ou chove mais de 500mm de uma vez, formando voçorocas, valas chamadas ribeiras onde há algumas árvores frutíferas. Mas falta água para irrigação.

Não há petróleo; quase tudo vem de fora: comida, gasolina, madeira (faltam árvores nativas), tecidos, ferro.

Lá vivem 400 mil pessoas pobres, extremamente gentis, cordiais, solidárias. Mais da metade são mulheres, pois os homens emigram para outros países, em geral africanos, de onde mandam dinheiro para a família. Essas remessas constituem a maior fonte de renda de Cabo Verde. Existem milhares de mães solteiras e grassa o analfabetismo, mas a democracia é tranqüila. A única coisa que sobra é o produto da pesca.

Sob as regras da globalidade econômica e do liberalismo comercial, uma empresa não competitiva está fadada ao fracasso. Quebra e desaparece.

Que acontece com um país ou regiões não competitivas dentro de um país? Quebram e desaparecem também? E o povo, suas raízes, cultura e etnia – desaparecem?

Não podemos aceitar de plano essa regra. Quem a inventou? De onde vem essa obrigação de ser eficiente, mesmo sem condições mínimas?

Adam Smith, mais que Ricardo, estabeleceu os princípios das vantagens comparativas. Mas como tratar a questão da pobreza das nações?

Existem soluções para Cabo Verde.

Cooperativas escolares, que na Malásia alfabetizam mais de 90% das crianças; cooperativas de crédito criariam poupanças para melhorar as condições habitacionais; cooperativas de trabalho produzindo energia a partir de moinhos de vento ou até de água das plantas de dessalinização financiadas por terceiros países; cooperativas de turismo gerariam empregos em pesca, mergulho, montanhismo, hotelaria.

A primeira questão a ser resolvida seria formar recursos humanos para esses projetos. A segunda, aporte de capital – sem viabilidade econômica, nem as cooperativas se sustentam. E recursos humanos treinados ou capital financeiro não brotariam por milagre da terra seca.

É preciso solidariedade. A globalização vem sepultando esse valor, assim como a eqüidade, a ética, o senso de justiça social. Em seu lugar florescem a ambição, a desigualdade, a idolatria do lucro, o salve-se quem puder.

É preciso resgatar a solidariedade inclusive entre as nações. Assusta que os países ricos estejam reduzindo o apoio aos pobres. Há um erro nisso tudo, uma grande contradição nessa absurda exclusão social que todos olham com piedade, sem agir – *porque ela vai destruir a democracia e a paz.*

É preciso solidariedade. A globalização vem sepultando esse valor, assim como a eqüidade, a ética, o senso de justiça social.

Mesmo as cooperativas que ajudariam Cabo Verde viveriam uma extraordinária contradição: teriam que ser muito eficientes e competitivas, para enfrentar a concorrência eventual e conferir eficiência e competitividade a seus associados.

É preciso reagir a essa insensatez da competitividade a qualquer custo: existem países e povos inteiros que precisam de tempo para chegar lá. Não podem ser massacrados pelo ocaso da solidariedade – porque então estaremos construindo um barril universal de pólvora cujo rastilho, a exclusão, já está aceso.

A boa notícia é que pessoas reagem, criam ONGs e fazem barulho nas Seattles e Pragas da vida. Mas não basta, porque não existe nesses movimentos uma única lógica.

É preciso que as sociedades pressionem seus governos a agir nos grandes organismos internacionais. A recriação da solidariedade – entre países, regiões de um mesmo país, classes sociais e pessoas – talvez seja um novo motivo para ressuscitar a ONU e suas organizações.

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI e da Abag e professor de economia rural da Unesp.

BASF

Inovação

Liderança

Evolução

BASF, líder por vocação

Dentre várias lideranças, destaca-se como:

- A PRIMEIRA NO RANKING DAS EMPRESAS DO SETOR NO BRASIL (PREVISÃO PARA 2000).
- O MAIOR COMPLEXO INDUSTRIAL DO SETOR NA AMÉRICA LATINA.
- A MAIOR E MAIS COMPLETA LINHA DE PRODUTOS PARA AS CULTURAS DE SOJA, MILHO, ARROZ, CITROS, MAÇÃ E BATATA.
- A MAIOR ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DA AMÉRICA LATINA.

BASF

A SENSAÇÃO DE OLHAR EMBAIXO DE CADA PEDRA

Exercícios específicos aumentaram resistência muscular

Cada cientista possui um talento inato pela descoberta. Não é algo aprendido num livro de ciências. Ou numa experiência de laboratório. É algo natural, que o leva a investigar sobre o mundo à nossa volta. Na Monsanto, nossos cientistas referem-se a essa fantástica sensação de curiosidade e de busca como se estivessem olhando embaixo das pedras. A cada dia, estamos descobrindo novas relações entre a agricultura, a medicina e a nutrição.

Pois nós sabemos que as pedras que desviramos hoje irão nos trazer esperança sobre o futuro. Esperança de termos um alimento melhor. Uma saúde melhor. Um mundo melhor.

MONSANTO™

Alimento • Saúde • Esperança™